



**UNIVERSIDADE CATÓLICA DO SALVADOR**  
**Superintendência de Pesquisa e Pós-Graduação**  
**Mestrado Profissional em Planejamento Ambiental**

**JEÍSA CRUSOÉ ROCHA**

**A APA COMO INSTRUMENTO PARA CONSERVAÇÃO DA  
ATIVIDADE PESQUEIRA ARTESANAL DA ILHA DE BOIPEBA**

**SALVADOR**

**2010**

**JEÍSA CRUSOÉ ROCHA**

**A APA COMO INSTRUMENTO PARA CONSERVAÇÃO DA  
ATIVIDADE PESQUEIRA ARTESANAL DA ILHA DE BOIPEBA**

Dissertação apresentada ao Mestrado Profissional em Planejamento Ambiental da Universidade Católica do Salvador, como requisito parcial para obtenção do Grau de Mestre.

Orientadora:  
Profa. Dra. Cristina Maria Macêdo de Alencar

SALVADOR

2010

UCSAL. Sistema de Bibliotecas

R672 Rocha, Jeísa Crusoé.

A APA como instrumento para conservação da atividade  
pesqueira artesanal da Ilha de Boipeba/ Jeísa Crusoé Rocha. –  
Salvador, 2010.

134 f.

Dissertação (mestrado) - Universidade Católica do Salvador.  
Superintendência de Pesquisa e Pós-Graduação. Mestrado  
Profissional em Planejamento Ambiental.

Orientação: Profa. Dra. Cristina Maria Macêdo de Alencar.

1. Área de Proteção Ambiental (APA) 2. Pescadores artesanais –  
Ambiente natural 3. Ilha de Boipeba – Município de Cairu (BA)

I. Título

CDU504.03:639.2 (813.8)



**Universidade Católica do Salvador**  
**Superintendência de Pesquisa e Pós-Graduação**  
Mestrado Profissional em Planejamento Ambiental  
Homologado pelo CNE ( Portaria Nº 73, 17/01/2007 )

## TERMO DE APROVAÇÃO

**Jeísa Crusóé Rocha**

### **A APA como Instrumento para Conservação da Atividade Pesqueira Artesanal da Ilha de Boipeba.**

Dissertação aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de mestre em Planejamento Ambiental.

Salvador, 03 de novembro de 2010.

Banca Examinadora:

Prof(a). Dr(a).  
Orientador (a) : Cristina Maria Macêdo de Alencar  
Doutor em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade  
Universidade Católica do Salvador - UCSal

Prof(a). Dr(a).  
Aparecida Netto Teixeira  
Doutor em Estruturas Ambientais Urbanas  
Universidade Católica do Salvador - UCSal

Prof(a). Dr(a).  
Iracema Reimão Silva  
Doutor em Geologia Marinha, Costeira e Sedimentar  
Universidade Federal da Bahia - UFBA  
Universidade Católica do Salvador - UCSAL

Prof(a). Dr(a).  
Alexandre Schiavetti  
Doutor em Ecologia e Recursos Naturais  
Universidade Estadual de Santa Cruz - UESC

**Alexandre Schiavetti Dr**  
**Prof. Titular, DCA, UESC**  
**Recursos Naturais Renováveis**

*A Iana e Mateus.  
(Um privilégio ter esses dois seres  
preciosos em minha vida. É uma  
manifestação de amor, indescritível!)*

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço à minha família e aos meus amigos pela compreensão e apoio durante o período da pesquisa, quando não correspondi aos seus chamados.

Agradeço à Professora Cristina Alencar não só pela orientação tranqüila e segura neste trabalho, mas também pelo acolhimento e estímulo nos momentos mais difíceis. Sua demonstração de confiança foi um grande incentivo na caminhada.

À Professora Iracema Reimão pela confiança em me inserir em seu grupo, pela amizade e apoio.

Agradeço ao Professor Alexandre Schiavetti que mesmo distante permanece presente com seu apoio positivo, cheio de vida. Suas aulas foram minha referência e esteio para esta pesquisa. Reencontrá-lo neste momento, foi para mim uma alegria!

Agradeço também aos professores Severino Soares Agra Filho e Aparecida Netto Teixeira pela colaboração e paciência na análise deste trabalho; ao Prof. Ronan Rebouças Caires de Brito e Francisco Neto, cujas contribuições ajudaram a redirecionar esta pesquisa.

Agradeço a Myrian e Gene pela valiosa ajuda no trabalho de campo e principalmente pela agradável companhia.

Agradeço ao meu amigo intelectual, Roberto Cabús, pela revisão e compreensão clara do conteúdo, e pelo apoio moral “subversivo”.

Agradeço a Alexandre (Processo), Ariel e Patrice pelas traduções e a Roberto Carlos pela paciência e atenção com gráficos e planilhas.

Claro! Agradeço ao meu “psicopompo” Djalma Argollo. Sua ajuda me levou a descobertas interessantes que interferiram também na produção deste trabalho.

Agradeço com muito amor a todos aqueles que, de alguma forma estiveram presentes me apoiando, orientando e me dando forças.

Por fim, saibam todos, que sou muito feliz por poder contar com vocês!

*“Exigimos: que seja considerado e reconhecido pelo Estado toda a diversidade e riqueza de identidade da pesca artesanal, para a implementação de políticas específicas; a identificação e regularização do território pesqueiro; o reconhecimento da pesca artesanal como patrimônio histórico-cultural; a recuperação e preservação da biodiversidade da fauna e da flora nos territórios pesqueiros, bem como, acelerar a criação de RESEX, RDS e APAs.”*

**Carta do Seminário Nacional sobre Território Pesqueiro. Olinda-PE, 23 out 2010.**

## RESUMO

Boipeba é uma ilha do município de Cairu, Bahia, Brasil inserida numa Área de Proteção Ambiental – APA que, por suas características naturais tornou-se um atrativo para o turismo. Este trabalho direciona o olhar para a comunidade de marisqueiras e pescadores artesanais da ilha e sua relação com o ambiente natural. Observou-se que os pesqueiros de uso desta população tradicional estão situados em áreas que, livres e sem controle, recebem com frequência, pescadores que praticam outro tipo de pesca que não a artesanal, causando danos ao ambiente e contribuindo para a sobrepesca. Também a intensificação do turismo contribui para o aumento da demanda do pescado além de alterações diversas no ambiente. Estes fatores conduziram a pesquisa na busca de uma compreensão das possibilidades e restrições do manejo da APA em relação à redução e prevenção dos constrangimentos à atividade pesqueira. O método utilizado foi a pesquisa documental e do estado da arte, acrescida da exploração investigativa em campo, onde foi possível observar e coletar informações através de entrevistas e da realização de duas oficinas. Foi feita uma análise do Plano de Manejo da APA e seus Programas a fim de identificar sua colaboração para a comunidade de marisqueiras e pescadores artesanais e o desenvolvimento de suas atividades. Esta pesquisa indica, ao final, a necessidade de uma mudança de perspectiva para o objetivo da APA, passando a contemplar a conservação da atividade pesqueira artesanal. A presença do poder público através dos investimentos necessários à gestão e manejo, bem como a participação de todos os envolvidos também são itens requeridos para um manejo bem sucedido.

Palavras-chave: Área de Proteção Ambiental; pescadores artesanais; Boipeba

## RESUMEN

Boipeba es una isla de la ciudad de Cairu, Bahía, Brasil, inserta en una Área de Protección Ambiental - APA, que por sus características naturales se ha convertido en una atracción turística. Este estudio dirige nuestra mirada hacia la comunidad de pescadores y mujeres colectoras de mariscos artesanales de Boipeba y su relación con el entorno natural. Verificamos que las áreas de pesca de esta población tradicional, llamadas de pesqueros y que se encuentran en zonas libres y sin control, reciben a menudo pescadores que practican distintas artes de pesca, favoreciendo así daños al medio ambiente y contribuyendo para la sobrepesca. También lo turismo creciente contribui para aumento de la demanda del pescado y provoca alteraciones en medio ambiente. Estos factores han dado lugar a esta investigación en la búsqueda de mejor comprender las posibilidades y limitaciones de la gestión de la APA con respecto a la prevención y reducción de las restricciones de la actividad pesquera, que también provienen de la actividad turística y prospección de gas natural. El método utilizado fue el de investigación documental, bibliográfica e internet enriquecida por investigación de campo donde se pudo observar y recopilar información a través de entrevistas y mediante la realización de dos talleres. Fue realizado un análisis del Plan de Manejo de la APA y de sus Programas con la finalidad de identificar como los mismos colaboran con la comunidad de pescadores artesanales y mujeres colectoras de mariscos, en el desarrollo de sus actividades. El resultado de esta investigación indica la necesidad de un cambio de perspectiva del objetivo de la APA, el cual debería, también, considerar la conservación de la pesca artesanal. La presencia del poder público a través de las inversiones necesarias para la gestión y manejo, así como la participación de todos los interesados también son elementos requeridos para una gestión exitosa.

Palabras clave: Área de Protección Ambiental; pescadores artesanales; Boipeba.

## RESUMÉ

Boipeba est une île de la municipalité de Caïru , Bahia, Brésil , se trouvant dans une zone de Protection de Milieu Ambient - APA qui, pour ses caractéristiques naturelles, s'est transformée en attraction touristique. Ce travail dirige son regard sur la communauté de pêcheurs de mollusques et les pêcheurs artisanaux de Boibepa ainsi que leur relation avec leur milieu ambiant naturel . On a pu observé que les lieux de pêche de cette population traditionnelle se trouvent situés dans des zones qui, libres et sans contrôle, reçoivent avec fréquence des pêcheurs pratiquant un autre type de pêche non artisanale, causant dommages au milieu physique et opérant une sur-pêche incontrôlée. Ces facteurs conduisent cette étude à la recherche d'une compréhension des possibilités et restrictions dans le fonctionnement de l' APA en relation à la réduction et à la prévention des gênes causées à l'activité de la pêche, ainsi que celles causées par le tourisme et la prospection de gaz naturel . La méthode utilisée s'est faite à partir de recherche en documents , bibliographique et électronique ainsi qu'une étude sur le terrain, où il a été possible d'observer et de recueillir les informations à partir d'entrevues, et de la réalisation de deux workshop. Il a été fait une analyse du plan de fonctionnement de l' APA et de ses programmes afin d'identifier sa collaboration pour la communauté des pêcheurs locaux et le développement de leurs activités . Le résultat de cette recherche met en avant la nécessité d'un changement de perspective pour l'objectif de l' APA, se devant de chercher à perpétuer l'activité de la pêche artisanale. La présence des pouvoirs publics à travers les investissements nécessaires à la gestion et au bon fonctionnement , comme aussi la participation de tous les intéressés , sont des éléments important pour le succès de cette entreprise .

Mots Clefs: Zone de Protection du Milieu Ambient; pêcheurs artisanaux; Boipeba

## **ABSTRACT**

Boipeba is an island that belongs to the city of Cairu, Bahia, Brazil, inserted into an Environmental Protection Area – EPA that became an attraction for tourism because of its natural features. This study focuses on the seafood catchers and craft fishermen community from Boipeba and their relationship with the environment. It has been observed that the fisheries used by that traditional population are located in areas that, free and without control, frequently receive fishermen that practice other than artisanal fishing, causing physical damage to the environment and contributing to the overfishing. Those factors have led the research to find an understanding of the possibilities and restrictions to the EPA management regarding the reduction and prevention of constraints on fishing activity, which also come from tourism and natural gas prospecting activities. The method used was the documentary, bibliographic and electronic research plus the field investigative exploitation, where it has been possible to observe and collect information through interviews and by accomplishing two workshops. An analysis of the EPA Management Plan and its Programs has been done in order to identify its contribution to the community of seafood catchers and craft fishermen and to the development of their activities. The presence of the public authority through necessary investments to management and regulation, and the participation of all the people involved are also required items for a successful management.

Key words: Environmental Protection Area; craft fishermen; Boipeba

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1	Oficina com Pescadores	20
Figura 2	Oficina com Marisqueiras	20
Figura 3	Entardecer em Velha Boipeba	21
Figura 4	Mapa de localização da ilhas de Tinharé e Boipeba	22
Figura 5	Canoa com petrechos de pesca	29
Figura 6	Pescadores em deslocamento	29
Figura 7	Origem da comunidade de pescadores e marisqueiras de Boipeba	30
Figura 8	O tempo na atividade pesqueira	30
Figura 9	Freqüência da execução da atividade pesqueira há 10 anos	30
Figura 10	Freqüência da execução da atividade pesqueira atualmente	30
Figura 11	Animais pescados há 10 anos	32
Figura 12	Animais pescados atualmente	32
Figura 13	Pescador tecendo sua rede	37
Figura 14	Pesca com rede	37
Figura 15	Ambulancha chegando ao porto de Boipeba	48
Figura 16	Interior da Ambulancha	48
Figura 17	Turista em Moreré	53
Figura 18	Embarque de turistas no porto	53

Figura 19	Mapa das áreas de influência do BCAM-40 (Manati)	60
Figura 20	Mapa da região da APA Tinharé-Boipeba	72
Figura 21	Programas de Ações Contempladas no Plano de Manejo de 1998	80
Figura 22	Ações Previstas no Plano de Manejo da APA das Ilhas de Tinharé e Boipeba	83

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1	População por Situação de Domicílio no Município de Cairu	24
Tabela 2	Nível Educacional da População Jovem no Município de Cairu	25
Tabela 3	Distribuição da Frota Cadastrada no município de Cairu, no ano de 2006	31
Tabela 4	Produção de Pescado Marítimo e Estuarino no município de Cairu, por aparelho de pesca no ano de 2006	31
Tabela 5	Evolução da Produção Desembarcada do Município de Cairu e respectivo valor monetário nos anos 2005 e 2006	41
Tabela 6	Produção nacional de gás natural (terra e mar) - 2000-2009	67
Tabela 7	Produção baiana de gás natural (terra e mar) - 2000-2009	67
Tabela 8	Balanço da produção baiana de gás natural (mar) - 2008-2009	68
Tabela 9	Dados Relativos à APA – respostas consolidadas	76

## LEGENDAS

- EEM – Entrevista Estruturada com Marisqueira
- EEP – Entrevista Estruturada com Pescador
- ELM – Entrevista Livre com Morador
- ELO – Entrevista Livre com “Outros”
- ELP – Entrevista Livre com diversos Pescadores
- OM – Oficina com Marisqueiras
- OP – Oficina com Pescadores

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AGECOM	Agência de Comunicação Social do Estado da Bahia
AMABO	Associação dos Amigos e Moradores de Boipeba
ANEEL	Agência Nacional de Energia Elétrica
ANP	Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis
APA	Área de Proteção Ambiental
CEPRAM	Conselho Estadual de Meio Ambiente
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CONAMA	Conselho Nacional do Meio Ambiente
CONDER	Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia
CRA	Centro de Recursos Ambientais do Estado da Bahia (hoje, IMA)

EIA	Estudo de Impacto Ambiental
IDE	Índice de Desenvolvimento Econômico
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IMA	Instituto do Meio Ambiente do Estado da Bahia
ONG	Organização Não Governamental
PDITS	Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável
PIPP	Programa Integrado de Projetos Produtivos de Desenvolvimento Sócio-Ambiental
PNMA	Política Nacional do Meio Ambiente
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PRODETUR/NE II	Programa de Desenvolvimento Turístico do Nordeste II
RESEX	Reserva Extrativista
RIMA	Relatório de Impacto Ambiental
SEIA	Sistema Estadual de Informações Ambientais
SEMA	Secretaria do Meio Ambiente do Estado da Bahia
SNUC	Sistema Nacional de Unidades de Conservação
UC	Unidade de Conservação
UPB	União dos Municípios da Bahia
ZEE	Zoneamento Ecológico Econômico

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO</b> .....	<b>16</b>
1.1 A ÁREA EM ESTUDO .....	21
<b>2. PESCADORES E MARISQUEIRAS DA ILHA DE BOIPEBA</b> .....	<b>29</b>
2.1 O SABER TRADICIONAL .....	37
2.2 APROPRIAÇÃO DO ESPAÇO DE PESCA .....	40
<b>3. DINÂMICAS PRESENTES NA LOCALIDADE E SUA INTERFERÊNCIA NO MODO DE VIDA DOS PESCADORES</b> .....	<b>47</b>
3.1 TURISMO .....	49
3.2 CAMPO DE MANATI .....	59
3.2.1 Gás natural.....	66
<b>4. A APA COMO INSTRUMENTO PARA CONSERVAÇÃO DA ATIVIDADE PESQUEIRA ARTESANAL</b> ..	<b>69</b>
4.1 APA – ASPECTOS GERAIS.....	70
4.2 PLANO DE MANEJO.....	78
4.3 ZONEAMENTO.....	87
4.4 PROCESSO PARTICIPATIVO .....	92
<b>CONSIDERAÇÕES</b> .....	<b>101</b>
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	<b>106</b>
<b>ANEXO A – QUESTIONÁRIO</b> .....	<b>111</b>
<b>ANEXO B – OFICINAS</b> .....	<b>119</b>
<b>ANEXO C – AÇÕES DE AQUICULTURA NO CEARÁ</b> .....	<b>122</b>
<b>ANEXO D – MATRIZ LÓGICA DO SUBPROJETO 4 – PESCA SUSTENTÁVEL (PIPP/PETROBRÁS)</b> .....	<b>124</b>
<b>ANEXO E – MODELO DO CENTRO SÓCIO-CULTURAL PROPOSTO PELOS PARTICIPANTES DA OFICINA DO PIPP, NA LOCALIDADE DE VELHA BOIPEBA.</b> .....	<b>128</b>
<b>ANEXO F - ZONEAMENTO DA APA TINHARÉ – BOIPEBA</b> .....	<b>131</b>
<b>ANEXO G – CARTA DO SEMINÁRIO SOBRE TERRITÓRIO PESQUEIRO (Pernambuco, 2010)</b> .....	<b>132</b>

## 1. INTRODUÇÃO

A Ilha de Boipeba, situada no município de Cairu, no sul da Bahia, está inserida na Área de Proteção Ambiental - APA Tinharé-Boipeba. A presença de ecossistemas de grande interesse ambiental, com extensos manguezais, belas praias, um litoral recortado com morros, barras e recifes, além do crescente movimento turístico, foram as razões que motivaram o governo do estado da Bahia a criar a APA, através do Decreto 1.240 de 05/06/1992 (SEIA, 2009).

O Sistema Nacional de Unidades de Conservação - SNUC, instituído pela Lei 9985/2000, define APA como uma Unidade de Conservação - UC de uso sustentável e como tal, seu objetivo básico é compatibilizar a conservação da natureza com o uso sustentável, aquele que permite a exploração do ambiente garantindo a perenidade dos recursos ambientais renováveis de forma socialmente justa e economicamente viável.

As características naturais da ilha são um atrativo para o turismo que tem se intensificado ao longo das últimas décadas, aumentando o número de pousadas, a demanda de pescado e, em conseqüência, exercendo uma pressão maior sobre o ecossistema e interferindo na vida da comunidade, como será demonstrado ao longo deste trabalho.

Ao lado do turismo, está presente também na região, o empreendimento Manati, consórcio representado pelas empresas Queiroz Galvão, Norse Energy e Petrobrás, esta, a operadora do consórcio. O empreendimento tem por objetivo a produção marítima comercial de gás natural e como tal, enquadra-se no grupo das atividades consideradas de significativo impacto ambiental e sujeitas a Licenciamento Ambiental específico conforme Resolução do Conselho Nacional do Meio Ambiente - CONAMA nº 237/97, capitaneada pelo art. 10 – caput e §2º da Lei 6938/81 que dispõe sobre Política Nacional do Meio Ambiente - PNMA.

Não obstante o crescimento do turismo e a implantação de Manati na região trazerem certo desenvolvimento e criarem alguma oportunidade de trabalho para a população local, é preciso ter em mente que se trata de uma comunidade caracteristicamente tradicional, tendo vivido em relativo isolamento como ilhéu, e

que, portanto, construíram formas de se relacionar entre si e com a natureza bem diferentes das formas conhecidas na sociedade dita integrada, globalizada.

Compreender todo este complexo processo que envolve o desenvolvimento, o ambiente natural e a população nativa requer visão ampla de todos os envolvidos. Para Leff (2000), o conhecimento na área ambiental precisa ser inteiro, integrado, holístico, interdisciplinar. Assim, os conflitos ambientais passariam a ser resolvidos não de forma isolada pelo poder científico da economia ou da ecologia, mas através de sentidos existenciais, considerando os valores culturais e os estilos de desenvolvimento diferenciados, de tal maneira que explorar, conservar ou usar de forma sustentável os recursos, dependerá dos significados sociais atribuídos à natureza.

O processo de globalização econômica organiza rituais para venerar o deus-mercado, para pedir-lhe maiores colheitas de crescimento sustentável, sem considerar que é esse crescimento econômico, regido pelas leis do mercado e por uma racionalidade do lucro de curto prazo (leis humanas sujeitas ao poder entre humanos), que produz os ritmos crescentes de extração e transformação de recursos naturais, de matéria e energia sujeita às leis da entropia. (LEFF, 2000, p. 32).

Considerando as várias faces do crescimento econômico da região, entendemos não ser possível dissociar este crescimento dos aspectos socioambientais aqui tratados. Nesse contexto é que se focaliza a atividade dos pescadores artesanais de Boipeba como equiparada à de outros povos tradicionais que, segundo Esterici (2007) é um tipo de comunidade que possui “uma identidade, uma história partilhada, uma memória e um território” (ESTERICI, 2007, p. 223).

Ainda a mesma autora afirma que para os povos tradicionais, “enquanto as áreas que ocupavam não atraíam a cobiça de segmentos sociais mais poderosos, eles construíam suas próprias leis de acesso à terra e aos recursos da natureza” (ESTERICI, 2007, p. 223), observação que se registra em Boipeba como forma de compartilhamento, por todos (nativos e não-nativos), do espaço marítimo.

A presença de dinâmicas como turismo, prospecção de gás, pescadores de outras localidades, dada as suas características impactantes, nos remete ao questionamento: seriam essas dinâmicas, geradoras de constrangimentos aos pescadores locais? Em caso afirmativo, e tendo em mente que a área em estudo é uma Área de Proteção Ambiental que dispõe de Plano de Manejo, formulamos a

pergunta orientadora desta pesquisa: de que forma a APA, através do Plano de Manejo, contempla a preservação da atividade pesqueira artesanal em Boipeba?

Para o entendimento dessas relações, a pesquisa foi pautada pelos conceitos:

**População tradicional:** “comunidades tradicionais estão relacionadas com um tipo de organização econômica e social com reduzida acumulação de capital, não usando força de trabalho assalariado. Nela produtores independentes estão envolvidos em atividades econômicas de pequena escala, como agricultura e pesca, coleta e artesanato” (DIEGUES, 1996, p.87).

**Conhecimento tradicional:** “o saber e o saber-fazer, a respeito do mundo natural, sobrenatural, gerados no âmbito da sociedade não-urbano/industrial, transmitidos oralmente de geração em geração” (DIEGUES, 2000, p.1)

**Pescadores artesanais:** “Essa categoria de população tradicional está espalhada pelo litoral em rios e lagos, e tem seu modo de vida assentado principalmente na pesca, ainda que exerça outras atividades econômicas, como o extrativismo vegetal, o artesanato e a pequena agricultura. Embora sob alguns aspectos possa ser considerada uma categoria ocupacional, os pescadores, em particular aqueles chamados artesanais, têm modo de vida peculiar, sobretudo os que vivem de atividades pesqueiras marítimas” (DIEGUES; ARRUDA, 2001, p.48)

**Apropriação do território:** “conjunto de regras que organizam o acesso ao território, mas sem um estatuto legal que o ampare” (CORDELL, 2000, p.1).

**Territorialidade:** “esforço coletivo de um grupo social para ocupar, usar, controlar e se identificar com uma parcela específica de seu ambiente biofísico, convertendo-a assim em seu ‘território’ ou homeland” (LITTLE, 2002, p.3)

A metodologia utilizada neste trabalho parte de um modelo misto entre a estratégia convencional, quando realizamos pesquisa baseada em análise de material bibliográfico e documental, e a estratégia exploratória de investigação participante que proporciona uma inserção pessoal na realidade do objeto de pesquisa, desenvolvendo uma relação mais próxima na situação pesquisada.

Com isto, houve num primeiro momento estudo dos documentos: Estudo de Impacto Ambiental e Relatório de Impacto Ambiental – EIA/RIMA, Programa

Integrado de Projetos Produtivos de Desenvolvimento Sócio-Ambiental – PIPP e do Projeto Participativo Compensatório da Velha Boipeba, todos de responsabilidade do Consórcio Manati. Também foi analisado o Projeto de Compensação da Atividade Pesqueira, relatório descritivo de responsabilidade da empresa El Paso. Complementando, tivemos ainda literatura diversa acerca de temas referentes ao instrumento da Compensação Ambiental, Exploração de Petróleo e Gás, Desenvolvimento e Turismo Sustentável, Populações Tradicionais, Unidades de Conservação e legislações equivalentes.

Nos dias 27 a 29 de março de 2009 foi realizada a primeira viagem exploratória. Aqui foi possível um primeiro contato e realizamos entrevista livre com três pescadores, uma marisqueira e representante local da Colônia de Pescadores.

Na segunda visita para coleta de dados - entre os dias 15 e 30 de janeiro de 2010 - foi possível a utilização da estratégia participante. Assim, houve maior interação com a comunidade local em razão do tempo de permanência - 15 dias -, facilitando uma visão “por dentro” da cultura e da subjetividade.

Nesse período utilizamos como instrumentos de investigação a observação simples, entrevistas: informal (não estruturada, livre), focalizada (embora livre, girou em torno do tema específico) e estruturada (aplicada por um questionário estruturado com questões fechadas e abertas - Anexo A), além de duas oficinas com grupos focais – pescadores e marisqueiras -, a fim de obter um diagnóstico coletivo (oficina realizada conforme roteiro no Anexo B). Optamos por preservar a identidade dos interlocutores nas transcrições das entrevistas, obedecendo recomendações éticas que dão respaldo a pesquisas sociais, a fim de evitar constrangimentos ou prejuízos àqueles que gentilmente colaboraram com a pesquisa.

Nas entrevistas informais e focalizadas houve a participação de dezenove pessoas, entre moradores, membros de ONG, pessoas envolvidas diretamente com a APA e seu Conselho Gestor, representantes da administração pública municipal, representantes da Colônia e da Associação de Pescadores e Marisqueiras. A entrevista estruturada foi realizada com treze pescadores e oito marisqueiras conforme dados constantes no Anexo A. Já as oficinas contaram com a presença de vinte e oito pescadores e marisqueiras, reunidos na sede da Associação.



Figura 1: Oficina com Pescadores  
Fonte: Genélcio Crusoé, 25/01/2010



Figura 2: Oficina com Marisqueiras  
Fonte: Genélcio Crusoé, 26/01/2010

O objetivo geral deste trabalho é compreender as possibilidades e restrições do Plano de Manejo da APA em relação à redução e prevenção dos constrangimentos à atividade pesqueira artesanal em Boipeba.

Para tanto, elegemos os seguintes objetivos específicos:

- Entender a dinâmica das atividades dos pescadores e marisqueiras artesanais de Boipeba
- Identificar a presença de dinâmicas geradoras de constrangimentos à atividade pesqueira artesanal
- Verificar a aplicabilidade dos Programas e Ações de Manejo voltados à conservação da pesca artesanal

Com isto, este trabalho se estrutura em 4 capítulos, incluindo esta introdução, com uma caracterização da área em estudo, tratando aspectos físicos, biológicos, geográfico e histórico, compondo o **Capítulo 1**. Em seguida, expomos uma caracterização da pesca artesanal e a relação dos pescadores de Boipeba com o seu espaço de pesca, constituindo o **Capítulo 2**. Adiante, no **Capítulo 3**, identificamos a presença de dinâmicas geradoras de constrangimentos à atividade pesqueira e de mariscagem dos pescadores e marisqueiras locais, especificamente o turismo, a exploração de gás e petróleo e a presença de pesca não artesanal. Por fim, no **Capítulo 4**, analisamos a APA como UC de uso sustentável e seu Plano de Manejo, demonstrando como este instrumento contém possibilidades e restrições à preservação da atividade pesqueira artesanal em Boipeba. A partir desses dados

chegamos aos resultados indicativos de que o Plano de Manejo, como instrumento formal, é insuficiente para redução e prevenção dos constrangimentos à atividade pesqueira artesanal, embora constitua importante referência para orientar uma gestão eficaz.

### 1.1. A ÁREA EM ESTUDO



Figura 3: Entardecer no povoado de Velha Boipeba  
Fonte: Genelício Crusóé, 25/01/2010

Este estudo se restringe a ilha de Boipeba, distrito do município de Cairu que está situado no Baixo Sul da Bahia, região também conhecida como Costa do Dendê. Inserida na Área de Proteção Ambiental das Ilhas de Tinharé-Boipeba, a ilha faz parte do Arquipélago de Tinharé, entre as coordenadas 13° 30' 00" S e 38° 57' 20" W, cercada de um lado pelo Oceano Atlântico e de outro pelo estuário do Rio do Inferno.

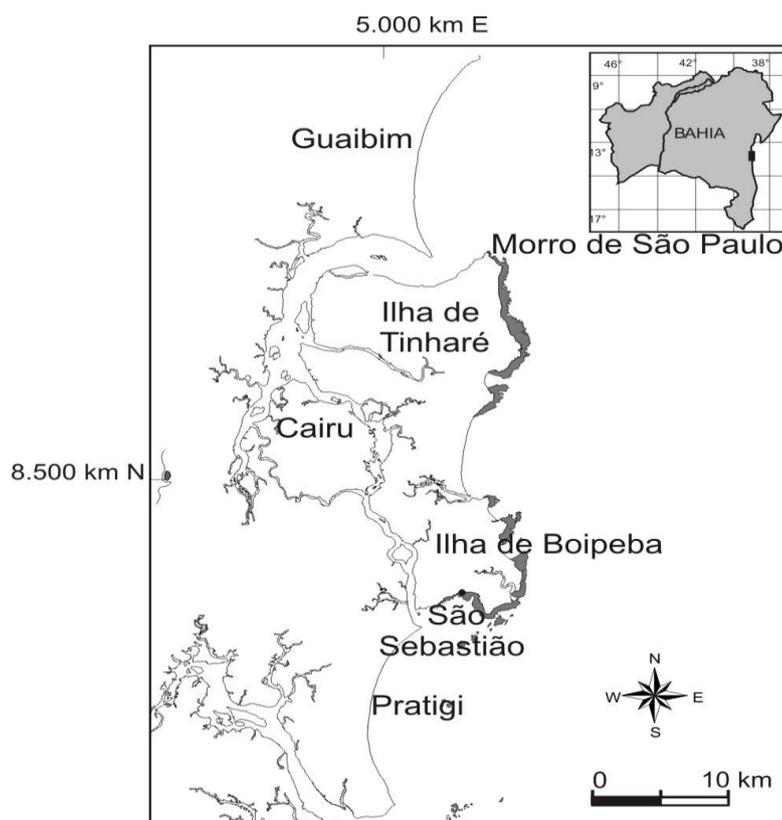


Figura 4: Mapa de localização das ilhas de Tinharé e Boipeba  
 Fonte: Gonçalves, 2010

As ilhas de Boipeba, Cairu e Tinharé eram originalmente habitadas pelo grupo indígena dos Tupinambás. Em 1537, os jesuítas fundaram a Aldeia e Residência de Boipeba (conhecida pelos Tupiniquim como *boi-peba* = “cobra chata”, possivelmente uma referência à tartaruga marinha). Em 1606, a ilha de Boipeba teve sua freguesia criada, quando glebas de terras foram doadas aos jesuítas que fundaram residências, colégios e aldeias. Durante todo o século XVII, a Aldeia teve rápido crescimento devido à fuga dos colonos do continente, temerosos dos constantes ataques dos índios Aimorés, sendo elevada à condição de vila em 1610. (BIODINÂMICA, 2003a, Subseção II.5.3, p. 23; BAHIA, 1998, p. 78).

A Vila de Velha Boipeba abriga a Igreja Matriz do Divino Espírito Santo, construída no início do século XVII e em São Sebastião está a Igreja de São Sebastião, construída no início do século XX. Ambas, embora não tombadas pelo estado, constituem-se como bens de relevância histórica e cultural.

Na ilha encontramos a vila Velha Boipeba (sede do distrito) e os povoados Moreré, São Sebastião (Cova da Onça) e Monte Alegre, o qual habita uma comunidade quilombola, o que nos remete ao passado da ilha.

A chegada principal à ilha se dá através do ancoradouro localizado na Vila de Velha Boipeba, que abarca também uma maior estrutura em hospedagem, restaurantes, comércio, escolas e posto de saúde.

Representando um dos maiores pólos turísticos da Bahia, o arquipélago vem se destacando também pelo seu potencial em petróleo e gás em águas rasas. A Petrobrás executa a exploração de gás no campo de Manati, a 30 km de distância da costa, em frente à ilha de Tinharé, uma região de alta sensibilidade ambiental o que levou à constituição da APA Tinharé-Boipeba.

De acordo com informações do Sistema Estadual de Informações Ambientais - SEIA (BAHIA, 2009), a **flora** é caracterizada por uma ampla distribuição geográfica de manguezal, apresentando plantas de porte arbustivo e arbóreo como, por exemplo, a espécie conhecida como algodão-do-mangue (*Hibiscus pernambucensis*). A restinga apresenta espécies com grande capacidade de sobrevivência, já que o solo é muito pobre em nutriente. Há também a presença de vegetação de dunas, de áreas úmidas, de várzeas e Mata Ciliar, além da Mata Ombrófila Densa, que se mantém sempre verde, e tem grande participação na umidade do ar da região.

Os manguezais da região são de extrema importância, não só por se configurar em importante cadeia trófica, sendo fundamentais à sustentabilidade das comunidades, mas também por servirem à avaliação de impactos, estabelecendo valores de referência, importantes para a fixação de padrões de qualidade ambiental (GONÇALVES, 2010). Para o autor, que realizou uma análise de plantas de mangue como bioindicadoras da qualidade ambiental, os dados gerados nessa análise:

Podem servir ao gerenciamento dos conflitos socioambientais existentes nas ilhas de Tinharé e Boipeba entre os setores econômicos do turismo, da pesca e petrolífero; assim como a elaboração de um planejamento ambiental e gerenciamento costeiro para estas ilhas. (GONÇALVES, 2010, p. 14).

Já a **fauna** tem sua principal representação na avifauna, devido ao número de espécies e o número de indivíduos, a exemplo do cubango (*Icteridae haemorrhous*)

e do falcão (*Milvago chinachina*). Ressalta-se a presença de espécies em vias de extinção, como o Curió (*Oryzoborus angolensis*) que é muito explorado pelo homem, por ter um canto bastante apreciado e o jacaré de papo amarelo (*Caimam latirostris*), também ameaçado de extinção. Registra-se ainda a presença de espécies de outros répteis, mamíferos, peixes - que compõem a economia local, além de diversos tipos de invertebrados, como os crustáceos (BAHIA, 2009).

O município de Cairu não apresenta variações consideráveis em relação à dinâmica climática regional, definindo-se como tropical, quente e úmido, sem estação seca demarcada. A pluviosidade média anual é de 1.750 mm, chegando a 1.400 mm nos anos mais secos, tendo as chuvas de verão como forma predominante de precipitação, com pancadas localizadas e ocasionais. No verão a predominância são os ventos de NE, contudo, durante o resto do ano, são os ventos de SE que predominam (SANTOS, 2002).

A população tradicional, constituída de pescadores artesanais e marisqueiras, hoje convive com o grande fluxo de turistas de diversas nacionalidades que visitam a ilha e com os que nela chegaram e se firmaram, principalmente como empresários, donos de pousadas.

Conforme dados do Atlas do Desenvolvimento Humano elaborado pelo PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, o município de Cairu apresentou redução no número populacional no período 1991-2000, passando de 15.217 habitantes em 1991 para 11.410 no ano de 2000. No entanto, no período 2000-2007 volta a apresentar crescimento, saindo de 11.410 para o patamar de 13.712 conforme dados do IBGE (PNUD, 2000; UPB, 2006; IBGE, 2007).

**Tabela 1: População por Situação de Domicílio no município de Cairu**

<i>População por Situação de Domicílio em Cairu</i>			
	<b>1991</b>	<b>2000</b>	<b>2007</b>
População Total	15.217	11.410	13.712
Urbana	5.597	6.981	7.680
Rural	9.620	4.429	6.032
Taxa de Urbanização	36,78%	61,18%	56,00%

Fonte: PNUD/UPB/IBGE (adaptado)

Observamos que o número da população total em 2007 não atingiu o patamar de 1991, embora a análise indique uma recuperação. Da mesma forma, registramos esta ocorrência na zona rural: um leve crescimento quando comparamos 2007 com 2000, mas sem atingir o indicador de 1991. Pode-se depreender daí uma mobilidade dentro do município.

De estrutura etária concentrada entre 15 a 64 anos – 6.945 pessoas, o município apresentou queda na taxa de mortalidade, passando de 54,5 em 1991 para 36,8 em 2000 (índice de mortalidade até 1 ano de idade por 1000 nascidos vivos).

No campo da Educação, o resultado também é positivo com aumento do índice de freqüência e números que revelam mais tempo de estudos, como segue:

**Tabela 2: Nível Educacional da População Jovem no município de Cairu**

Nível Educacional da População Jovem, 1991 e 2000								
Faixa Etária (anos)	Taxa de analfabetismo		% com menos de 4 anos de estudo		% com menos de 8 anos de estudo		% freqüentando a escola	
	1991	2000	1991	2000	1991	2000	1991	2000
7 a 14	66,6	27,1	-	-	-	-	41,5	91,7
10 a 14	59,0	15,4	93,7	72,6	-	-	45,2	93,0
15 a 17	35,0	7,5	68,7	35,3	98,7	91,8	33,3	72,4
18 a 24	44,5	19,4	67,7	39,5	88,5	76,4	-	-

- = não se aplica

Fonte: PNUD (2000)

Já a renda per capita média do município cresceu 24,02%, passando de R\$ 68,79 em 1991 para R\$ 85,31 em 2000. A pobreza (medida pela proporção de pessoas com renda domiciliar per capita inferior a R\$ 75,50, equivalente à metade do salário mínimo vigente em agosto de 2000) diminuiu 8,39%, passando de 71,9% em 1991 para 65,8% em 2000. A desigualdade cresceu: o Índice de Gini passou de 0,42 em 1991 para 0,52 em 2000 (PNUD, 2000).

Considerando que a atividade turística é o diferencial econômico que se desenvolve na ilha, majoritariamente com empresários de fora do município, identificamos neste segmento, em Boipeba, o elemento concentrador de renda.

O Índice de Desenvolvimento Humano – IDH do município de Cairu é 0,639 tanto conforme os dados do ano de 2000 do PNUD como nos demonstrativos disponibilizados pela UPB. Com este índice o município ocupa a 143ª posição no ranking estadual, de forma que 142 municípios estão em melhor situação e 274 estão em situação ainda pior ou igual. Em relação aos outros municípios do Brasil, Cairu apresenta uma situação ruim: ocupa a 3.940ª posição, sendo que 3.939 municípios (71,5%) estão em situação melhor e 1.567 municípios (28,5%) estão em situação pior ou igual (PNUD, 2009).

Existe ainda na ilha de Boipeba, uma comunidade quilombola – comunidade tradicional formada por descendentes de escravos negros que sobrevivem em enclaves comunitários. Localizada no povoado de Monte Alegre, a comunidade é composta de cerca de 90 habitantes. Foi reconhecida como quilombola em 2006 pela Fundação Palmares, mas seus ascendentes habitam a região desde o século XIX.

A economia da ilha de Boipeba está baseada no turismo e na pesca do camarão, peixes e mariscagem. Além destas atividades, é possível encontrar ainda, a cultura do coco, o extrativismo da piaçava e dendê e a agricultura de subsistência (BAHIA, 1998, p. 5).

Na pesquisa em campo com a comunidade envolvida e com a Colônia, bem como em documentos como o Plano de Manejo da APA (BAHIA, 1996), EIA/RIMA (BIODINÂMICA, 2003a e 2003b) e Projeto Compensatório da Petrobrás (PETROBRAS 2006 e 2007), constatamos que a pesca, que já foi a principal atividade econômica da localidade, sofreu um declínio com sua escassez claramente perceptível até mesmo para o consumo local. Pescadores que colaboraram com este trabalho, através das entrevistas e oficinas, declararam a falta do pescado e culpam a sobrepesca e a pesca predatória realizada por barcos “de guincho” que chegam de outras regiões. Numa entrevista livre com um grupo de pescadores, registramos os seguintes depoimentos:

Reduziu muito, muito! Fracassou muito, o negócio de pescaria aqui... camarão, peixe, essas coisas, fracassou muito.

Me lembro como hoje, o barco Oriente... essa geladeira de Afonso aí, só camarão grande...

O pescado vai acabando mesmo... Muita embarcação... Arrastão pegando no centro... fica na lama... 6, 10, 15 barcos de guincho, que vem de fora, de

tudo quanto é canto aí... dia e noite... A gente vai pegar o que??? Só pode é acabar. Eles vem de fora, até do Espírito Santo, vem... E só pode é acabar com tudo... A gente vai fazer o que?

(ELP n.1, 19/01/2010).

Já o turismo é visto como uma oportunidade para o crescimento da economia do município e vemos com clareza que o atrativo turístico de Cairu não é a sede do município em si, e sim sua beleza cênica natural, principalmente na APA Tinharé-Boipeba. O Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável - PDITS, que serviu de base para a construção do Regulamento Operacional do Programa de Desenvolvimento Turístico do Nordeste II - PRODETUR/NE II, ao analisar a dimensão econômica, classificou o município de Cairu no caso-tipo “Sem Oportunidade e Sabendo Arrecadar”, justificado pelo fato de apresentar Índice de Desenvolvimento Econômico - IDE muito baixo e receita tributária per capita entre baixa e média (BAHIA, 2003b, p. 31).

Para o Programa, a atividade turística poderá contribuir com a economia local de três maneiras distintas: i) acrescentando renda e emprego para os habitantes; ii) aumentando o mercado consumidor dos produtos da região através do fluxo de visitantes e iii) colaborando com a melhoria das condições de acesso e distribuição da produção local (BAHIA, 2003b, p. 33). Mais à frente, entretanto, quando define a categoria ambiental, o mesmo trabalho classifica o município em “Municípios com Pressão Antrópica Muito Alta com Degradação Urbana e dos Recursos Hídricos” (BAHIA, 2003b, p.99). Por fim, define que o município tem “porte econômico pequeno (dentro do contexto do Pólo) e atividade turística significativa para a economia municipal” o que justifica ter “investimentos direcionados à consolidação da atividade e prevenção de impactos” (BAHIA, 2003b, p.135).

Isto nos leva a consolidar o pensamento de que a atividade turística só deve ser exercida com base num ordenamento do setor e levando-se em conta o modo de vida da população residente - especialmente a população tradicional -, a pressão antrópica e a degradação dos recursos.

Com o advento do Prodetur, o governo do estado da Bahia realizou esforços e intervenções visando atender às ações previstas no Programa, que contemplava, dentre os objetivos da primeira fase, a preservação ambiental. Isso motivou a criação de diversas APA ao longo das regiões de influência do Programa. No estado existem hoje 32 UC da categoria APA, com um total de 5.976.403 ha. Para se ter

uma ideia comparativa, a outra categoria de UC de maior área protegida é Parque, com 03 unidades e um total de apenas 58.096 ha. (BAHIA, 2007).

Além da motivação advinda com o Programa de Desenvolvimento Turístico, um outro aspecto relevante é que APA é uma categoria que não envolve questões fundiárias em sua implantação e gestão, o que implica em menores custo e incidência de conflitos. O § 2º do art. 15 da Lei SNUC (BRASIL, 200) limita-se a prever o estabelecimento de normas e restrições para a utilização de uma propriedade privada localizada em seu interior.

## 2. PESCADORES E MARISQUEIRAS DA ILHA DE BOIPEBA

*“Pescador artesanal opta por viver daquele modo [...], temos que assegurar a ele, dignidade de vida à forma escolhida por ele”.*

*Eugênio Spengler*

*Simpósio Internacional sobre Sustentabilidade,  
Salvador-BA (2010)*



Figura 5: Canoa com petrechos de pesca  
Fonte: Genelício Crusoé, 2010



Figura 6: Pescadores em deslocamento  
Fonte: Genelício Crusoé, 2010

Os pescadores da Ilha de Boipeba realizam pesca artesanal, distribuída pelos ambientes marinhos e pelos extensos manguezais e estuário da região, utilizando pequenas embarcações e canoas. Praticam principalmente a pesca de rede, anzol/vara/linha e espinhel. As marisqueiras usam canoa ou vão a pé.

Dentre os entrevistados neste trabalho, 71% são nativos enquanto 29% são oriundos de municípios circunvizinhos (Figura 7); estes, relataram que chegaram à ilha em busca de sossego ou acompanhando a família. A idade média entre os pescadores é 55 anos, enquanto entre as marisqueiras entrevistadas, 44 anos. A maioria, aprendeu a pescar/mariscar com os pais, a partir dos 6 anos de idade em média (Figura 8) e desde então, trabalham como autônomos. Nas entrevistas, quando questionados sobre escolaridade, 52% responderam que ingressaram no 1º grau, mas não concluíram.

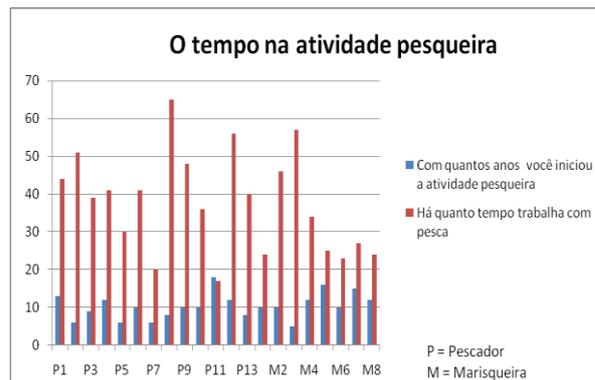
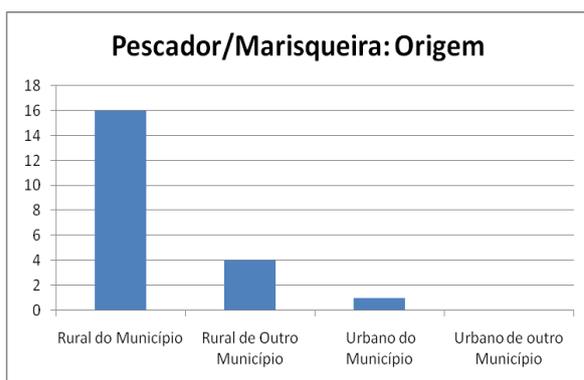


Figura 7: Origem dos pescadores da ilha

Figura 8: O tempo na atividade de pesca

Fonte: Entrevista semi-estruturada a pescadores e marisqueiras de Boipeba, janeiro/2010

Ainda sobre o perfil dos pescadores e marisqueiras entrevistados nesta pesquisa, constatou-se que há dez anos, 67% deles não tinham outra profissão, apenas pescavam/mariscavam. Atualmente este número variou, passando a 42% para aqueles que têm outra profissão. O aumento da busca por outra atividade ficou por conta das respostas das marisqueiras que trabalham principalmente como arrumadeiras em hotéis e pousadas da ilha.

Questionados quanto às horas e aos dias disponibilizados por semana para a execução da atividade, fazendo uma relação entre o tempo ocupado com a atividade hoje e há dez anos, foi possível identificar uma redução na frequência em que exercem a atividade, quando comparada à frequência em que exerciam no passado (figuras 9 e 10).

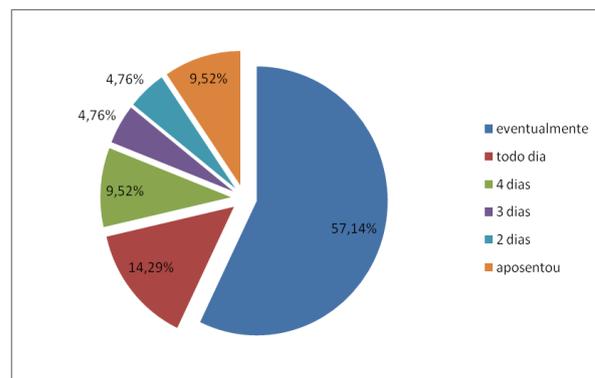
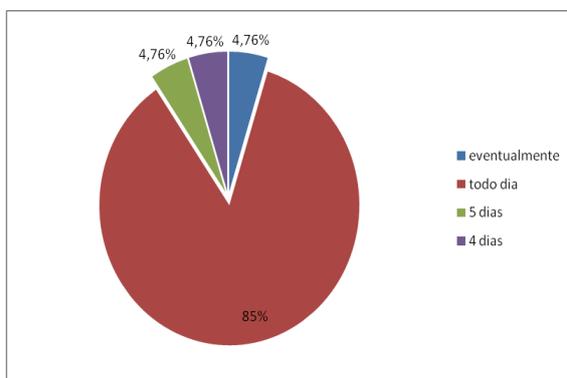


Figura 9: Frequência da execução da atividade pesqueira há 10 anos

Figura 10: Frequência da execução da atividade pesqueira atualmente

Fonte: Entrevista semi-estruturada a pescadores e marisqueiras de Boipeba, janeiro/2010

Na execução de suas atividades, 85% dos pescadores entrevistados praticam pesca de rede, 92% pescam com anzol, vara e linha, 39% utilizam manzoá/armadilha/gaiola, 31% pescam com espinhel/grozeira. Pescadores e marisqueiras quando não vão para suas atividades a pé, utilizam embarcação a remo do tipo canoa – 67% deles, a vela – 10% e embarcação a motor – 23%. Destas embarcações, apenas 9% são próprias.

A Colônia Z-55 que agrega os pescadores da ilha, ratifica a informação de que a embarcação mais utilizada entre os pescadores e marisqueiras é a canoa a remo. Isto se confirma em todo o município de Cairu, conforme pesquisa junto à Bahia Pesca, empresa vinculada à Secretaria de Agricultura, Irrigação e Reforma Agrária da Bahia – Seagri.

Tabela 3: Distribuição da frota cadastrada no município de Cairu, no ano de 2006.

Bote a remo	Canoa a remo	Bote de alumínio	Jangada	Barco a vela	Bote motorizado	Canoa a motor	Pesca desembarcada	Saveiro	Lancha industrial pequena	Total do município	% em relação ao estado
4	286	2	2	14	19	0	5	100	0	<b>432</b>	<b>3,8</b>

Fonte: Bahia Pesca - adaptado (2006)

Também conforme dados da Bahia Pesca, o principal aparelho de pesca praticado no município é a rede de espera, seguida da pesca com linha e das redes de cerco e de arrasto.

Tabela 4: Produção de pescado marítimo e estuarino no município de Cairu, por aparelho de pesca, no ano de 2006.

APARELHOS DE PESCA	CAIRU	TOTAL BAHIA (Ton)	%
Rede de espera	329,2	8.363	3,937
Linhas	233,8	9.598	2,436
Rede de cerco	217,8	3.151	6,914
Rede de arrasto	186,5	5.400	3,453
Espinhel	103,9	1.535	6,767
Curral	48,6	2.271	2,138
Arrastão de praia	42,7	4.211	1,014
Coleta manual	23,3	1.196	1,948
Manzuá	20,5	730	2,804

Fonte: Bahia Pesca - adaptado (2006)

Após investigar o tipo de pesca praticada na ilha, questionou-se que tipo de animal se pesca atualmente, fazendo uma relação com o que se pescava há dez anos. Esta investigação concluiu que houve uma redução na atividade da pesca do camarão de 23% há dez anos, para 19% nos dias de hoje (figuras 11 e 12).

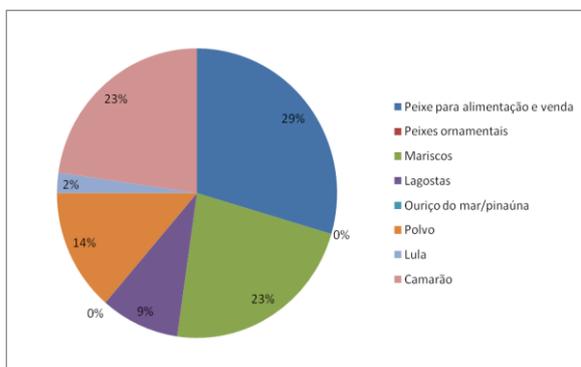


Figura11: animais pescados há 10 anos

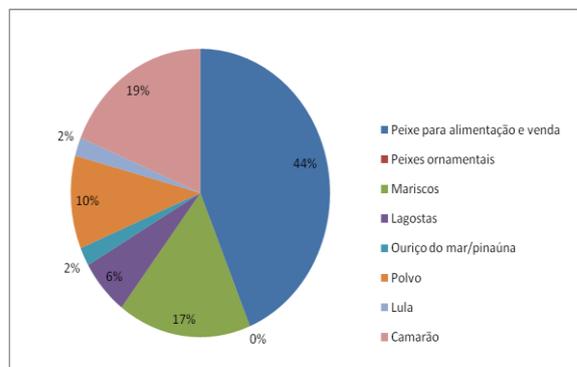


Figura 12: animais pescados atualmente

Fonte: Entrevista semi-estruturada a pescadores e marisqueiras de Boipeba, janeiro/2010

A revisão e atualização do Plano de Manejo/Zoneamento da APA feita em 2008 também constatou decréscimo e atribui a queda à pesca predatória realizada principalmente por barcos de pesca que chegam de outras regiões. São barcos de maior porte munidos de guincho que pescam na época do defeso do camarão, período de setembro a novembro, enquanto os nativos não saem para pescar, respeitando esta condicionante. Segundo as associações, a produção do camarão é o que mais decresce e a que necessita de uma fiscalização mais severa pelos órgãos responsáveis (BAHIA, 2008).

Diante do perfil apresentado, definimos a comunidade de marisqueiras e pescadores de Boipeba como “artesanal” e como “população tradicional” em razão da forma peculiar de convívio social, de trabalho e de interação com a natureza, pelos seus costumes, pelos instrumentos e técnicas no desenvolvimento de suas atividades pesqueiras. A Petrobrás em seu Estudo de Impactos Ambientais (BIODINÂMICA, 2003a) também identificou tais características:

Nessas localidades, a pesca é a atividade econômica preponderante, e acaba por estruturar uma série de relações, tornando-se central na organização dos modos de vida e a referência para a distinção cultural das comunidades locais. O linguajar, os instrumentos, as técnicas de pesca utilizadas, dentre outros, são valorados como elementos tradicionais, marcos de diferenciações de grupos e lugares. (BIODINÂMICA, 2003a, p. 4 da subseção II.5.3).

Dizemos ainda que pesca artesanal é a atividade realizada por população tradicional de forma principalmente manual, com pouca ou nenhuma tecnologia, usando embarcações pequenas; normalmente não apresenta características predatórias, garantindo a ausência de impacto negativo ao ambiente natural. As técnicas utilizadas são transmitidas oralmente, de pai para filho, e emprega força de trabalho familiar e comunitária, onde todos se conhecem e são vizinhos.

A definição da categoria “população tradicional” foi uma cláusula, objeto de discussão entre as linhas preservacionista e socioambientalista, durante os dez anos em que tramitou pelo Congresso Nacional o Projeto de Lei que originou o SNUC (aprovado em 2000 criando a Lei 9.985). A discussão não chegou a um consenso e a cláusula foi vetada do texto final. Dizia o seguinte:

POPULAÇÃO TRADICIONAL: grupos humanos culturalmente diferenciados, vivendo há no mínimo, três gerações em um determinado ecossistema, historicamente reproduzindo seu modo de vida, em estreita dependência do meio natural para sua subsistência e utilizando os recursos naturais de forma sustentável. Capítulo I, artigo 2º, XV – Vetado da Lei 9985/2000, citado por Little (2002).

Pescadores artesanais é uma categoria que se configura no grupo das populações tradicionais. Estão espalhados pelo litoral, rios e lagos têm modo de vida peculiar, assentado principalmente na pesca em pequena escala onde parte é consumida pela família e outra parte, comercializada. O trabalho é realizado entre a família, conhecidos e vizinhos que se solidarizam no viver a atividade pesqueira, quando definem seu território e rotina de pesca (DIEGUES; ARRUDA, 2001).

Aqui o território é tudo livre. Cada qual sabe daquela posição, vai. Ninguém empata um ao outro, não. Agora, se chega gente de fora... porque, aqui mesmo, é uma praia... se veio gente de Garapua pra pescar, ele tem licença, ele pode pescar em qualquer lugar. (EEP n. 9, 24/01/2010).

Soluções que direcionam à aqüicultura podem trazer sucesso preenchendo a lacuna deixada com a escassez do pescado na região, oferecendo oportunidade de trabalho e renda para pescadores e marisqueiras. No entanto, a exploração de manguezais e ecossistemas associados para culturas diversas – cultivo de algas e a maricultura, por exemplo – requer, além dos cuidados naturais que envolvem o cultivo, e cuidados para manter o ecossistema, cuidado também para evitar a privatização de áreas que hoje são de uso comum.

A maricultura e a aqüicultura em geral, pode significar uma alternativa econômica para pescadores e suas comunidades e tem mostrado resultados positivos nas áreas em que é implantada junto a estes sujeitos sociais. Algumas experiências têm sido engendradas junto a pescadores artesanais ao longo dos rios, represas e do litoral brasileiro, pode-se afirmar que se trata de uma atividade em crescimento e com um futuro promissor. (CARDOSO, 2001, p. 93).

O autor traz ainda o exemplo da Santa Catarina que se destaca no cenário brasileiro com a maricultura e especialmente o cultivo de moluscos bivalves (ostras e mexilhões), sendo que os produtores são predominantemente pescadores artesanais. Naquele estado, as áreas propícias para tal cultivo são delimitadas em parques aqüícolas com o gerenciamento realizado pelas Associações de Maricultores (CARDOSO, 2001).

A aqüicultura se configura como uma nova modalidade territorial de uso do mar, devendo se submeter a um ordenamento que se assegure a produção num ambiente livre de conflitos. O Projeto de Gestão dos Recursos Ambientais do Município de Cairu: Projeto Piloto na Vila de Garapuá, sob coordenação do professor Ronan Brito, desenvolveu a carcinicultura como alternativa de manejo, implementando uma normatização informal do uso dos recursos pesqueiros (ONDAZUL, 1999). Para o Professor, esta experiência tem sucesso se implementada num sistema de cooperativismo, sob os moldes de um trabalho familiar, sustentável e de baixo impacto, garantindo o uso comum dos espaços.

A alternativa para garantir que marisqueiras e pescadores de Boipeba permaneçam em suas atividades requer um projeto sólido. Ele, além de assegurar área própria para a comunidade, deve contemplar também os meios para viabilizar a estruturação das atividades em todos os seus aspectos, os quais podem ser assim resumidos: os físicos (preparação do ambiente produtivo e espaço para beneficiamento e armazenamento do produto), o técnico (orientação e acompanhamento permanente de profissionais), o social (esclarecimento e fortalecimento da categoria) e o comercial (incentivos para revenda da produção).

O projeto precisa estar em conformidade com a legislação ambiental em vigor e deve atentar para os riscos de degradação ambiental comum a tais atividades, visando evitar ou minimizar os impactos negativos ao meio ambiente.

Vários Estados possuem políticas de incentivo à aqüicultura no Brasil. No Anexo C deste trabalho trazemos um quadro-resumo da situação do Ceará, baseado no trabalho de Oliveira (2008). Naquele Estado a aqüicultura abrange a piscicultura em tanque-rede, cultivo de algas e carcinicultura (com a introdução da espécie *L. vannamei*).

Também no Ceará, técnicos do Programa de Desenvolvimento e Tecnologia do Instituto Terramar, em parceria com o Departamento de Bioquímica da Universidade Federal do Ceará e com a Associação de Desenvolvimento Comunitário de Flecheiras, desenvolveram uma experiência de cultivo de algas com as comunidades de Flecheiras e Guajiru (Ceará). Naquelas localidades, o extrativismo de algas, atividade tradicional comum entre as mulheres, vinha sofrendo dificuldades pela redução de algas como também pelo baixo preço de venda e o projeto se propôs a reverter este quadro, trazendo mudanças no processo de trabalho já empreendido pela comunidade. Eis uma descrição do processo apresentada e discutida no Seminário Manguezais e Carcinicultura – Nas Mãos dos Pescadores:

Realizado desde 1998 este projeto tem possibilitado o desenvolvimento da espécie *Gracilaria birdiae*, alga vermelha conhecida pelas catadoras de algas como “macarrão” ou “capim”. O cultivo desta espécie está sendo realizado através de estruturas de cordas onde são implantadas pequenas mudas da *Gracilaria*. Depois de montadas, as estruturas são fixadas no mar e o período de espera para coleta é de aproximadamente 60 dias. Durante este tempo, é feita a manutenção da estrutura. Quando coletadas, as algas passam por uma triagem — momento em que se retiram possíveis impurezas, como ramos danificados ou outras espécies que possam ter a elas se agregado. Feito isso, são lavadas com água doce, colocadas para secar e depois pesadas. Este processo recebe o nome de *beneficiamento de algas*. Sua descrição tem por finalidade pontuar a diferença entre a forma como se coleta a alga através do extrativismo — diretamente retirada do banco natural durante o período de maré baixa — para a forma de coleta através do cultivo. Necessário se faz pontuar que o beneficiamento até agora realizado é considerado extremamente simples diante da complexidade que envolve o processamento de algas.

Seminário Manguezais e Carcinicultura – Nas Mãos dos Pescadores (2003)

Aqui no Estado da Bahia há projetos desenvolvidos nesse sentido, o que representa um reforço nas atividades e na renda das comunidades tradicionais ribeirinhas. Conforme a Agência de Comunicação Social do Estado – AGEKOM, a Bahiapisca vem executando o projeto Maricultura de Manejo de Algas para o cultivo em escala comercial da *gracilaria*, com 64 mulheres das localidades de Manguinhos

e Misericórdia, na Ilha de Itaparica, e do município de Saubara. A *gracilaria* é um tipo de alga comum no litoral brasileiro em geral, e no litoral baiano em particular, e este projeto, que envolve não só as técnicas de cultivo, mas também de manejo, produção e comercialização, contribui para melhorar a renda daquelas comunidades, já que o mercado é propício à comercialização deste produto:

Em todo o mundo, são produzidos anualmente sete milhões de toneladas de algas para fins alimentícios e outras 300 mil toneladas para uso diverso pela indústria química. Os maiores produtores são a China, as duas Coreias, Japão, Filipinas e Indonésia. Na América do Sul, o maior produtor é o Chile. O Brasil desponta como grande exportador de algas, mas tem ainda baixa industrialização do produto.

Além dos fins alimentícios e indústria química, o cultivo de algas pode ser aproveitado como biocombustível na produção do etanol, na indústria de cosméticos, na produção de sabonetes e cremes, na bebida, associadas a sucos de frutas, e na indústria farmacêutica. (AGECOM, 2009).

Cada comunidade abrangida pelo projeto trabalha com 5 balsas de cultivo e cada balsa tem a capacidade de produção trimestral de 600 quilos de alga seca que está custando, em média, R\$ 3,00 o quilo. O produto é utilizado pelas indústrias farmacêuticas, alimentícias e de cosméticos e como biocombustível (AGECOM, 2009).

Os atributos naturais – o ambiente estuarino, manguezais, rio e mar – propiciam o desenvolvimento de atividades relativas à aqüicultura em Boipeba, e parte da comunidade se mostrou receptiva. Afinal, seria uma oportunidade para melhoria na renda familiar e na qualidade de vida.

Incluiria aqui que cairia muito bem para a região, pela riqueza da região estuarina, a maricultura. Seria a essência, o ideal, já que existe uma percepção provada pela matemática, o lbama ta ai, de falência, de ausência das espécies que se pesca aqui, existe a diminuição trágica... isso é sinal de falência, então (...) Ou tirar o homem do alto mar para manter ele na região estuarina, com atividade parecida. Por exemplo: a maricultura. como ostricultura, criação camarão, etc. (...) Com espécies que sejam compatíveis com o ecossistema. (ELM n.5, 26/01/2010)

... tivesse alguma maneira de a gente sobreviver não só da pescaria [...] Quando chega os meses Julho, Agosto [...] tendo outra atividade quando faltar o pescado, como agora. (OP, 25/01/2010)

Eu pensei que fosse melhorar, pra gente, com a Petrobrás... Eu pensei que ia ter uns criatórios de ostra, alguma coisa assim, como tem lá em Torrinhos... (OM, 26/01/2010).

## 2.1. O SABER TRADICIONAL



Figura 13: Pescador tecendo sua rede  
Fonte: Genelício Crusoé, 2010



Figura 14: Pesca com rede  
Fonte: Genelício Crusoé, 2010

Aprendi sozinha... com minha mãe ... fui acompanhando e fui aprendendo. Com o passar do tempo a gente vai aprendendo as coisas que não sabia....

De cada coisa aprendi um pouco. ... mariscagem ...desde que eu tinha quinze anos, por aí. ... eu pescava e tudo... nunca fui assalariada ... pescava todos os dias; a gente ficava o dia todo lá só vinha pra casa de tardezinha. Eu saía quatro da manhã, tudo escuro ainda. Aí ficava o tempo todo, era de inverno a verão lá. ... Agora eu faço as pamonha... (EEM n. 1, 18/01/2010)

A pesca é uma das primeiras e mais essenciais atividades extrativistas desenvolvidas pelo homem. O ambiente e objeto de trabalho do pescador é a natureza: marés, correntes, clima, peixes, crustáceos e moluscos.

Segundo Mendes (2002), para administrar adequadamente os recursos naturais, os estudos dos saberes das populações locais sobre a natureza são de suma importância.

Diegues (2000, p.1) define o conhecimento tradicional como “o saber e o saber-fazer a respeito do mundo natural, sobrenatural, gerados no âmbito da sociedade não-urbano/industrial, transmitidos oralmente de geração em geração”. Assim, o autor ressalta a importância da cultura como conhecimento, conduzindo as interações entre a população tradicional e a natureza, à medida em que esta é entendida, representada mentalmente, manuseada e enriquecida pelas comunidades tradicionais.

Moura & Marques (2007) nos trazem que as populações tradicionais possuem técnicas próprias de uso e manejo dos recursos naturais. É dessa forma que elas “interferem no processo de sucessão ecológica, promovem a regeneração de áreas degradadas, a ciclagem de nutrientes e o aumento da riqueza de espécies nos ecossistemas manejados” (POSEY 1983, 1984, MORIN-LABATUT & AKATAR 1992, BALÉE 1994 apud MOURA & MARQUES, 2007, p. 120).

No mar, as tradições de apropriação social pelas comunidades tradicionais tendem a se basear em crenças culturais e valores que se relacionam mais com construir e manter a identidade social e um sentido do lugar do que propriamente com as estratégias de subsistência, afirma Cordell (2000) em seu trabalho.

Esta noção é ampliada por Valencio (2006) ao dizer que as práticas de trabalho na tradição da pesca estão “associadas às dimensões extra-econômicas da vida social - como as relações familiares, a religiosidade, as festas” – mas, além disso, essas práticas são “balizadas pela oralidade e pelas técnicas corporais, necessitando se reproduzir e revitalizar desde a interação com tal espaço, cuja singularidade define as peculiaridades do saber-fazer na interação socioambiental” (VALENCIO, 2006, p.2).

Quando nos voltamos à interferência da ciência nos costumes tradicionais encontramos opiniões de autores diversos. Cardoso (2005), por exemplo, questiona se a ciência pode mesmo contribuir efetivamente para o desenvolvimento sustentável, pois entende que, ao tempo em que amplia na inovação tecnológica, a ciência traz também novos desafios: “as intervenções científicas podem contribuir para a geração de problemas que afetam não somente o meio natural, mas a própria saúde e sustento das populações” (CARDOSO, 2005, p.22).

A autora entende que a atuação da ciência no campo da sustentabilidade ambiental “demanda um olhar muito mais plural e complexo por parte da comunidade científica levando em consideração as relações sócio-ambientais que compõem o cenário/objeto de pesquisa e/ou intervenção” (CARDOSO 2005, p.22).

Para Bandeira (1999) apud Mendes (2002, p.14), o conhecimento tradicional, “pode ser tão válido em termos epistemológicos quanto o conhecimento gerado através da ciência formal, na medida em que ele também é capaz de produzir explicações testáveis de fenômenos observáveis”.

Na conclusão do seu trabalho, Mendes (2002, p.90) afirma que “a interação desse conhecimento tradicional com o conhecimento acadêmico se apresentou como fundamental para o entendimento da dinâmica do meio ambiente e do desgaste que os diferentes ecossistemas têm sofrido”.

Aímola (2002) apud Cardoso (2005) entende que a interface homem e natureza deve ser articulada com base na compreensão do funcionamento: (i) do sistema humano; (ii) do ambiente humano e (iii) a interação entre ambos. Para tanto, necessário se faz a participação de profissionais de diferentes áreas do conhecimento – equipes interdisciplinares – com articulação entre todas as ciências envolvidas.

Diegues (2000) exprime uma preocupação específica com a ciência da conservação. O autor propõe que, para a criação de uma nova ciência da conservação, é preciso uma síntese entre o conhecimento científico e o tradicional. Para tanto, prossegue ele, “é preciso, antes de tudo se reconhecer a existência, nas sociedades tradicionais, de outras formas, igualmente racionais de se perceber a biodiversidade, além daqueles oferecidas pela ciência moderna” (DIEGUES, 2000, p.5).

Aqui a gente sabe... mas veio uns pessoal aí, pegou umas coisas, disse que estudou, que procurou tudo aqui e... não sei... uns diz que eles não acharam nada, que ta tudo normal. Mas diz que tem alguma coisa sim, que eles sabem, mas não diz.

Eu digo que alguma coisa ta acontecendo aqui... ta tendo uma falta muito grande do pescado. Nós não tem mais o caranguejo. Eu digo porque eu sou filha de pescador, meus irmão tudo é pescador, meu marido é pescador. Ta todo mundo sofrendo... me criei dentro do mangue, sempre labutando com marisco (OM, 26/01/2010)

Esta pesquisa identificou que a maioria dos pescadores e marisqueiras começou a atividade aos 10 anos de idade (tendo variado entre 6 e 15 anos), indo pro mar, rio ou mangue com pai/mãe, irmãos mais velhos, ou com vizinho/amigo, aprendendo, dessa maneira, a arte que desenvolvem até os dias de hoje.

Toda essa análise nos dá a certeza da importância em conciliar os diversos saberes em prol do equilíbrio que deve conduzir a gestão integrada do meio ambiente, enriquecida com os conhecimentos técnico-científicos e os tradicionais.

## 2.2. APROPRIAÇÃO DO ESPAÇO DE PESCA

Durante o trabalho constatou-se através de documentos (PETROBRAS 2006, 2007; BIODINÂMICA 2003a, 2003b; SOMA 2007) e das entrevistas em campo que, embora pescadores e marisqueiras da ilha reconheçam seus locais de pesca, a defesa destes locais é ausente na comunidade e, em conseqüência, a área acolhe com freqüência embarcações “de guincho”, vinda de outras localidades e que realizam um tipo de pesca predatória – o arrastão, causando degradação do ambiente físico e a redução do pescado. Este fato é reconhecido em estudos e diagnósticos como os realizados pela Petrobrás e pela empresa El Paso e foi aferido como uma unanimidade através das Oficinas realizadas e dos questionários aplicados junto aos pescadores de Boipeba.

(...) um motor de seis cilindro aqui, imagine! já pescou a noite toda, com quatro barco e dois arrastão em cada barco. Aí vai chegar lá de manhã e vai pegar o que? A gente vai chegando eles tão saindo. Aí vai acabar, e a quem recorrer? E o camarão ninguém consegue. Eu vou lhe dizer que não consegui nem peixe, quanto mais camarão. Eu perguntei a todo mundo: gente, onde é que está o peixe? Não tem peixe. **A ilha de pescador que não tem peixe. Parece mentira. É a mais pura verdade.** (OP, 25/01/2010 – grifo nosso).

Atualmente, a pesca ilegal de camarão com redes de arrasto, nas proximidades da costa e mesmo dentro dos estuários, realizada principalmente por embarcações motorizadas sediadas em Valença, tem constituído um dos principais focos de conflito entre pescadores artesanais do município de Cairu. (PETROBRÁS 2007, p. 13).

Assim é que a pesca, antes principal atividade econômica da localidade, hoje sofre um decréscimo de tal forma que é possível perceber sua redução até mesmo para o consumo local. No contato durante o período do trabalho de campo, pudemos ouvir vários depoimentos como por exemplo:

...o pescado aqui diminuiu muito. Era muito peixe, camarão, essas coisas... todo mundo saía e voltava com os barcos cheio... os barco grande, vem de fora, acaba com tudo aqui... (EEP n. 4 – 19/01/2010).

Para confirmar esta redução do pescado percebida e relatada pela comunidade, analisamos os dados oficiais registrados na Bahia Pesca nos anos 2005 e 2006. Não foi possível obter dados mais atuais nem mais antigos. Estes dados indicam uma queda na produção do município de Cairu de pouco mais de cinquenta por cento, passando de 2.427,9 ton. em 2005 para 1.224,8 ton. em 2006,

representando um decréscimo de 1.203,1 ton. de um ano para o outro. Em valor monetário, isto representa uma queda de R\$ 7.164.174,05, conforme representado na tabela 5.

Tabela 5: Evolução da produção desembarcada do município de Cairu e respectivo valor monetário nos anos de 2005 e 2006.

Volume da Produção Desembarcada (ton)		Diferença (ton)	Valor da Produção Desembarcada (R\$)		Diferença (R\$)
2005	2006		2005	2006	
2.427,9	1.224,8	- 1.203,1	13.073.480,96	5.909.306,91	- 7.164.174,05

Fonte: Bahia Pesca (2005/2006)

Além da sobrepesca e da pesca predatória, os pescadores e marisqueiras estão submetidos ao fato de que a pesca tem suas especificidades como a sazonalidade e a mobilidade. Não obstante, a pesca é uma arte de livre acesso e portanto há dificuldade em conceber seu ambiente como uma unidade onde comunidades tradicionais dependem não só economicamente como socioculturalmente.

As zonas costeiras têm características físicas extremamente dinâmicas. Por esta razão não existe um sistema rígido de definição, que deva ser seguido internacionalmente. Cada país pode adotar o seu sistema, a sua definição, dependendo das condições, das suas capacidades e dos seus objetivos na abordagem do tema.

No Brasil, conforme a Lei 7661/88 que institui o Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro, zona costeira é o “espaço geográfico de interação do ar, do mar e da terra, incluindo seus recursos renováveis ou não, abrangendo uma faixa marítima e outra terrestre” (BRASIL, 1988). Como se vê, a Lei apenas traz uma conceituação, sem definir limites geográficos.

Sendo estas fronteiras tão imprecisas, sua definição passa a existir conforme a extensão das atividades humanas baseadas na terra, mas que possuem uma influência mensurável na química da água do mar ou na ecologia da vida marinha (POLLETE et al, 1997, apud SANTOS, 2002).

Visando ordenar melhor a grande extensão da costa brasileira e a variedade de aspectos naturais, de paisagens, de modos de ocupação e de atividades sócio-

econômicas que a caracterizam foi aprovado o Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro, através da Resolução nº 01/MM de 21/11/1990.

Entende o Plano que, considerando todos estes aspectos, não seria razoável definir a zona costeira (seus limites externos marítimo e terrestre) por meio de distâncias fixas. Então, para estabelecer certa uniformidade e coerência nesta definição, o Plano leva em conta certos critérios como:

- a não fragmentação da unidade natural dos ecossistemas costeiros de forma a permitir a regulamentação de utilização de seus recursos respeitando sua integridade;
- para o limite externo da faixa terrestre, a linha de cristas da configuração topográfica do litoral ou, no caso de planícies costeiras muito extensas, o ponto até onde se faz sentir a influência do mar, observada pela intrusão da salinidade nos rios ou pela variação do nível das águas, pelo efeito das marés;
- para o limite externo da faixa marítima, o espaço submerso até onde ocorram movimentos (ondas, correntes e marés), que possam ocasionar processos naturais (sedimentação ou erosão), capazes de afetar a natureza constitutiva da costa. Via de regra, as ondas exercem influência sobre o fundo até profundidades correspondentes à metade de seus comprimentos;
- tanto para a faixa terrestre como marítima considerar as áreas marcadas por intensa atividade sócio-econômica e sua área de influência imediata.

Em resumo, o Plano define que os limites terrestre e marítimo da zona costeira devem ser estabelecidos nos Planos Estaduais de Gerenciamento Costeiro em função de suas características naturais e aspectos sócio-econômicos a fim de ajustar a definição da zona costeira à realidade existente em cada região ou Estado.

Na comunidade pesqueira, a delimitação e apropriação do território individual ou do grupo se dá através da instalação de apetrechos em um ponto, tais como as armadilhas fixas. Cardoso (2001) em sua pesquisa identifica apropriação do espaço aquático através de uma forma territorial, pela fixação das armadilhas de pesca nos

ecossistemas lagunares e estuarinos de norte a sul do país. Ele descreve diversas modalidades de territorialidade de pesca e sua apropriação em mar aberto, encontrando nos diversos pontos do país sistemas de rodízio ou revezamento desses pontos no tempo e delimitação através de, por exemplo, esporões rochosos ou enseadas adjacentes. E conclui:

No caso da atividade pesqueira, em especial na pesca marítima, os pescadores produzem seu território em um meio aparentemente indiviso e de grande mobilidade e a pesca pressupõe uma interação contínua com a natureza. Na apropriação deste meio se constrói os territórios de pesca.

(CARDOSO, 2001, p. 82).

Cordell (2000) traz uma expressão para definir o complexo sistema local de direitos de pesca: sistema de apropriação social marítima, que nada mais é do que um conjunto de regras que organizam o acesso ao território, sem um estatuto legal que as ampare.

Entendendo que há um primeiro nível de território pesqueiro, Cardoso (2001) vê a apropriação da natureza no ato produtivo da pesca, incorporando na criação deste primeiro nível “elementos de um espaço tridimensional: mar (coluna d’água e substrato marinho), terra e céu, como fruto de um processo de conhecimento que faz parte da cultura pesqueira” (CARDOSO, 2001, p. 63).

Little (2002, p.3) define a territorialidade como o “esforço coletivo de um grupo social para ocupar, usar, controlar e se identificar com uma parcela específica de seu ambiente biofísico, convertendo-a assim em seu ‘território’”. Levando-se em consideração que este esforço coletivo de ocupação, uso e controle se associa à historicidade e, portanto, “qualquer território é um produto histórico de processos sociais e políticos” (LITTLE, 2002, p. 3), devemos buscar a compreensão da forma como os pescadores de Boipeba percebem e se relacionam com seu território, através do contexto histórico específico de sua origem, uso e defesa deste território.

Assim é que sugerimos uma explicação: um povo que historicamente sofreu ocupação, processo de colonização, influência jesuítica, não entende como seu, aquele território – para muitos deles, único que conhece na vida. O sentimento de pertencimento existe de forma limitada (já que reconhecem seus pesqueiros mas não desenvolvem mecanismos de defesa para assegurar a apropriação daqueles espaços) e vêm atônitos e desconcertados, porém, inertes, a mudança em suas

vidas decorrente da chegada e fixação de novos costumes que vão, aos poucos, lhe tomando os espaços, como demonstrado ao longo deste trabalho.

Tendo a história de sua ocupação guardada na memória coletiva, as suas rotinas estabelecidas, as modalidades de uso e os vínculos mantidos com o território, seria de se esperar que também se desenvolvessem formas de defesa deste território.

O sentimento de posse através da relação direta com o território e sua conseqüente defesa não foi percebido entre a população de pescadores e marisqueiras de Boipeba. Quando perguntados nas entrevistas “Como se dava a definição do espaço de pesca/mariscagem?”, 99% respondeu “não existe” e apenas 1% respondeu “reunião de grupos” como recurso para definirem seus momentos, formas e locais de pesca. Embora tenham respondido que não existe definição do espaço de pesca, eles identificaram e nomearam locais, durante as oficinas.

Agora o que vem ocorrendo é que aquele local que era de pesca acabou, não tem o local de pescar como havia. Nós cansava de ir, agora não vai mais. (OP, 25/01/2010).

Esta declaração refere-se principalmente ao pescador localizado hoje na área de operação de Manati, fato identificado e reconhecido pela Petrobrás desde a fase de estudos para implantação do Projeto:

No entanto, alteração nas rotas de embarcações de pesca pode representar impactos significativos, uma vez que inviabiliza a exploração de pesqueiros tradicionalmente utilizados. (BIODINÂMICA, 2003a, Seção II.6, P. 8/38)

Já quanto a uma forma de defesa deste espaço, de fato, constatamos que não há um sentimento de pertença e, por conseguinte, não há sistemas de defesa. Quando perguntados “De que forma vocês fazem a defesa do território?”, 100% dos entrevistados responderam que “não existe” forma alguma de defesa dos seus territórios.

... muita embarcação de fora... arrastão pegando no centro... fica na lama... 6, 10, 15 barcos de guincho, que vem de fora, de tudo quanto é canto aí... dia e noite... a gente vai pegar o que??? só pode é acabar. eles vem de fora, até do Espírito Santo, vem... e só pode é acabar com tudo... a gente vai fazer o que? (OP, 25/01/2010)

Também não identificamos a situação de sigilo de informação da descoberta de pesqueiro de boa produtividade. Para Diegues & Arruda (2001, p. 25), um pesqueiro produtivo, quando descoberto, é “marcado e guardado em segredo pelo

pescador que o descobriu por um complexo sistema de triangulação de pontos”. Na comunidade de pescadores de Boipeba, ao menos nas entrevistas, oficinas e observações do trabalho de campo, a percepção foi de que a informação se espalha com muita rapidez, chegando até localidades mais distantes:

O pescado sumiu. Antigamente nós saía assim, voltava com o barco cheio. Agora, quando a gente chega é uma dificuldade. E quando aparece um camarão assim, maiorzinho, que dizem que lá em tal lugar apareceu um camarão maiorzinho, no outro dia os barco de fora já tá tudo lá, quando a gente chega num encontra mais nada...” (OP, 25/01/2010)

Interessante perceber essa característica na comunidade de pescadores de Boipeba, que se difere do modelo tantas vezes visto em outras comunidades e transcrito na literatura. O que ocorre na comunidade pesqueira desta região é que embora exista a apropriação do território de pesca, pois eles identificam os pontos, reconhecem e nomeiam seus pesqueiros e se utilizam do sistema de armadilhas fixas, entre eles **não existe o sentimento de pertença** e, portanto, não há a defesa deste território pela comunidade. Há na comunidade a compreensão de que se trata de recursos comuns e de acesso ilimitado, mas não existem mecanismos que regulem o acesso aos pesqueiros. Contudo, um dos pesqueiros de uso comum desses pescadores passou a ter mecanismo de controle e regulação do acesso: com a finalidade de exploração de gás, a Petrobrás chega e se instala nas proximidades de um dos pesqueiros da comunidade proibindo o acesso, o trânsito e o desenvolvimento de suas atividades pesqueiras naquele local.

Processos semelhantes foram constatados na pesquisa de Cardoso (2001), em diversos pontos do país, de maneiras distintas e muitas vezes desaguando nos fóruns, encontros, workshops com levantamento de propostas que apontam na direção da territorialidade da atividade pesqueira e dos conflitos subjacentes a esta territorialidade.

Essas propostas constataam que o território da chamada pesca artesanal está sendo invadido por outras, e mais recentes, formas de exploração do pescado, como a pesca industrial e mesmo por outras atividades econômicas, como o turismo. (...) Visto desse ângulo, temos a pesca artesanal, compatível com a preservação dos recursos pesqueiros, sendo expropriada de seu território e do seu pescado (...) A disputa por territórios e recursos pesqueiros ocorre também no interior da pequena pesca. (CARDOSO, 2001, p. 85).

Atribuimos este tipo de situação à ausência de reconhecimento legal ou instrumento legal que assegure a existência dos territórios da atividade pesqueira artesanal.

### 3. DINÂMICAS PRESENTES NA LOCALIDADE E SUA INTERFERÊNCIA NO MODO DE VIDA DOS PESCADORES

O pescador artesanal tem uma relação com o ambiente natural que o envolve e favorece a execução do seu trabalho, graças ao conhecimento passado através das gerações, conhecimento este denominado “tradicional” (veja Capítulo 2 deste trabalho). No caso em estudo, os pescadores vivem e trabalham numa APA que por definição é uma Unidade de Conservação de uso sustentável, ou seja, a exploração e aproveitamento econômico direto são permitidos, mas de forma planejada e regulamentada.

Esta região vivencia um momento de inserção de fatores de crescimento econômico – principalmente o fluxo turístico e a atividade de exploração de gás natural em sua proximidade –, fatores estes, alheios ao modo de vida que lhe era peculiar pela condição de ilha relativamente isolada do continente.

Registramos nesta pesquisa, mudanças percebidas pelos moradores. Nas entrevistas com pescadores, quando perguntados sobre socorro médico, “Em caso de acidente onde é preciso atendimento médico”, 99% responderam que “é resolvido com atendimento local na maioria das vezes” e apenas 1% respondeu “não é resolvido com atendimento local na maioria das vezes”. Já quanto à necessidade de deslocamento, a resposta foi unanimidade: 100% responderam “tem facilidade de deslocamento (ambulância, outro)”. Quando perguntamos a mesma coisa, recuando no tempo para “Antes do aumento do turismo e da chegada de Manati, quando acontecia um acidente onde era preciso atendimento médico” tivemos novamente unanimidade nas respostas: 100% responderam “não era resolvido com atendimento local na maioria das vezes” e “não tinha facilidade de deslocamento (ambulância, outro)”. Os moradores contam com uma ambulancha da prefeitura municipal de Cairu, para o atendimento médico de urgência com necessidade de deslocamento.

O registro da existência desse avanço social, em termos de saúde pública em Boipeba, é aqui considerado como ilustrativo da integração da ilha ao continente, assim como também é ilustrativa, a declaração:

Não sempre teve não. Agora que Decio voltou a governar o município aí ele colocou a ambulancha aí. Aí qualquer coisa, todo atendimento tem ali. Se tiver de colocar no soro já vai no soro pra algum lugar. (OP, 26/01/2010).



Figura 15: Ambulancha chegando ao Porto de Boipeba  
Fonte: Genelício Crusoé, 25/01/2010



Figura 16: Interior da Ambulancha  
Fonte: Genelício Crusoé, 28/01/2010

Enquanto a integração com o continente para o serviço de saúde se dá com o deslocamento das pessoas, para a educação a integração é virtual; a faculdade mencionada no depoimento a seguir, opera com educação à distância, o que denota a apropriação da tecnologia de comunicação.

Então 90% são descendentes de pescadores mesmo... claro, evoluiu, agora chegou... melhorou o grau de instrução de cada um, hoje já tem até faculdade aqui dentro e ta melhorando. (ELM n. 9, 27/01/2010).

É preciso estar atento que os conceitos de desenvolvimento e crescimento econômico são distintos. O crescimento econômico está no âmbito do aumento da produtividade, enquanto o desenvolvimento é um processo de transformação de uma determinada sociedade. Assim, conforme Pessoti, (2006), um crescimento econômico que não trouxer melhor distribuição de renda entre todos os que participam do processo não terá também, contribuído para o desenvolvimento. Para tal, é preciso que haja melhoria da renda per capita e melhoria nos indicadores sociais.

Ademais, é preciso saber que tipo de crescimento e que tipo de desenvolvimento é desejado ou necessário, ou poderia dizer ainda, adequado, considerando os aspectos socioambientais diferenciados e distintos dos padrões desenvolvimentistas das sociedades globalizadas. É premente conciliar a

preservação ambiental com o crescimento econômico e com as condições de vida da comunidade.

A emergência da problemática ambiental e seu enfrentamento impõem uma noção de desenvolvimento se não for pautado na sustentabilidade ampla, integral. Muricy (2009), seguindo os princípios enumerados por Sachs (1994) e Loiola e outros (2008), faz uma distinção entre diversos aspectos de sustentabilidade, como: a **sustentabilidade ecológica** que “pressupõe o respeito à capacidade de suporte dos ecossistemas e ao limite de consumo dos recursos naturais”; a **sustentabilidade econômica** que vai além da harmonia entre crescimento e uso dos recursos e internaliza os vetores de crescimento no local; a **sustentabilidade social** que envolve a participação cidadã no processo de desenvolvimento, a fim de garantir crescimento estável e com menor desigualdade em termos de renda e qualidade de vida; a **sustentabilidade cultural** que visa encontrar soluções que valorizem as especificidades da cultura local e por fim, a **sustentabilidade espacial** que a autora refere a uma “distribuição geográfica mais equilibrada dos assentamentos turísticos” (SACHS, 1994; LOIOLA et al apud MURICY, 2009, p. 21). É nesta perspectiva que as interferências na ilha de Boipeba estão aqui examinadas.

### 3.1 TURISMO

Na década de 1960, entendia-se o turismo como a melhor alternativa para o desenvolvimento de países ditos na época, de Terceiro Mundo, por não requerer altos investimentos em infra-estrutura e por possibilitar o dinamismo econômico, aquecendo setores como construção civil, imobiliário e de entretenimento. A antiga visão de que o turismo seria uma “indústria limpa” que não provocava alterações passa a dar lugar à compreensão de que a atividade provoca, sim, transformações várias e requer um senso de sustentabilidade que fundamente um novo modelo.

O aumento do interesse das pessoas pela natureza faz com que espaços com ecossistemas mais preservados ou com características inerentes ou propícias para seleção de Unidade de Conservação sejam os mais requisitados para visitação. Dias

(2003) observa que “o maior interesse pela natureza está se convertendo na principal motivação para sua destruição” (DIAS, 2003a apud MURICY, 2009, p. 47). Isto se agrava quando há uma falta de planejamento, de gestão e de garantia do cumprimento das leis ambientais, especialmente quando se refere a uma Unidade de Conservação.

O PDITS / PRODETUR/NE II aposta na atividade turística como meio para o incremento da economia local e, por conseguinte, geração de emprego e renda para seus habitantes, além do aquecimento do comércio local. Para o governo, o turismo pode ser a solução para a economia do Baixo Sul. Entretanto, a experiência na APA em estudo mostra que com o aumento do fluxo turístico, aumenta também a pressão sobre o ecossistema que tem capacidade de suporte limitada, não renovando na mesma velocidade em que é consumido. Isto nos leva a consolidar o pensamento de que a atividade turística só deve ser exercida com base num ordenamento do setor e levando-se em conta a pressão antrópica, a degradação dos recursos e a forma de vida dos povos tradicionais.

A história do turismo na ilha de Boipeba tem uma característica interessante pelo seu aspecto diferenciado. A ilha vivia em relativo isolamento, atribuído principalmente à dificuldade de acesso, o que dificultava sobremaneira o turismo naquela localidade (BAHIA, 1998, p. 5).

Este mesmo isolamento é citado pelo Secretário Municipal do Desenvolvimento Sustentável do município de Cairu, Sr. Antonio Isaias do Rosário Ribeiro num documento de set/2008 denominado “Costa do Dendê – Estado da Bahia. O município-arquipélago de Cairu”. Para o Secretário, a micro-região conhecida como Baixo Sul ficou “pulsando, latente, mantendo uma qualidade de vida razoável para os seus habitantes, que tinham na pesca e na agricultura o seu sustento”.

A partir da década de 80, a atividade turística em Boipeba passa a se desenvolver com muita força, atraindo grande quantidade de turistas, veranistas e investidores. Este fato coincide com a interligação de Boipeba ao sistema da Coelba, realizada em 1985, através de uma travessia subaquática. De 1971 a 1985, existia um gerador de propriedade da prefeitura de Cairu, conforme levantamento de

informações junto à concessionária Coelba e à Secretaria de Infraestrutura do município de Cairu.

A Associação de Amigos e Moradores de Boipeba – AMABO registra o início do turismo na Ilha de Boipeba nos anos 1989/90 com 3 pousadas, evoluindo para cerca 12 pousadas na virada do século.

A Revisão e Atualização do Plano de Manejo - PM identifica um turismo insipiente na região na década de 1980, aumentando significativamente na década de 1990: “Em 1991, o número de visitantes de Morro de São Paulo não chegava a 50 mil por ano. No final da década, este número já ultrapassava os 100 mil visitantes e, em 2004, os 120 mil” (BAHIA, 2008, p. 89). Conforme o documento, não há registros oficiais sobre o fluxo turístico ou as receitas geradas com as atividades turísticas nas demais localidades do arquipélago.

Entretanto, quando analisa o turismo em Boipeba, reconhece que a vila se destaca como o segundo principal destino turístico da APA, tendo recebido em 2005 cerca de 14 mil visitantes que gerou uma receita de aproximadamente 5,9 milhões de reais ou 2,8 milhões de dólares (BAHIA, 2008). Até a conclusão do trabalho, havia em Boipeba 36 pousadas e 743 leitos. Hoje, conforme a AMABO existem cerca de 50 pousadas e 1.000 leitos.

O Plano de Manejo da Unidade reconhece em seu diagnóstico que a crescente atividade turística merece uma atenção especial do poder público devido a impactos que vem provocando ao meio ambiente local, principalmente pela “falta de infra-estrutura de apoio ao turismo e também pela ausência de uma fiscalização dos órgãos competentes” (BAHIA, 1998, p. 86). O PM cita como conseqüências, o desordenamento do uso do solo, a descaracterização da tipologia habitacional decorrente da mudança de uso (pousadas, bares, restaurantes), a ocupação de sítios históricos e de áreas de risco (encostas), loteamentos clandestinos, invasões, entre outros.

Investimentos em estudos e pesquisas para conhecimento do limite de uso dos recursos, definição da capacidade de carga dos ecossistemas, monitoramento, fiscalização e controle são extremamente necessários para garantir o objetivo da APA – resguardar ecossistemas de relevante interesse ambiental – e a participação

da comunidade local é fundamental para assegurar o bom desempenho desse processo.

Na região deste estudo, o ecossistema costeiro é relevante em termos de produção pesqueira por ser a principal atividade econômica. Entretanto, conforme estudos da Fundação Ondazul (1999), o turismo local crescente fez com que houvesse um aumento da demanda que, para ser atendida, gerou, por consequência, uma pressão maior sobre o ecossistema, reduzindo significativamente a quantidade de pescado. Dentre os principais causadores dos impactos ambientais negativos, a ONG cita a sobrepesca, a pesca de arrasto e a pesca do polvo (*Octopus vulgaris*) com hipoclorito de sódio. Esta informação é confirmada por pescadores:

Tinha dias que pegava, só 1 pescador, pegava 30 tartaruga, 20 cações, tubarão grande... Isso, enquanto a população era pequena, dava pra sustentar. Quando a população cresceu, a partir da década de 80, aí sim, aí tomou um impulsozinho, camarão, todo mundo queria comprar camarão na região, cresceu um pouquinho, a população aumentou, a qualidade de vida melhorou um pouquinho. A partir da década de 80, em 84/85, aí chegou energia e água – água, luz e telefone, chegou tudo junto. Aí nós começamos a, a comunidade passou a ter uns dias melhores. E quando o turismo chegou, que houve necessidade do pescado, aí já não tinha mais, entendeu? Já não tem mais o pescado, porque a região toda precisou. Toda a região cresceu. (EEP n. 9, 27/01/2010).

Esta informação é útil para mostrar efeitos práticos da pressão antrópica sobre o ecossistema, que até então se mantinha estabilizado, garantindo a sobrevivência dos pescadores e marisqueiras da região através da relação mantida com seus recursos naturais. Parte da condição de estabilidade se deve à característica de isolamento espacial e histórico que mencionamos no Capítulo 1 desta pesquisa, como confirma a Secretaria de Cultura e Turismo da Bahia através da Publicação Roteiros Ecoturísticos da Bahia – Costa do Dendê (BAHIA, 2003a):

Até o século XIX todo o processo de comunicação era realizado por mar e alguns cursos d'água. Por essas vias cada aglomeração estabelecia contatos diretos com Salvador e, de forma precária entre si, criando assim o isolamento dessas cidades, verdadeiras ilhas do ponto de vista econômico e cultural. (BAHIA, 2003).



Figura 17: Turista em Moreré  
Fonte: Genelício Crusoé, 2010



Figura 18: Embarque de turistas no Porto  
Fonte: Genelício Crusoé, 2010

Numa comparação entre o uso tradicional realizado pelas populações locais e o uso turístico que vem sendo intensificado ao longo do tempo, temos que o primeiro, na maioria das vezes, é de baixa intensidade e grande extensão espacial, enquanto o último é usualmente concentrado e de maior intensidade (ZUBE & BUSH, 1990 apud MORSELLO, 2008), equivalendo a características de ocupação espacial rural e urbana, respectivamente.

Entendendo que a comunidade de Boipeba tem um modo de vida diferenciado conforme as proposições acima e que o fluxo turístico na ilha vem se intensificando, sigamos ainda na mesma linha de análise e vejamos outro olhar sobre o assunto: Lessa (2007), em sua pesquisa, constata que Morro de São Paulo, na ilha de Tinharé, sofre as conseqüências de um crescimento turístico desordenado. A autora chega a esta conclusão em razão da presença de fatores como “descaracterização paisagística, especulação imobiliária, escassez de água, falta de saneamento, explosão demográfica, desigualdade social e choque cultural entre nativos e novos moradores (donos de pousadas, bares e restaurantes) muitos dos quais, estrangeiros.” (LESSA, 2007, p.86).

Além desta percepção, trazemos aqui um relato do PM da APA, quando caracteriza o meio antrópico que compõe o capítulo do diagnóstico ambiental: o estudo constata, através da opinião de lideranças que “o turismo expulsou os nativos do Morro de São Paulo (...) e a população adjacente, até então vivendo do extrativismo, passa a se inserir na economia local como sub-empregado no turismo” (BAHIA, 1998, p. 121).

Para um entrevistado em nossa pesquisa, a atenção para o crescimento do fluxo turístico não pode ser negligenciada e o vizinho Morro de São Paulo, pelos traços semelhantes e pela proximidade, pode enriquecer as tomadas de decisões sobre o assunto:

Eu acho que o nosso grande mestre é Morro de São Paulo; a gente sabe o que deu certo lá e o que não deu... nosso irmão, a gente não está falado mal do Morro, mas tem um bocado de exemplo a se seguir - ou a não seguir (ELM n. 6, 26/01/2010).

As características naturais de Boipeba são o principal atrativo turístico. Turismo este que vem se intensificando na Ilha ao longo das últimas décadas, aumentando o número de pousadas, a demanda de pescado e, em consequência, exercendo uma pressão maior sobre o ecossistema e interferindo na vida da comunidade, e, por conseguinte, nas características naturais e no modo de vida da população local.

Conforme Lessa (2007, p. 81), mais que uma atividade, o turismo tornou-se um “segmento econômico estratégico de análise complexa e interdisciplinar, configurando-se como um ramo das ciências sociais, uma vez que sua análise extrapola o caráter econômico”. Em uma fala registrada em nosso trabalho de campo, uma marisqueira relata problemas referentes ao crescimento populacional, violência, prostituição, drogas, que ilustram desdobramentos da atividade turística em questão social.

Tem de ver as coisas... a bandalheira que rola... droga... eu mesmo, fico na luta pra criar os menino. É muito difícil aqui, com esse povo que chega.

A gente nunca sabe as pessoas que vem aqui... a gente andava sozinha por aí, hoje eu não ando só... porque tem muita gente estranha, a gente não sabe quem é... hoje a gente não pode dizer assim “eu vou ali, no campo”... a gente não sabe o que vai no coração dos outros... porque antes, a gente saía, todo mundo se conhecia...

Hoje, tem droga, as meninas tudo novinha, com filho no colo... a gente tem que cuidar bem dos filho... não ta fácil!

(OM, 26/01/2010).

O turismo na ilha já é um processo consolidado no sentido de que, sendo uma região com características naturais relevantes, atrai visitantes que, por sua vez, ocupam o espaço, alterando o meio em todas as suas vertentes: natural, social, cultural, econômica. A título de exemplificar a condição consolidada do turismo e sua

interferência, citamos um empreendimento aprovado e já com obras em andamento nas proximidades da Praia de Boca da Barra. Trata-se da construção de um Shopping Center. O proprietário tem a intenção de ajudar os nativos conforme declara um morador aposentado: “ainda tem isso, que os gringos, eles estão fazendo um shopping ali, mas eles fizeram reunião com a comunidade, ele quer que todo mundo da comunidade compre um ponto pra negociar” (entrevista morador n. 1, 25/01/2010). Um outro entende que esta intenção é de respeito do estrangeiro para com a comunidade local: “Ali eles querem fazer um shopping e querem que cada nativo compre um ponto. Fique negociando com o ponto pra pagar a ele, então são pessoas que não tira os valores daqui...” (entrevista morador n. 2, 25/01/2010). Já num outro momento, registramos o diálogo:

[...] aqui a Perini mesmo, da Fazenda Pontal, ta fazendo uma modificação, ta fazendo uma infra-estrutura de modernização, inclusive criando um novo espaço, que vai ser chamado de Shopping Center. É uma novidade excepcional para aqui e isso é uma mudança radical do *modus faciendi* que lhe falei. E pescador pode viver em Shopping Center né? Então, não sei como vai ser a reação dessas pessoas, mas eu to sentindo que as pessoas vão ter que se adaptar. Porque o poder econômico é forte, ta fazendo, ta dando emprego, tem licença, ta legalizado e vai ter que fazer, entendeu?

[...] Será que o nativo vai ter condições de pagar \$1.500 contos, 2.000? será que tem dinheiro para isso?

[...] E depois a manutenção, porque eles devem cobrar um aluguel...

[...] Adiar o momento e depois dizer “olhe, ta vendo que o nativo não consegue manter isso?”...

(ELM n. 5 e 6 – 26/01/2010)

Além da já reconhecida ausência de capital inicial<sup>1</sup> para a população de pescadores de Boipeba empreenderem economicamente, diversificando sua fonte de renda, a sustentabilidade, no seu aspecto social que deve ser almejada, implica em alcançar um desenvolvimento com menor desigualdade em termos de renda e qualidade de vida da população. Ocorre que a população residente não foi preparada para lidar com este novo mercado que se instala em seu espaço físico, social e cultural, como podemos perceber na fala de um entrevistado:

---

<sup>1</sup> Embora haja menção da renda do pescador no EIA/RIMA (BIODINÂMICA 2003a; 2003b), no PIPP (PETROBRAS, 2006; 2007) e no Plano de Manejo da APA (BAHIA, 1998), há ausência de dados exatos ou estimados da referida renda e/ou da sua queda.

E eu estou vendo aqui o seguinte: a necessidade urgente de preparar mão de obra, pra não acontecer a mesma coisa que aconteceu em Morro de São Paulo. Morro de São Paulo deu um pulo fantástico, chegou a um estágio de turismo da maneira que está, com um pessoal desqualificado para exercer este tipo atividade. Como aqui pensa em ter um turismo sustentável, todos os dias, é preciso que se vá preparando essa mão de obra do nativo que ele não vai poder ter a pousada, ter o shopping, ele vai ser empregado... camareira, guia de turismo, cozinheira qualificada, entendeu? Acho que isso tem que se pensar urgente. Claro que o poder público não pode, estou pensando... quem sabe até aparecer aí uma iniciativa privada com essa preocupação ou alguma instituição – Senai/Senac - ou uma escola dessa aí, não sei qual, para vir aqui capacitar essas pessoas, para já ir crescendo. Pra quando chegar ao patamar, daqui a 10 anos, e eu acho que vai chegar, numa situação bem diferente né? Não se tornar um Morro de São Paulo, você veja, hoje você chega em Morro de São Paulo, como eu estou lá também, e agora é que está se pensando no individuo que entra no barco para atender no catamarã, barco que só vem a fina flor internacional, o cara não sabe nem se dirigir, pegar uma mala... “hei hei hei!!!” - abordagem - Isso é o primário que se tem, né? a pessoa até se assusta, vai atacando, parecendo um bocado de famintos em cima, o cara vem de lá da Alemanha, França, vem do Rio de Janeiro, São Paulo e se sente... é o tipo de atividade que acho que tem que ser tratada aqui urgentemente, para não acontecer o que aconteceu com Morro de São Paulo. (ELM n. 6, 26/01/2010)

A migração da economia para esta atividade requer uma preparação, um investimento na comunidade, a fim de que ela passe a ter condições de se tornar empreendedora e isto vai desde a melhoria da escolaridade até a concessão de financiamentos e linhas de crédito. Mecanismos que direcionem os empresários a empregar mão de obra local em melhores funções com maiores rendas, também devem estar contemplados neste processo.

A atividade pesqueira, principal atividade econômica do local, hoje migra para os diversos serviços demandados pelo turismo. Isto se deve a diversos fatores como a redução do pescado, o desinteresse das novas gerações pela atividade e tendo, por outro lado, um crescimento do setor turístico na localidade.

A atividade pesqueira, além de esteio econômico, compunha fortemente os traços culturais da Ilha. O turismo interfere na cultura local na medida em que os costumes tradicionais são postos de lado para se adequar aos padrões de origem dos visitantes. Grande número dos nativos entrevistados alegou ter problemas com donos de pousadas (ressaltamos que se trata de empresários de fora que se instalaram na ilha). Estes problemas são principalmente relacionados ao barulho, desde a carroça puxada nas primeiras horas da manhã, quando o trabalhador sai pra sua lide, ao conserto de um telhado, chegando às festividades, como podemos ver:

[...] quem chegou (empresários) oprime os costumes dos (nativos) daqui, e os (empresários) daqui, porque são patrões, não querem se manifestar com maior agressividade porque são patrões, são geradores de emprego... ta? então fica na dele, mas reclamam nos cantos, na esquina, tomando uma cervejinha, quando fica mais à vontade... (ELM n. 5, 26/01/10)

[...] principalmente a partir do turismo, sabe por que? Por exemplo, a AMABO, ela é assim... tem elementos nela, empresário, que vende essa tal Boipeba que não existe, já falei pra vocês... se queixa de uma festa que existe a quase 2 km da praia, que lá nem ouve o barulho, a tal Pagoda. Pagoda é um lugar de festa aqui, que de vez em quando tem uma. Que necessidade eles têm de tá boicotando a Pagoda, já que também é uma necessidade do turista quando vem pra aqui... ele quer é uma noite de festa, conhecer os nativos, a vida do local, dançar tomar uma caipirinha lá numa festa dessa, quer conhecer o povo daqui. Mas a AMABO se incomoda, o pessoal de lá, e aí registra queixa no ministério público... (ELM n. 6, 26/01/10)

[...] a nativada aqui, desde pequeno que a gente tem aqui a festa do Divino Espírito Santo, que é o padroeiro daqui. Geralmente ficava 3 dias em festa [...] a gente fazia um tal de leilão pra gente ter a festa da padroeira... morreu! a gente tinha aqui bumba meu boi, a gente tinha aqui terno de reis, a gente tinha aqui carnaval, ritmo de carnaval nosso, próprio... tudo isso morreu... (ELM n. 5, 26/01/10)

[...] são poucos os que (reclamam) ... estrangeiros, inclusive, que... a comunidade de pescadores gosta de som, gosta de festa, gosta dessas coisas. E tem pessoas que veio pra aqui pra descansar, botar um ponto... e divulgam que é um paraíso, entendeu? E aí com problemas sonoro, aí as pessoas ficam irritadas... (ELM n. 9, 26/01/10)

[...] então, "X" (*omitimos o nome*) mesmo, tem pousada na praia. Mas o pessoal fazer uma festa, cá no Areal, perto ali da Casa de Farinha, incomodava ela... aí ligava... não tem o bom senso de no outro dia vim aqui conversar... ligava pra polícia, pra polícia prender, que tava incomodando ela... ligava até pro delegado em Cairu. Quer dizer, aí os nativo realmente fica... "perdi o direito de ser nativo..." quer dizer somos nativo e não temos o direito de fazer o que a gente gosta de fazer, que não é nada de mais (EEP n. 9, 28/01/10)

[...] que como tem hóspede, não pode fazer zoada pro hóspede, né? E aí como é que fica isso, porque a ilha acorda cedo, os pescadores têm que sair pra trabalhar cedo, tem que ligar o motor do barco (EEP n. 3, 26/01/10)

Desses depoimentos é possível perceber que a concepção turística que orienta o desenvolvimento da atividade em Boipeba é aquela que pasteuriza os ambientes em função do visitante e não uma concepção de sustentabilidade.

Além desses aspectos, o turismo tem como uma das conseqüências mais imediatas a transformação na estrutura fundiária, estimulando uma especulação imobiliária, valorizando porções de terra e comprometendo a qualidade do ambiente. Tal comportamento transfere a população da orla marítima – área mais valorizada – para áreas mais afastadas, periféricas. Este fato também foi identificado no EIA da Petrobrás:

Os locais atualmente destinados ao desenvolvimento do turismo, como aqueles situados ao longo da faixa costeira, costumavam ser antigos locais de residência dos pescadores. Com o advento do turismo, essas localidades sofrem um processo de especulação imobiliária. As famílias de pescadores, que tradicionalmente ocupavam as beiras de praia, sentem-se impulsionadas, diante da crescente oferta, a vender seus lotes, passando a morar em áreas mais afastadas da costa. Com isso, os pescadores acabam sendo obrigados a se deslocar por grandes distâncias para chegar aos pontos de desembarque ou aos portos de onde saem para pescar (BIODINÂMICA, 2003a, Subseção II.5.3, p.123-124).

Na parte mais antiga da vila de Velha Boipeba — do ancoradouro até a praça principal — residem antigos moradores e veranistas. A ocupação se estende da região litorânea até as áreas de mangue, próximas aos rios. A área litorânea, mais valorizada, destinada aos estabelecimentos turísticos, é ocupada por hotéis, pousadas, restaurantes e bares. (BIODINÂMICA, 2003, Subseção II.5.3, p.189).

### E nas falas dos pescadores/moradores:

Chegou crescimento do mercado de terras para imóveis urbanos, que na verdade são as pousadas, então é isso: o preço das terras, do lotes urbanos aqui, tem crescido ultimamente (ELM n. 6, 26/01/2010)

A procura aumentou, existe uma oferta aqui. E as ofertas existentes são de nativos que não tem como aplicar e eles preferem mais vender e pegar o dinheiro e fazer outra coisa na vida, isso também é ruim porque descarta o nativo de se integrar na nova proposta de vida econômica aqui, que é o turismo (ELM n. 5, 26/01/2010)

Não sei como os outros estão enxergando isso, mas, pra mim, eles não tão querendo que os filhos do nativo pobre tenha mais moradia aqui na ilha. Porque hoje os filhos do nativo pobre, eles não vão poder nunca comprar um terreno aqui pra fazer uma casa (...) só pode a partir de “x” m<sup>2</sup>, 300 m<sup>2</sup>, que custa o que?, \$35.000,00, \$40.000,00. Eu não sei como os outros estão enxergando, mas pra mim a prefeitura tá expulsando o nativo daqui. (...) Não podemos tomar uma atitude, e aí essa geração que ta crescendo aí não vai poder comprar 300m<sup>2</sup> como estão dizendo, que custa até \$50.000,00, quem é que tem dinheiro pra pagar? Aí eu não posso comprar, aquele não pode comprar, aí ninguém que não tem (dinheiro) não vai ter (terra/casa) (OP, 25/01/2010)

Conforme o Projeto Compensatório da Petrobrás (PETROBRAS, 2007), a especulação imobiliária compromete também a infra-estrutura pública, favorecendo as construções irregulares com a ausência de um ordenamento sobre o uso do espaço público. Este problema está associado também a uma ausência de gestão da APA e à ineficiência política através de seus instrumentos de fiscalização e controle:

Olhe o que aconteceu: o problema político, aqui tem um problema político muito grande na nossa região. Quando você proíbe o cara a fazer na rua, um passeio que avance o passeio público... um local... vamos dizer: aqui é passeio público, eu fiz varanda. Pronto. O mesmo pedido que o cara fazia pra fazer isso, o mesmo político ia lá e dizia: não, deixe...! gera emprego e tal... (ELM n. 9, 27/01/2010).

Olha, o bom ali seria, ter pago uma secretária, alguém de apoio e se tivesse realmente definição, se as infrações tivessem resultado, por exemplo, teve uma infração lá, alguém **construiu sem licença**... então alguém foi lá e multou, embargou, não consertou, derrubou... você derrubando 5 casas, ninguém mais ia fazer errado. Mas o pessoal ta acostumado, faz, não dá em nada, se regulariza depois... então acaba que penaliza quem ta fazendo a coisa certa e premia quem ta fazendo a coisa errada. (...) É o resultado de quando a gente vê uma infração, o que vai resultar daquilo. O que a gente precisa é de exemplo. Fez errado, o que é que acontece? É multado, é embargado, é destruído. (ELO n. 1, 09/07/2010).

As marisqueiras e pescadores artesanais residentes na Ilha, de um modo geral, não têm o domínio da lógica capitalista e tampouco são detentores de recursos financeiros. Isto os coloca à margem do novo sistema que se implanta com o crescimento do turismo.

Quem tem o poder econômico... vamos dizer: todo aqui, daquela casa pra cima, tudo era isso... de preservação permanente. Mas, a própria política foi deixando, foi deixando, foi flexível. Tem pessoas... vamos dizer... aqui na ilha, do outro lado aqui: o cara conseguiu por Brasília, alguém em Brasília pressionou o governo aqui a liberar nessa ilha aqui do lado. (ELM n. 9, 27/01/2010.)

Eles podem, mas a gente que somos pequenininho não podemos. Eles dizem aqui é APA. APA significa o que? Área de preservação ambiental, então pra a gente pequenininho não pode fazer isso, mas os grandes vai lá e faz. Entendeu? (OP, 26/01/2010)

Dessa forma, o modo de vida da população local se submete às regras impostas pelo mercado turístico que lhe traz emprego e renda, ainda que sazonal e/ou com baixa remuneração, mas que lhe cobra a mudança de certos costumes, como preço. Muricy expõe este aspecto com muita clareza: “o contato entre sociedades e grupos com culturas distintas costuma reforçar a dominação daqueles que se encontram numa posição hierárquica superior segundo a lógica das sociedades capitalistas” (MURICY, 2009, p. 48). Vivencia-se nesse processo em Boipeba o que é considerado, contemporaneamente, como novo colonialismo.

### 3.2 CAMPO DE MANATI

O Consórcio Manati, representado pelas empresas Queiroz Galvão, Norse Energy e Petrobrás, operadora do empreendimento, desenvolve um sistema de

produção e escoamento de gás natural no campo de Manati (Petrobras, 2007). Esta atividade é considerada de significativo impacto ambiental e atende a legislações e cuidados específicos.

O Campo de Manati, BCAM-40, está localizado na Bacia Camamu-Almada, a cerca de 10 Km da Ilha de Tinharé. As atividades foram iniciadas em janeiro de 2007 e a Ilha de Boipeba está na área de influência direta do empreendimento.



**Figura 19** - Áreas de influência do BCAM-40, com localização da plataforma, percurso do gasoduto e estação Vandemir Ferreira. FONTE: BIODINÂMICA, 2003, inserida no PIPP, 2007

Por esta razão a Petrobras desenvolveu na localidade o Programa Integrado de Projetos Produtivos de Desenvolvimento Socioambiental com Comunidades da Área de Influência Direta do Projeto Manati (PETROBRAS, 2006), que deu origem ao Projeto Participativo Compensatório da Velha Boipeba (PETROBRAS, 2007), atendendo desta forma à Licença de Instalação n. 317/2005 estabelecida pelo Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais – IBAMA para planos de compensação e desenvolvimento de projetos socioambientais.

O Estudo de Impactos Ambientais – EIA (BIODINÂMICA, 2003a) para a atividade de Produção e Escoamento de Gás Natural no Bloco BCAM-40, Bacia de Camamu-Almada (campo de Manati) identificou a pesca como “atividade

potencialmente influenciada, dada a sua incidência na área do Bloco BCAM-40 e nos espaços marítimos onde se implantará o gasoduto” (BIODINÂMICA, 2003a, p. 4 da subseção II.5.3). O Projeto Compensatório do PIPP (PETROBRÁS, 2007) baseou-se no fato da instalação das estruturas de Manati se sobrepor a alguns pesqueiros para, a partir daí, traçar suas estratégias compensatórias para este segmento:

(...) pôde-se observar também que os impactos da instalação do Projeto Manati na localidade estiveram associados, principalmente, a sobreposição de alguns pesqueiros as estruturas do empreendimento (gasoduto e plataforma) e com as rotas de tráfego das embarcações de suporte, limitando o acesso e afetando a navegação para as áreas de pesca. (PETROBRÁS, 2007, p. 20)

... Quando a Petrobrás chegou ... onde ela tá instalada é pesqueiro, se fazia pescaria. (OP, 25/01/2010).

A probabilidade de ocorrência de eventuais acidentes com conseqüências ambientais foram descritas no EIA (BIODINÂMICA, 2003a), seção II.8 e contempladas resumidamente na seção II.6 – Análise e Gerenciamento de Riscos, sendo:

No caso da atividade de produção, os riscos ambientais mais significativos deverão estar ligados diretamente à contaminação das águas em decorrência de liberações de condensado, na hipótese remota da perda de controle do poço ou de vazamento do gasoduto. Nas operações de montagem da plataforma e implantação do duto e suporte associado, os riscos ambientais de maior significância deverão decorrer da contaminação das águas por óleo diesel. (BIODINÂMICA, 2003a, p. 1 da seção II.6).

De acordo com os estudos feitos pela Petrobrás e diagnósticos levantados nas áreas de influência do campo de Manati, os fatores ambientais que podem ser potencialmente afetados são a biota e o ecossistema marinhos, a atmosfera e as atividades econômicas que, no caso de Boipeba seria principalmente a pesca, seguida do turismo. Consideramos a pesca como item principal porque, no entrono da plataforma instalada há, por questões de segurança, uma delimitação de zona de exclusão com um raio de 500 metros do ponto central da plataforma. Ocorre que, exatamente nessa zona há os pesqueiros da Guaiuba e Jequiriçá que eram bastante utilizado pelos pescadores.

As suas diversas fases: exploração (pesquisa e perfuração), desenvolvimento e produção, processamento, transporte e distribuição – geram emprego, mas requerem mão-de-obra especializada, inexistente na localidade. A vantagem para a região, portanto, fica por conta do pagamento dos *royalties* para o município e do Projeto Compensatório da Petrobrás na região de influência direta, como é o caso de Boipeba, município de Cairu.

Dentre os objetivos específicos elencados no Projeto Compensatório destacamos o item “Promover a cidadania laboral dos pescadores e marisqueiras de Boipeba, contribuindo para o aumento da renda familiar desse segmento” (PETROBRÁS, 2007, p. 30) que deu origem ao chamado **subprojeto 4 – Pesca Sustentável** (ver Anexo D). Este subprojeto visa, dentre os resultados, a) todos os pescadores e marisqueiras envolvidos devidamente equipados e regularizados profissionalmente; b) todas as embarcações de pesca devidamente regularizadas; c) **estrutura de armazenamento, beneficiamento e comercialização do pescado implantada e em pleno funcionamento**. Visa ainda outras situações referentes à organização da categoria em entidades de classe, liderança ativa, ações formativas com aproveitamento satisfatório de 70% e redução da pesca ilegal.

Dentre estes resultados, constatamos na pesquisa de campo que a Petrobrás intermediou o processo de regularização profissional dos pescadores e a regularização das embarcações. Também houve doação de equipamentos para as embarcações. A entrevista com uma moradora demonstra:

Eu sei que eles (Petrobrás) deram apoio aí aos barcos, que estavam sem documentação, sem aqueles equipamentos de segurança que são exigidos... aí eles deram um apoio nisso. Estão fazendo o Centro Ambiental agora, que tá em construção... mas... assim,... essas ações... e pode ser que tenha tido outras coisas que eu não tenho conhecimento. (ELM n. 8, 27/01/2010).

Nas entrevistas desta pesquisa houve relatos de moradores de que em 2004 muitos peixes, tartarugas e caranguejos apareceram mortos. A comunidade acredita que esta mortandade de peixes foi causada por explosões feitas pela Petrobrás no Campo de Manati.

No questionário aplicado (anexo A) foi possível uma avaliação sobre a chegada do empreendimento. Para a maioria das marisqueiras e pescadores de Boipeba – 62% - houve benefícios. Dentre aqueles que responderam

negativamente, o principal argumento foi de que só houve benefícios para quem tem barco, pois receberam equipamentos. Grande parte daqueles que usam canoa ou vão a pé respondeu que não houve benefício ou entendem que a chegada do empreendimento melhorou o comércio (possibilitando a venda de pamonha e cocada, por exemplo).

Sobre a opinião de pescadores de que a doação dos equipamentos só beneficiou quem já possuía barco, o presidente da Associação de Pescadores local nos afirma que os equipamentos são para uso coletivo “isso não é de um só. Você não pode pegar e dar pra um. Aí fizemos uma regulamentação, de como é que vai ser o uso”

Melhorou pro pessoal que tem barco... Benefícios que eles trouxeram aqui foi esses negócios, pra quem tem barcos né, pra mim mesmo, que tenho canoa, não. (EEP n. 4, 19/01/2010).

A única melhoria que eles fizeram foi para quem tem embarcação. ... E praticamente não é nem meu porque se eu quiser vender para outra pessoa o equipamento volta pra eles. (OP, 25/01/2010).

Pedimos também sistema de rádio VHF e mais... foi 30 embarcação, cada embarcação ganhou seu equipamento com rádio. E mais 1 rádio, nós pedimos, pra ficar em terra, fica ali no quiosque. Ali tem um rádio que é a base Boipeba 1. É a base. Aquele rádio vai chamar, como os outros chama também. (EEP n. 9, 27/01/2010).

Ta chegando uma canoa pra marisqueiras e mais uma canoa pra o pescador artesanal, aquele que travessa pra ir pro mangue, pro outro lado, que eles pesca polvo lá do outro lado. (EEP n. 9, 27/01/2010).

Não está entre os objetivos desta pesquisa, avaliar a eficiência do Projeto Compensatório da Petrobrás, o que possibilitaria analisar esses depoimentos em termos de percepção sobre o tempo de execução do Projeto. Contudo, é possível inferir sobre a ineficácia desse fluxo em termos dos problemas imediatos de reprodução econômica dessa população.

Em nossa pesquisa de campo, dentre as vantagens percebidas com a chegada do empreendimento na localidade, a mais falada foi o Centro Cultural e o Centro Comunitário. O primeiro já está em funcionamento e foi criado através da Associação de Amigos e Moradores de Boipeba - AMABO, com objetivo principal de educação ambiental. Já o Centro Comunitário, em janeiro/2010 – período da pesquisa em campo – estava em processo de formação do grupo que, desta vez, administraria os recursos da Petrobrás para sua construção.

### Sobre o Centro Cultural:

A AMABO está sendo tocada agora pela compensação ambiental. Foi 170 mil pra cuidar do projeto deles. O projeto deles é de educação ambiental. Eles foi autorizado direto até, pelo presidente... (ELM n. 9, 27/01/2010).

Fizeram um Centro Cultural... se você tem cultura, mas não tem o que comer... vai pra que lugar isso aí? Pra lugar nenhum... que adianta cultura se você não tem uma alimentação boa ou qualquer coisa assim...

tem que ver a prioridade. Tem que ter a prioridade primeiro. Cultura e diversão... E o resto das coisas, fica onde? Eles querem fazer isso pra turista, porque no verão aqui enche de turista. Aqui turista manda... se vc tiver qualquer coisinha aí, ligar um sonzinho e o turista vim e dizer que tá incomodado, a polícia vem e prende seu aparelho de som. Aqui é assim: no verão, turista é quem manda. (ELP, 28/03/2009).

Foi a AMABO. AMABO junto com a Petrobras (construíram o Centro) [...] a AMABO não ajuda a gente em nada. AMABO é um círculo fechado que é entre eles mesmo... não tenho nada contra o presidente, mas deveria ser um filho da terra [...] fazem uns projetos aí.. agora mesmo fizeram umas sacolas de pano, junto com 2 vereadores... (ELP, 19/01/2010).

### Sobre o Centro Comunitário:

Foi o ponto forte que a comunidade exigiu. A comunidade aqui, ela é participativa. E não tinha um local ainda, adequado pra comunidade se reunir, discutir... criar um centro de... alguns setores onde ela participe... onde tem o menino Tavinho ali, que tem o museu... então, que se coloque ali dentro, o museu, que faça uma exposição, que faça também o Centro de Cultura, tipo um Centro de Cultura, com arquibancada, essas coisas assim pra integrar mais a comunidade... (ELM n. 9, 27/01/2010).

### O Centro Comunitário se confunde com o Centro Cultural:

Nesse Centro novo vai funcionar tudo! É... capoeira..., tudo. [...] É Comunitário e Cultural ao mesmo tempo. Porque tudo que a comunidade... é... reuniões... das necessidades da comunidade, vai ser lá. Vai ser mais ou menos como esse que já funciona aí.  
(ELM n. 3, 26/01/2010)

Depreende-se dessas falas, na execução do projeto, uma dissociação entre cultura e reprodução da vida, quer por não ser percebido o saber tradicional da atividade pesqueira como cultura, quer por deslocar a reprodução cultural da população para o atendimento à atividade do turismo que, como já vimos, tem contribuído para o desmonte da atividade pesqueira tradicional, como por exemplo, pela sobrepeca.

Sobre a Fábrica de gelo, a expectativa entre os pescadores foi grande. Muitos declararam que tinham esperanças de melhoria com a chegada da fábrica, que a ideia foi muito bem recebida, mas já estavam desanimados, pois, pelo entendimento deles, esse projeto não sairia mais.

O Projeto aí, ela disse que ia fazer um projeto aí de... Foram lá, discutiram lá e não resolveram nada. Iam fazer uma fábrica de gelo.

Porque o que eles deviam anotar era a necessidade da população... não decidiram nada... no dia que eu tava. Agora nas outras eu não fui. Aquilo não ia sair em nada mesmo... queriam fazer uma tal de quadra esportiva... eu disse: venha cá, a população vai ficar jogando bola? Não vai. Os pescador precisam de um negócio de gelo... Igor até disse até que doava o terreno.

A fábrica de gelo era pra isso aí... armazenar... melhorar nossa vida no inverno, quando sai menos pra pescar...

(ELP, 28/03/2009)

\*\*\*\*\*

Isso foi feito uma oficina, no período de perfuração do campo de Manati e, fizeram uma oficina, várias pesquisas... a necessidade de Boipeba, né? Houve 2 pedidos e só pôde ser realizado 1, que era a fábrica de gelo, uma cooperativa para os pescadores. Mas havia um... vamos dizer assim... uma deficiência, uma necessidade da comunidade, em ter um Centro Comunitário. Aí, uma outra empresa que ta perfurando aí... é...El Passo, já está dando a fábrica de gelo para os pescadores. [...] já era pra ter saído, né? Agora ta precisando só da área. Que a prefeitura doou uma área lá embaixo, mas acharam que era pequeno... tão procurando outra área pra... mas já ta... afirmado. (ELM n. 3, 26/01/2010).

Seguindo, trazemos a visão de melhoria com a presença da Petrobrás na região.

Acho que afetou, ambientalmente, muito pouco. Afetou visualmente porque você vê a plataforma... pra comunidade, eu acho que foi bom porque eles receberam dinheiro. Manati ta pagando horrores de royalties pra Cairu. Então acho que pra comunidade tem muito mais aspectos positivos do que negativo. Agora a previsão pra exploração desse bolsão de gás é de 20 a 30 anos. Então, ou Cairu aproveita esse dinheiro pra se estruturar e ser auto-suficiente ou vai perder o bonde (ELO, 09/07/2010)

Sobre Manati ... não teve conflito com as marisqueira ... melhorou, eu acho que as marisqueira começaram a ganhar alguma coisa depois que eles chegou, que antes ninguém ganhava nada aqui. ... umas vendia cocada, outras trabalhava no roça, pro outros. Agora depois que o Manati chegou melhorou. É porque as marisqueira todo ano recebe, faz a colônia e todo ano recebe o benefício do robalo, do camarão, são três meses que elas recebem. (OM, 26/01/2010).

O segundo relato apresenta uma visão equivocada, pois confunde o benefício do defeso com a chegada de Manati. Este equívoco pode ser atribuído ao descumprimento de leis quando o favorecido é de camadas populares e à transmutação da obrigação compensatória em ações a pretexto de cumprimento de outros dispositivos legais.

### 3.2.1 Gás natural

O gás natural é um recurso utilizado para o desenvolvimento de diversas atividades; tem um volume de produção crescente no Brasil conforme dados da ANP – Agência Nacional de Petróleo mostrados no item 3.2.1.2. Além disso, a necessidade mundial de fontes energéticas alternativas ressalta a importância deste recurso cujas propriedades permitem uma redução da poluição, quando usado em substituição ao óleo diesel e carvão, por exemplo.

Praticamente em todos os países do mundo, tem sido incentivado o uso de fontes alternativas no atendimento às demandas energéticas. Com isso, o gás natural vem a ser, reconhecidamente, uma importante alternativa para ajudar no suprimento dessas demandas e no apoio à resolução das questões técnico-econômico-ambientais atuais. (BIODINÂMICA, 2003a).

A Lei 9.478/97, conhecida como Lei do Petróleo, em seu art. 6º, estabelece definições técnicas e traz no inciso II o conceito de gás natural ou gás como sendo todo hidrocarboneto que permaneça em estado gasoso nas condições atmosféricas normais, extraído diretamente a partir de reservatórios petrolíferos ou gaseíferos, incluindo gases úmidos, secos, residuais e gases raros (BRASIL, 1997).

Após tratado e processado, o gás natural tem diversas utilidades: na indústria como combustível para fornecimento de calor, geração de eletricidade e de força motriz, como matéria-prima nos setores químico, petroquímico e de fertilizantes, e como redutor siderúrgico na fabricação de aço; na área de transportes, é utilizado em ônibus e automóveis, substituindo o óleo diesel, a gasolina e o álcool; além disso é ainda largamente utilizado em residências e no comércio (HENRIQUES JR, apud MOREIRA, 2005).

O mercado também tem se mostrado bastante promissor para a utilização do gás na produção de energia elétrica, através de usinas termelétricas, tendo a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL autorizado diversos empreendimentos

Conforme dados da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP o Brasil tem uma produção crescente de gás natural – terra e mar – tendo chegado, no ano 2000, ao volume de 13.282.381 milhões de m<sup>3</sup> e já

atingindo 10.286.381 milhões m<sup>3</sup> apenas no primeiro semestre de 2009 (jan-jun/2009). Em 2008 temos o registro da maior produção: 21.592.652 milhões de m<sup>3</sup>. Estes dados estão dispostos na Tabela 3.

**Tabela 6 - Produção nacional de gás natural (terra e mar) - 2000-2009 (10<sup>3</sup> m<sup>3</sup>)**

ANO	TERRA	MAR	TOTAL
2000	5.232.582	8.050.295	13.282.877
2001	5.827.547	8.171.251	13.998.798
2002	6.168.639	9.356.514	15.525.153
2003	6.708.646	9.083.418	15.792.064
2004	7.765.501	9.205.655	16.971.156
2005	7.375.311	10.323.890	17.699.201
2006	6.682.084	11.024.077	17.706.161
2007	6.282.911	11.868.740	18.151.651
2008	6.273.102	15.319.550	21.592.652
2009(até jun)	2.985.904	7.300.477	10.286.381

Fonte: ANP (adaptado). Disponível em:

<[http://www.anp.gov.br/petro/dados\\_estatisticos.asp](http://www.anp.gov.br/petro/dados_estatisticos.asp)>

Já os dados do estado da Bahia merecem uma análise mais apurada. Conforme Tabela 4, a produção de gás natural no mar teve um crescimento bastante significativo em 2007, época em que teve início a produção em Manati. Entretanto, comparando-se 2009 com o mesmo período de 2008 – Tabela 5 – percebemos uma queda na produção em 176.224 milhões de m<sup>3</sup> o que causa preocupação pois, sabendo que este é um recurso natural não-renovável e finito, o fim da produção trará em conseqüência o não pagamento de royalties e demais tributos vinculados ao processo produtivo e produto comercializado.

**Tabela 7 - Produção baiana de gás natural (terra e mar) - 2000-2009 (10<sup>3</sup> m<sup>3</sup>)**

ANO	TERRA	MAR	TOTAL
2000	1.895.902	15	1.895.917
2001	1.958.073	8.478	1.966.551
2002	1.964.177	52.643	2.016.820
2003	2.115.723	50.150	2.165.873
2004	2.218.412	38.196	2.256.608
2005	1.959.078	25.209	1.984.287
2006	1.878.019	16.303	1.894.322
2007	1.479.986	1.166.305	2.646.291
2008	1.285.416	2.079.526	3.364.942
2009(até jun)	599.653	839.163	1.438.817

Fonte: ANP (adaptado). Disponível em:

<[http://www.anp.gov.br/petro/dados\\_estatisticos.asp](http://www.anp.gov.br/petro/dados_estatisticos.asp)>

**Tabela 8 – Balanço da produção baiana de gás natural (mar) - 2008-2009 (10<sup>3</sup> m<sup>3</sup>)**

<b>MES</b>	<b>2008</b>	<b>2009</b>	<b>Diferença</b>
Janeiro	170.604	114.625	(-) 55.979
Fevereiro	163.143	139.085	(-) 24.058
Março	179.541	133.957	(-) 45.548
Abril	171.553	141.845	(-) 29.708
Mai	176.336	148.862	(-) 27.474
Junho	154.248	160.791	(+) 6.543
Julho	179.829		
Agosto	193.135		
Setembro	179.707		
Outubro	202.434		
Novembro	172.600		
Dezembro	136.397		
<b>TOTAL</b>	<b>2.079.527</b>	<b>839.165</b>	<b>(-) 176.224</b>

Fonte: ANP (adaptado). Disponível em:

<[http://www.anp.gov.br/petro/dados\\_estatisticos.asp](http://www.anp.gov.br/petro/dados_estatisticos.asp)>

O aumento da disponibilidade de gás no Estado da Bahia poderá atrair mais indústrias e, conseqüentemente, aumentará sua oferta de empregos, bem como as arrecadações estaduais e municipais. Ademais, a exploração de gás gera royalties para o município que, se bem administrado, se configurará num aspecto positivo, pois, aumentando a arrecadação, aumenta a probabilidade de investimentos que deverão ser direcionados para as áreas de saúde, saneamento básico e pavimentação (Lei nº 7525/86), transformando para melhor a vida de seus habitantes.

#### 4. A APA COMO INSTRUMENTO PARA CONSERVAÇÃO DA ATIVIDADE PESQUEIRA ARTESANAL

Boipeba tem um espaço natural provedor dos recursos que garantem a atividade laboral e a subsistência dos pescadores e marisqueiras que, por não o identificarem como pertença, não estabelecem controles de seu domínio, diferente do que outros pesquisadores observaram em comunidades de pescadores de outras localidades (CARDOSO, 2001; CARDOSO, 2005; CORDELL, 2000; DIEGUES, 2000; DIEGUES; ARRUDA, 2001; ESTERCI, 2007; LITTLE, 2002; VALENCIO, 2006). Por outro lado, essa população que não demarca no mar seu espaço, por considerar que “o mar é de todos”, passou a ser regulada pela legislação ambiental, que instituiu uma APA.

Enquanto instituição, ao regulamentar o uso do espaço, a APA precisa delimitar as áreas de pesca em espaços onde os recursos sejam explorados de forma comunitária, excluindo os não comunitários do aproveitamento dos recursos do mar dessas áreas.

O entendimento dos aspectos legais e práticos que envolvem a APA como unidade de conservação de uso sustentável, requer que se examine algumas definições baseadas em Cabral & Souza (2005) e no Sistema Nacional de Unidades de Conservação - SNUC (BRASIL, 2000) e que são termos utilizados neste trabalho:

- Áreas protegidas são espaços territoriais legalmente protegidos por meio da legislação ambiental específica. O termo em inglês *protected areas* é o que entendemos por unidades de conservação;
- Unidades de Conservação – UC são espaços territoriais e seus recursos ambientais legalmente instituídos pelo Poder Público para fins de conservação;
- Conservação ocorre quando as características essenciais são mantidas, mas alguma parte da área ou de suas características pode ser utilizada para desenvolvimento das atividades humanas;
- Preservação não contempla o desenvolvimento de atividades econômicas. Visa proteção das espécies, habitats e ecossistemas a longo prazo;

- Proteção Integral mantém o ecossistema livre de alteração decorrente de atividade humana, admitindo apenas o uso indireto de seus atributos naturais;
- Uso Indireto não envolve consumo, coleta, dano ou destruição dos recursos naturais;
- Uso Direto envolve coleta e uso, comercial ou não, dos recursos naturais;
- Uso Sustentável é a exploração do ambiente de maneira a garantir a perenidade dos recursos ambientais renováveis e dos processos ecológicos, mantendo a biodiversidade e os demais atributos ecológicos, de forma socialmente justa e economicamente viável;
- Extrativismo ocorre quando há exploração baseada na coleta e extração, de modo sustentável, de recursos naturais renováveis;
- Manejo é todo e qualquer procedimento que objetiva assegurar a conservação da diversidade biológica e dos ecossistemas;
- Plano de Manejo é o documento técnico que com base nos objetivos gerais estabelece o seu zoneamento e as normas que devem presidir o uso da área e o manejo dos recursos naturais, inclusive a implantação das estruturas físicas necessárias à gestão da unidade;
- Zoneamento implica em delimitar zonas ou setores com objetivos de manejo e normas específicos a fim de proporcionar os meios e as condições para que todos os objetivos da unidade possam ser alcançados.

#### 4.1 APA – ASPECTOS GERAIS

O Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC foi criado pela Lei 9.985 de 18 de julho de 2000 e regulamentado pelo decreto 4.340/02. Divide-se em três níveis distintos: federal, estadual e municipal e apresenta 12 categorias de UC que as subdivide em dois grandes grupos: o primeiro é o grupo das Unidades de Proteção Integral cujo princípio é manter os ecossistemas livres de alterações

causadas por ações antrópicas, permitindo apenas o uso indireto dos seus atributos naturais, tal como pesquisa científica e a visitação pública controlada com propósitos educativos e de lazer. O segundo grupo é o das Unidades de uso sustentável que têm como princípio o uso dos recursos naturais renováveis em quantidades ou com intensidade compatível com sua capacidade de renovação.

Pertencem ao primeiro grupo: Estação Ecológica; Reserva Biológica; Parque Nacional; Monumento Natural; Refúgio de Vida Silvestre. O segundo grupo contempla: **Área de Proteção Ambiental**; Área de Relevante Interesse Ecológico; Floresta Nacional; Reserva Extrativista; Reserva de Fauna; Reserva de Desenvolvimento Sustentável; e Reserva Particular do Patrimônio Natural.

O SNUC é um sistema interessante, pois integra sob um único marco legal as UC das três esferas de governo: federal, estadual e municipal. Com ele, o meio ambiente é visto “não como uma restrição ao desenvolvimento, mas como um mosaico de oportunidades de negócios sustentáveis que harmonizam o crescimento econômico, a geração de emprego e renda e a proteção dos recursos naturais” (CABRAL & SOUZA, 2005, p.23).

Anterior à existência do SNUC, a Lei 6.902/81 definia APA como área destinada a assegurar o bem-estar das populações humanas e conservar ou melhorar as condições ecológicas locais.

Uma APA é considerada como um instrumento da Política Nacional do Meio Ambiente, estando regulada, protegida e direcionada por um conjunto de normas gerais definidas pela legislação federal e normas específicas estabelecidas pela legislação de criação de cada unidade. Como exemplos das normas gerais temos as leis 6938/81 e regulamentações (Lei da PNMA); 6902/81 sobre criação de APA; 9985/2000 e regulamentações (Lei do SNUC); e as resoluções CONAMA de nº 10/88 e 13/90. Tais legislações indicam que este tipo de UC permite a utilização econômica de determinados espaços públicos ou privados, considerados pelo poder público, passíveis de conservação.

A Unidade de Conservação da categoria APA é regida por seu decreto de criação e respectiva regulamentação, no qual são estabelecidas normas administrativas. A APA em estudo foi criada pelo Decreto Estadual 1.240, de 05 de junho de 1992 e posteriormente, em 19 de junho de 1998, surge a Resolução nº

1.692 do Conselho Estadual de Meio Ambiente – CEPRAM, que aprova o Plano de Manejo e constitui o Zoneamento Ecológico Econômico – ZEE. Uma Revisão e Atualização do Zoneamento foi concluída em 2008, mas ainda aguarda publicação.

A fim de garantir o bem-estar comum previsto na Constituição Federal, o poder público deve incorporar a perspectiva ambiental nas demais políticas, propiciando a integração plena dos pressupostos do desenvolvimento sustentável.

A representação do poder público para a APA em estudo é a Secretaria de Meio Ambiente do Estado da Bahia – SEMA. Para a SEMA, a importância da APA das Ilhas Tinharé e Boipeba está no alto grau de preservação de seus ecossistemas, mantido graças à relativa dificuldade de acesso às ilhas (BAHIA, 2009). Situada no litoral do Baixo Sul, município de Cairu-Ba, a UC possui 43.300ha entre a desembocadura do Rio dos Patos e o Canal de Taperoá.



Figura 20: Mapa da região da APA das Ilhas Tinharé e Boipeba

Fonte: Bahia Terra. Disponível em: <[www.boipebatur.com.br/mapa\\_ilha\\_boipeba.htm](http://www.boipebatur.com.br/mapa_ilha_boipeba.htm)>

A APA possui ecossistema estuarino, com manguezais que proporcionam um bom potencial pesqueiro, praias de rara beleza cênica, morros, recifes, barras, canais e ilhotas, extensas áreas de restingas, brejos e remanescentes de Mata Atlântica com fauna associada (BAHIA, 2009).

Dentre o rol dos aspectos relevantes oficialmente citados pela SEMA (BAHIA, 2009), aparecem: o rico patrimônio histórico, datado dos primórdios da colonização portuguesa no Brasil; praias; passeios de barco; observação da fauna marinha; pesca artesanal.

Para entendermos a razão da criação e o objetivo desta categoria de UC, vejamos o que diz o SNUC no seu artigo 15:

Art. 15. A Área de Proteção Ambiental é uma área em geral extensa, **com um certo grau de ocupação humana**, dotada de atributos abióticos, bióticos, estéticos ou culturais especialmente importantes para a qualidade de vida e o bem-estar das populações humanas, e tem como **objetivos básicos proteger a diversidade biológica, disciplinar o processo de ocupação e assegurar a sustentabilidade do uso dos recursos naturais** (grifos nosso). (BRASIL, 2000).

Analisando o disposto neste artigo, temos que, enquanto categoria de uso sustentável, a presença humana é permitida, bem como a execução de suas atividades econômicas. Sendo a menos restritiva dentre as categorias do SNUC, o que lhe garantirá ordenamento e controle será o Plano de Manejo e o Conselho Gestor, cujo objetivo básico deverá ser, compatibilizar a conservação da natureza com o uso sustentável de parcela de seus recursos naturais.

A APA das Ilhas Tinharé e Boipeba tem Plano de Manejo, Zoneamento e um Conselho Gestor. Analisaremos neste capítulo, como estão funcionando estes instrumentos no papel de subsidiar a gestão da APA, garantindo o cumprimento de seu objetivo e, principalmente, como estes instrumentos podem contribuir com a continuidade das marisqueiras e pescadores artesanais e sua atividade tradicional.

O poder público criou a APA das Ilhas Tinharé e Boipeba em 1992, portanto, antes da existência do SNUC. Analisando o processo de criação a partir dessa visão, compreendemos que o processo de constituição da APA não contemplou alguns requisitos, hoje exigidos com a nova legislação em vigor, como por exemplo, o processo participativo, que sabemos ser fundamental para o sucesso da gestão. O

SNUC assegura a ampla participação no processo de criação (art. 5º, III garante a participação efetiva das populações locais na criação, implantação e gestão das UC), bem como na elaboração do Plano de Manejo (§2º do art. 27 assegura a ampla participação da população residente na elaboração, atualização e implementação do Plano de Manejo da APA). A não participação dos envolvidos no processo implica em falta de comprometimento destes, com os objetivos da Unidade, incompreensão e intolerância com os requisitos da gestão. O processo participativo será melhor aprofundado no item 4.3, neste capítulo.

A constituição da APA, é o tal negócio... vem de cima pra baixo, baixa o decreto... não acredito que houve participação. Mas, grande parte acho que foi motivada por Pedro Rocha, não sei se você ouviu falar dele, que é conhecido lá, ele era ambientalista, morreu mergulhando. Ele é que tava à frente de muita coisa lá em termos de Unidade de Conservação. (ELO n. 1, 09/07/2010).

Nós que vive aqui, (a APA) atrapalha muito (...) É essa tal de APA mesmo! que dá determinação de só vender 300 m² por terra... quem é que vai poder comprar? (OP, 25/01/2010)

Eles não querem que desmate e aquilo ali, primeiro tem que desmatar pra poder plantar. Vai plantar onde? A gente não pode tirar uma vara! (OP, 25/01/2010).

Se a participação da comunidade foi deficitária ou nula no processo de criação da APA, ações posteriores tentaram minimizar os efeitos negativos, trabalhando no campo da comunicação e formação do Conselho Gestor para o funcionamento da Unidade. Fica muito difícil administrar uma área protegida onde a população residente desconhece o processo e não valoriza os objetivos da gestão.

A comunidade não sabe o que fazer... nós viemos de uma colonização viciada no extrativismo; viemos dos índios, depois dos europeus, que vieram também tirar tudo. Como é que de repente fazem uma lei estadual para que ele se adapte a não mais desmatar, certo? enquanto o costume, o vício do povo é desmatar, cortar uma madeira que precisa... eu vou fazer uma cerca, são 100 morões... eu vou lá e corto... eu tenho mato, eu vou e corto... isso não pode mais... **O que pode realmente fazer dentro de uma APA e o que não pode? o povo não tem essa educação. Não tem essa ciência, essa informação... Somos totalmente alheios e ignorantes à APA** (ELM n. 5, 26/01/2010, grifo nosso)

Teve esse projeto do Ondazul de formação dos Conselhos, tiveram reuniões em todas as comunidades, chamando todo mundo pra participar... onde se falou o que era, se perguntou dos problemas, das potencialidades... uma reunião legal... inclusive o pessoal do Ondazul tem memória disso... e, a partir dessa reunião, também se identificou quais eram as associações representativas de cada comunidade. Então, nessas reuniões foi falado

sobre APA, mas foi o único trabalho grande. **Foi feito pelo Ondazul, não pela SEMA** (ELO n. 1, 09/07/2010 – grifo nosso).

No trabalho de campo, tivemos dificuldades em identificar o gestor da Unidade, bem como as ações de gestão. Entre os pescadores e marisqueiras, através dos questionários aplicados nas entrevistas, quando perguntados “Você conhece alguém ou algum grupo responsável pela APA?” e “Você conhece alguma atividade da APA?”, obtivemos em 100% das repostas, “Não”. Entre os diversos moradores entrevistados, mesmo pessoas ligadas ao poder público municipal ou à gestão da APA, a dificuldade não foi menor. Apenas um membro do Conselho Gestor lembrou o prenome da gestora.

Olhe só, a APA é estadual e a prefeitura municipal não é gestor desta APA. O gestor desta APA, se eu não me engano, é o IMA. (Entrevista a representante do poder público local, 26/01/2010).

Na verdade a gestão da APA é com a SEMA – Secretaria de Meio Ambiente (...) A atual pessoa que ta como gestora da APA, é gestora da APA não só de Tinhaaré e Boipeba, mas de outras APAS (Entrevista a membro do Conselho Gestor da APA, 27/01/2010).

Acho que o gestor da APA, ele mora em Morro do São Paulo... tem uma gestora também, Xxxx (omitimos o nome), da.... (empresa que também omitimos o nome). E tem também, dona... a esposa de .... (omitimos o nome), ela mora lá em Tassimirim. (Entrevista a preposto municipal local, 26/01/2010).

O conselho gestor atual está desativado. Por que? Existe no governo estadual o projeto de rezonamento da APA, porque a APA não funcionou, não funcionou... começaram o trabalho, fizeram, se eu não me engano, duas reuniões aqui com a comunidade de Boipeba além das outras comunidades dentro do município de Cairu e eu acho que foi falta de grana do estado e parou-se tudo... porque a APA não funciona, não saiu do papel para a prática, não houve jeito (ELM n. 5, 26/01/2010).

Eles entendem que a única representação e alguma fiscalização... é o Ibama... (ELO n. 1, 09/07/2010)

Para uma visão mais consolidada da relação daquela comunidade com a APA apresentamos na Tabela 9 um resumo do resultado das entrevistas sobre dados relativos à APA (Bloco 5 do questionário constante no Anexo A).

Tabela 9: Dados relativos à APA – respostas consolidadas\*

PERGUNTAS	RESPOSTAS	
1. Você sabe que aqui é uma área ambientalmente protegida?	não = 52,38%	sim = 47,62%
1.1 Como soube?	amigos/colônia	
2. Para você, como é morar e trabalhar numa região ambientalmente protegida?	indiferente = 85,71%	não sabe responder = 14,29%
3. Você conhece alguém ou algum grupo responsável pela APA?	não = 100%	
4. Você conhece alguma atividade da APA?	não = 100%	

\*Dados obtidos junto aos 13 pescadores e 8 marisqueiras que responderam às entrevistas estruturadas.

As entrevistas transcritas neste capítulo nos mostram um retrato da ausência da gestão na APA e nos levam a um questionamento: como um só gestor pode dar conta de mais de uma Unidade, tendo em vista que, somente a UC em estudo já envolve um sistema complexo para administrar, por se tratar de duas Ilhas, por envolver comunidades tradicionais (além dos pescadores, a UC conta com a presença de comunidades quilombolas), por ter que lidar com um turismo crescente, entre outros fatores. Constatamos com isto, que há um descaso por parte do poder público, demonstrado através da falta de investimentos, de estímulos e de apoio à atual gestão da Unidade.

Artaza-Barrios e Schiavetti afirmam que o órgão gestor – seja ele federal, estadual, municipal ou proprietário particular – deve proporcionar as condições adequadas de infra-estrutura, de pessoal e de regularização fundiária que permitam de fato a proteção da área, pois, apenas o ato administrativo da criação da UC não garante a sua efetiva implementação (ARTAZA-BARRIOS & SCHIAVETTI, 2007). A ausência do poder público na APA em estudo pode ser constatada nas falas de alguns entrevistados:

[...] A única verba destinada à APA vinha do governo estadual, que pagava salário, combustível do carro. Na minha época não tinha escritório. Grande parte do que a gente fazia era por boa vontade dos conselheiros e o projeto do Ondazul. (Entrevista com antigo gestor da UC, 19/01/2010)

Não tem nada. Não tem sede, funcionários, equipamentos. Somente a gestora [...] não tem condição. Não tem condição. Antigamente tinha verba pra se fazerem reuniões. As reuniões eram feitas, aí pagavam a passagem pra gente, pagavam o almoço... e ia o pessoal dos municípios, das localidades... e além disso ia alguns órgãos: Conder, Sema, Prefeitura... juntava todo mundo e fazia... eram ótimas as reuniões, mas, atualmente

dizem que não tem verba pra isso... cortaram a verba pras reuniões (Entrevista com membro do Conselho Gestor, 27/01/2010)

Eu acho que foi a apatia que foi tomando conta do conselho gestor. Porque os gestores que vieram depois, nenhum morava lá... e se você seguir a cartilha, você não faz quase nada. (Entrevista com antigo gestor da UC, 19/01/2010)

Não tem estrutura, nem investimento. Grande parte do que a gente fazia era por boa vontade dos conselheiros e o projeto do Ondazul. O Ondazul chegou a conseguir equipamentos pra uma rádio comunitária, eu consegui junto à Perville, via Ministério Público, a doação de 2 terrenos em Boipeba pra gente instalar a rádio comunitária e dentro do TAC – porque foi através de um TAC (teve uma madeira que eles compraram que não teve procedência) e ele teve que ceder 2 áreas – seria uma só, mas, conversando com eles, eles cederam 2 e ainda as estacas pra cercar a área. Mas a gente tinha que usar no período de 1 ano, se não, teria que devolver pra eles. E aí faltou R\$ 20 mil pra gente levantar um escritorzinho pra rádio. Por razões burocráticas, não conseguimos finalizar. (Entrevista com antigo gestor da UC, 19/01/2010).

Se há omissão por parte do poder público estadual, responsável legal por esta UC, outros poderes trabalham no sentido de ordenar as ações e os espaços e preservar o meio ambiente, causando conflitos diversos, inclusive em termos legais, com sobreposição de leis com mesmo foco. Em observação no campo foi possível constatar a sobreposição de papéis entre legislações nas esferas estadual e municipal gerando posicionamentos e ações divergentes.

A lei municipal, por exemplo, de ordem de construção, se choca com a lei estadual... tem uma série de problemas, essa APA. Por exemplo, na ZUC - zona de urbanização controlada... o lote mínimo da APA é 250 m<sup>2</sup>, e o lote mínimo pela prefeitura é de 300 m<sup>2</sup> e por aí se vai... isso é apenas um dos problemas. (ELM n. 5, 26/01/2010)

Aqui não pode plantar, eu fui botar uma rocinha pra plantar uns aipim pros neto, tem neto que só o mundo.. O **fiscal da prefeitura** chegou e mandou parar com a rocinha... mas não se pode plantar no cimento... (OP, 25/01/2010)

Observa-se que há desarticulação entre as esferas de governo gerando, além de ineficácia, conflitos de competência. Como já visto nesta pesquisa, a região sofre invasão constante de barcos de fora, realizando pesca com arrastão, prática que provoca sérios danos ao meio ambiente, e a falta de estrutura da APA bem como sua delimitação, não permite uma fiscalização efetiva. A área atingida fica fora do zoneamento da Unidade e, portanto, fora do alcance legal e da fiscalização e controle daqueles territórios, tradicionalmente utilizados pelos pescadores artesanais do local.

[...] arrastão é um tipo de pesca predatória, mas ocorre na região. [...] não existe sistema de fiscalização, nem suporte pra isso [...] Não tem pra terra, quanto mais pro mar... não. Nem o Ibama, também, não aparece.

(Entrevista com membro do Conselho Gestor, 27/01/2010)

A delimitação da Unidade é fator de relevância. A escolha do local, sua tipificação e categorização são de suma importância, devendo-se considerar os aspectos socioambientais existentes e adequação aos objetivos propostos quando da criação da UC. Para Morsello (2008, p. 16) “a escolha da localização e conformação das áreas protegidas precisa seguir certos critérios, assim como as atividades realizadas após a sua instituição devem ser capazes de fazê-las alcançar os seus objetivos”.

Portanto, se os objetivos da APA das Ilhas Tinharé e Boipeba contemplam a preservação do seu patrimônio natural, patrimônio este que contempla, dentre outros, manguezais, praias, sistemas marinhos e povoações com características culturais tradicionais, para garantir esta preservação pretendida, as áreas dos sistemas marinhos onde encontram-se os diversos pesqueiros e todo o seu entorno precisariam estar contempladas no zoneamento da APA e reguladas no Plano de Manejo.

## 4.2 PLANO DE MANEJO

De acordo com a o art. 2º, XVII da Lei 9.985/00 que institui o SNUC, Plano de Manejo é:

Documento técnico mediante o qual, com fundamento nos objetivos gerais de uma unidade de conservação, se estabelece o seu zoneamento e as normas que devem presidir o uso da área e o manejo dos recursos naturais, inclusive a implantação das estruturas físicas necessárias à gestão da unidade. (BRASIL, 2000).

Para sucesso das áreas protegidas é necessário, após a correta seleção da área, um manejo ativo, financiamento adequado, conhecimento dos processos ambientais e controle dos aspectos político-institucionais (reforma administrativa, funcionários bem treinados...). O Plano de Manejo é o documento que dá suporte à

gestão da UC por definir os diversos usos da área e conter as atividades que devem ser realizadas no manejo, os meios e o pessoal necessário, além de contribuir para minimizar conflitos potenciais entre diferentes utilizações (MORSELLO, 2008).

O Plano de Manejo deve ser entendido como um projeto dinâmico, feito com base em processo participativo e com atualização constante, tendo em vista que seu objeto – a natureza – é viva e portanto, dinâmica. Assim, na elaboração do Plano, deve-se ter em mente que alterações naturais podem provocar mudanças significativas no ecossistema e o manejo precisa ser capaz de se adaptar às variações no comportamento do ambiente, garantindo os objetivos básicos da APA: proteger a diversidade biológica, disciplinar o processo de ocupação e assegurar a sustentabilidade do uso dos recursos naturais (CRUSOÉ, 2002).

Como instrumento de gestão, o Plano precisa estar sempre atualizado a fim de acompanhar as mudanças naturais, garantindo os objetivos da gestão da Unidade, minimizando as incertezas e os riscos.

Os sistemas ecológicos são inerentemente complexos e dinâmicos e as formas de influência humana nos ecossistemas são variáveis. Por estas razões, incerteza e risco serão sempre uma parte central da conservação e por conseqüência, corre-se o risco de nada se fazer por excesso de incertezas. (MORSELLO, 2008, p. 182).

Admitindo-se a complexidade inerente aos sistemas ecológicos e refletindo sobre o caráter flexível da categoria APA – a menos restritiva das Unidades de Conservação -, buscamos compreender o conteúdo do Plano de Manejo da APA, especificamente em relação à redução e prevenção dos constrangimentos à atividade pesqueira artesanal desenvolvida em Boipeba.

O Plano de Manejo e Zoneamento da APA das Ilhas de Tinharé e Boipeba foi aprovado através da Resolução CEPRAM 1.692 de 19 de junho de 1998 e conta com um Diagnóstico Ambiental (caracterização dos meios físico, biótico e antrópico), o Zoneamento Ecológico-Econômico – ZEE e os Programas a serem desenvolvidos. Estes Programas estão divididos em quatro Áreas Temáticas conforme figura 21.

Figura 21: Programas de Ações Contempladas no Plano de Manejo de 1998

PROGRAMAS	CARACTERÍSTICAS
DEFESA	Com relação às atividades direcionadas a recursos naturais sob legislação
CONSERVAÇÃO	Envolvendo estudos, monitoramento, recuperação, manejo de ecossistemas
CONTROLE E DESENVOLVIMENTO	Relativos às operações de licenciamento, manutenção, administração, execução de obras, fiscalização e monitoramento de atividades na área
EDUCAÇÃO AMBIENTAL	Campanhas e divulgações

Fonte: Plano de Manejo da APA das Ilhas de Tinharé e Boipeba (BAHIA, 1998 - adaptado).

Logo na Apresentação o Plano traz que a CONDER “desenvolveu o Zoneamento Ecológico-Econômico e o Plano de Manejo, visando articular ações voltadas para o desenvolvimento econômico e a manutenção da qualidade ambiental da área” (BAHIA, 1998) objetivos perfeitamente compatíveis com a categoria de UC a que se destina.

A Apresentação segue discorrendo sobre ações, ao longo dos últimos dez anos, de um turismo “predatório e desorganizado”, turismo este, crescente e focado nos atrativos ambientais que, com o processo de degradação, pode gerar um movimento inverso, se não forem tomadas medidas urgentes. Fala da existência de exemplares de patrimônio histórico datado do século XVII, da forma curiosa de acesso às ilhas (onde não atravessam automóveis) e da ocupação urbana desordenada. Estes são fatores que justificam a necessidade e a urgência da implantação de um plano de gestão ambiental.

Até aqui é possível perceber que as preocupações são voltadas para a necessidade de “salvaguardar uma das mais belas regiões brasileiras, onde o turismo aparece nas pesquisas realizadas como a atividade capaz de se tornar a principal atividade econômica da região”.

A importância da atividade turística para este Plano de Manejo de 1998 se afirma também na Introdução do documento:

Considerando a importância ecológica e a necessidade de ordenar as atividades econômicas, **em particular o turismo**, além de outras sociais e humanas, o Governo do Estado da Bahia [...] criou através do Decreto Estadual nº 1.240 de 05 de junho de 1992 a Área de Proteção Ambiental – APA das Ilhas de Tinharé e Boipeba... (BAHIA, 1998, p.1 – grifo nosso).

O Plano se justifica “face à alta potencialidade natural (paisagística) e grande vocação turística da área, já consagrada em nível internacional, onde se faz necessário assegurar a proteção do seu ecossistema estuarino complexo, desenvolvido em arquipélago” (BAHIA, 1998, p. 6).

Os principais objetivos listados no Plano são:

- Estimular o desenvolvimento regional;
- **Ordenar as atividades econômicas, de turismo ecológico, sociais e humanas, observando as diretrizes que orientam o desenvolvimento sustentado;**
- Incentivar o uso sustentável dos recursos naturais;
- Criar mecanismos visando reverter o processo acelerado de descaracterização ambiental dos povoados das ilhas;
- Preservar os manguezais, os recursos naturais das áreas de restinga e de remanescentes da Mata Atlântica bem como o relevante patrimônio histórico/ecológico;
- Incentivar ações de educação ambiental para desenvolver a consciência ecológica nas gerações atuais e futuras;
- Proteger paisagens, belezas cênicas e os recursos hídricos;
- Propiciar recreação e lazer.

Estes objetivos se apresentam com aspecto genérico, coincidindo muitos deles com os Objetivos Básicos de Manejo das Unidades de Conservação elencados pelo SNUC. A exceção é o segundo item elencado que particulariza, dentre as atividades econômicas a serem ordenadas, a atividade turística.

No Diagnóstico Ambiental, item 4.2.5 - Impactos sobre o Meio Biótico -, foi identificado que “os maiores impactos observados nos ecossistemas marinhos costeiros são provocados pela **pesca predatória**, destacando-se a pesca da lagosta e tartarugas com redes”, ressaltando também “a **destruição dos recifes por explosão** para a abertura de barras artificiais com objetivo da entrada de

embarcações até próximo a praia onde se instalam pousadas” (BAHIA, 1998, p. 75 – grifo nosso).

Com isto cabe refletir qual o grau de importância dado ao Ecossistema Marinho Costeiro da APA, através das ações programadas no Manejo. Esta reflexão se faz acompanhar pela sua consequência direta: quais as ações programadas, voltadas à redução e prevenção dos constrangimentos à atividade pesqueira artesanal. Afinal, a “atividade pesqueira na região (pesca e mariscagem) é exercida de forma artesanal no arquipélago desde os tempos do Brasil colônia” (BAHIA, 2008, p. 82).

A pesca é uma atividade importante na APA, não só em função da tradicionalidade, mas também porque é o esteio, o sustento da maioria dos seus habitantes. O Plano de Manejo de 1998 traz no Diagnóstico Ambiental/Caracterização do meio antrópico, subitem Estrutura ocupacional da população, que “cerca de 70% dos habitantes das ilhas de Tinharé e Boipeba, vivem da pesca, seja ela de característica oceânica ou estuarina” e que “aproximadamente 1.500 familiares estão ligadas à atividade pesqueira” (BAHIA, 1998, p. 82).

O documento de revisão e atualização do Plano, no item Diagnóstico Pesqueiro, declara que a atividade pesqueira “por tradição, é um dos setores mais importantes da APA. Naturalmente, por ser um arquipélago com predominância de manguezais e arrecifes de corais, a pesca e a mariscagem fazem parte da cultura de todos os lugarejos” (BAHIA, 2008, p. 82).

Observando as Ações Programadas constantes no Plano de Manejo, consolidamos na Figura 2 aquelas que estão mais diretamente ligadas à linha deste estudo. As ações pretendidas levam em consideração a necessidade em função do tempo e discrimina se serão realizadas a curto, médio ou longo prazo.

Ressaltamos que a análise destes Programas de Manejo foi feita apenas no campo documental, com as informações constantes no Plano pois, durante o tempo em que durou a pesquisa não foi possível localizar os responsáveis pela gestão da APA.

Figura 22: Ações Previstas no Plano de Manejo da APA das Ilhas Tinharé e Boipeba

<b>DEFESA</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Enriquecimento das bordas dos ecossistemas com espécies eliminadas nas localidades: (Médio Prazo)</li> </ul> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Dunas do cabacaça – Boipeba.</li> <li>• Mata Grande – Boipeba.</li> <li>• Recifes da praia do Bainema até a foz do rio Catu</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Criação e delimitação de unidades de conservação como parques, reservas ecológicas para fins educacionais, científicos e ecoturísticos (Médio Prazo)</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Estudos da distribuição, composição e dinâmica da biota dos recifes de corais existentes na APA (Médio Prazo)</li> </ul>
<b>CONSERVAÇÃO</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Manejo Sustentável de Manguezais – Curto Prazo</li> </ul> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Avaliação da produtividade</li> <li>• Delimitação da Zona Extrativa Animal – ZEA</li> <li>• Delimitação de faixas de proteção</li> <li>• Cadastramento de comunidades</li> <li>• Apoio a marisqueiras</li> <li>• Caracterização da fauna e flora</li> </ul>
<b>CONTROLE E DESENVOLVIMENTO</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Definição da Capacidade de Suporte dos Principais Recursos Naturais de Subsistência (Pescado, Marisco) – Médio Prazo</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Programa de Incentivo à Pesca – Curto Prazo</li> </ul> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Estudo da cadeia produtiva</li> <li>• Estudo do potencial pesqueiro / espécies de interesse econômico / impacto (ação antrópica) sobre o potencial pesqueiro</li> <li>• Apoio aos pescadores (assistência financeira e social)</li> <li>• Normas de sinalização, instalação de apetrechos pesqueiros</li> <li>• Reaparelhamento de frotas pesqueiras</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Controle e Fiscalização da APA – Curto Prazo</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Convênios de Cooperação Técnica e Captação de Recursos – Curto Prazo</li> </ul>

Fonte: Plano de Manejo da APA Tinharé-Boipeba (BAHIA, 1998, adaptado)

Dentre os programas de manejo destacados no Quadro 2, a área temática Controle e Desenvolvimento é a que apresenta Programas diretamente ligados à atividade pesqueira da APA. Contudo, até onde foi possível buscar informações ou checar *in loco*, nenhuma dessas ações foram realizadas. De acordo com o primeiro gestor da UC, Francisco Pereira de Carvalho Neto, durante sua gestão houve Convênios de Cooperação e captação de recursos para o processo de constituição do conselho gestor. Mas não voltado à atividade pesqueira. E acrescenta que em sua gestão nenhuma atividade do programa de incentivo à pesca, ou para definição da capacidade de suporte dos recursos naturais de subsistência (pescado, marisco) foi realizada.

Conclui-se com isto que o Planejamento, embora contemple Programas de Manejo voltados à atividade pesqueira, segue a motivação da criação da UC e prioriza as ações mais relacionadas ao turismo na APA, como pode ser observado na justificativa e nos objetivos constantes no Plano.

Conforme Artaza-Barrios e Schiavetti (2007), o estado da Bahia tem nas UC de uso sustentável, especialmente APA, o seu pilar para a conservação dos recursos naturais, da biodiversidade e dos diversos ecossistemas do Estado. Contudo, os critérios de criação e a condução pretendida para o manejo direcionam ao foco do desenvolvimento turístico.

Estas UC estão relacionadas a regiões com grandes projetos de desenvolvimento turístico [...]. De fato, o Governo baiano, ao criar dezenas de APA em áreas com forte apelo turístico, fortalece a visão de que esta categoria está sendo utilizada, em muitos casos, apenas para favorecer o processo de ocupação turística das áreas. (ARTAZA-BARRIOS & SCHIAVETTI, 2007, p. 119).

O que se espera de uma UC é que se conserve, proteja ou recupere – conforme sua categoria – o meio ambiente. Nas UC, principalmente as de uso sustentável, o humano faz parte do ambiente inteiro e precisa ser considerado com a mesma relevância. O Plano de Manejo da APA das ilhas de Tinharé e Boipeba vai na contramão do que deveria ser conservado, que é a vida do lugar.

O manejo da APA deveria compreender as especificidades socioambientais e encontrar estratégias e instrumentos de planejamento, do diagnóstico à reprogramação (regras, limites, controle, entre outros fatores) para o monitoramento dos espaços tradicionais de uso do território de pesca. Pois, como demonstrado nos

capítulos anteriores, esses espaços sofrem a invasão de pescadores oriundos de outras localidades, equipados com barcos de guincho, com práticas que degradam o meio ambiente e exaurem a produtividade pesqueira da região.

(...) mas o barco de fora, é o seguinte: por exemplo... nós como é artesanal, nós tínhamos um limite... então você joga uma rede, um arrastão... E o cara de fora, o barco profissional, ele é grande, equipado com sonar, com tudo e passa a noite, estão a 4 - 5 milhas da praia, ninguém vê... e tão pegando tudo antes de chegar na gente, entendeu? Essa que é a diferença. E, no período do defeso! (Entrevista com pescador n. 9, 27/01/2010.)

Também a apropriação da natureza decorrente do turismo tem impactado a reprodução do modo de vida da população de pescadores com suas características culturais tradicionais; e isto acontece em terra. Assim, temos mar e terra sem o alcance da APA.

Em agosto de 2002, durante o Seminário de Turismo Sustentável realizado em Morro de São Paulo, enfatizou-se o fato de o Plano de Manejo elaborado não estar mais condizente com a realidade atual (PETROBRAS, 2007). Em 2008 a empresa MRS Estudos Ambientais Ltda apresentou o novo Plano de Manejo da Unidade, entretanto, até a presente data, o Plano não foi aprovado para ser publicado. Muitas críticas ao novo documento deixou o Governo numa situação difícil, pois o recurso foi disponibilizado, mas o Plano não foi aprovado tecnicamente e, por outro lado, nada se pode fazer porque a empresa atendeu ao disposto no processo licitatório.

Tem um Plano de Manejo feito, se não me engano em 98, que já tá totalmente defasado e estavam fazendo um Plano de Manejo novo, tava até pronto, mas ainda não foi aprovado; parou naqueles trâmites burocráticos. Ainda não passou pelas aprovações, mas já foi feito. (Entrevista com membro do Conselho Gestor, 27/01/2010)

A empresa só fez besteira. Tava mais preocupada em receber o dinheiro, cumprir com as obrigações legais que tava no contrato, do que realmente fazer um trabalho de qualidade. Então, foi unanimidade: a comunidade não gostou, a SEMA não gostou, prefeitura não gostou, o Projeto Corredores Ecológicos que aportou parte do dinheiro também não gostou, ninguém gostou (ELO n. 1, 09/07/2010).

Legalmente eles cumpriram todas as etapas. A SEMA tem um pepino na mão. Não querem publicar porque tá muito ruim, mas não pode pedir dinheiro pra refazer o que já foi feito... o Projeto Corredores Ecológicos tá com um problema também pra justificar aos doadores externos... então ficou todo mundo com um problema na mão. Pra você ter uma ideia de como foi ruim, essa empresa, através de uma reunião que tem os Corredores Ecológicos – que é um grupo que trabalha toda a parte aqui da Mata Atlântica e Amazônia. (ELO n. 1, 09/07/2010).

Conforme declaração das pessoas envolvidas na análise do trabalho da empresa MRS, e entrevistadas nesta pesquisa, o que foi apresentado foi uma cópia do trabalho anterior, uma espécie de revisão bibliográfica. Mesmo com a colaboração do Conselho Gestor da Unidade, que indicava os pontos a serem corrigidos e a serem melhor trabalhados, a empresa não atendia e o resultado final, na avaliação de todos, foi “péssimo”. Portanto, o que seria problema a ser superado, se mantém nesta revisão.

Considerando as mudanças ocorridas – por exemplo, em 1989/1990 só haviam 3 pousadas e hoje há cerca de 50 pousadas e 1.000 leitos; até 1985 não havia energia elétrica e hoje, além da energia tem-se água, telefonia móvel e internet; só moravam nativos (era conhecida “ilha de pescador”) e hoje a maioria da população de empresários do turismo é de não nativos – seria de se esperar que, com tal mudança na vida da ilha, o Plano de Manejo fosse atualizado a fim de contemplar as mudanças concretas que o turismo imprimiu.

Além da característica dinâmica que todo Plano de Manejo deve ter para acompanhar as mudanças naturais ou decorrentes de ação antrópica, ainda que seja apenas um documento pra direcionar ações, ele só terá vida se tiver pessoas pra colocar em prática. A existência legal do instrumento não é suficiente para um bom desempenho, que contribua para a qualidade ambiental do lugar.

O Plano de Manejo de 1998 finalizando sua Apresentação diz: “a vontade política de proteger uma região e salvaguardar o seu potencial econômico é insuficiente para garantir o sucesso da ação”. Para o sucesso do manejo, além da participação de todos os envolvidos, são necessários: recursos financeiros, recursos humanos (funcionários), infra-estrutura, ações de monitoramento e pesquisas, educação ambiental. E para atender a tudo isso, o governo responsável pela sua gestão deve ter disponibilidade de investimentos, contemplando a UC em sua previsão orçamentária. Ou teremos um Plano de Manejo “letra morta” de uma “APA de papel”.

### 4.3 ZONEAMENTO

Didaticamente, dividimos o Zoneamento em quatro categorias como segue:

- A **Categoria Preservação**, que engloba a Zona de Proteção Rigorosa - ZPR e ZPVS: Zona de Proteção da Vida Silvestre, tipo de categoria onde são mínimas as interferências humanas.
- A **Categoria Conservação** engloba a Zona de Manejo Especial: ZME, Zona de Orla Marítima: ZOM, Zona de Proteção Visual: ZPV, Zona de Proteção Visual Especial: ZPV (E), Zona de Ocupação Rarefeita: ZOR, Zona de Urbanização Restrita: ZUR, Zona Extrativa Vegetal: ZEV e Zona Extrativa Animal: ZEA, essas zonas de conservação apresentam alguma influência antrópica sendo que cada uma apresenta seus próprios usos e recomendações.
- A **Categoria Uso** engloba a Zona Turística: ZT, a Zona Turística Especial: ZT(E), a Zona de Urbanização Controlada: ZUC, Zona de Expansão ( I ): ZEP(I), Zona de Expansão (II): ZEP (II) e a Zona Agrícola: ZAG, essas são zonas destinadas ao desenvolvimento econômico do local, mas cada uma com o tipo de uso permitido.
- A **Categoria Recuperação**, apresentando a Zona de Recuperação Ambiental: ZRA, destinada exclusivamente à recuperação de área degradada.

Consideremos a seguir, alguns problemas percebidos por diversos olhares, para consolidar a importância do zoneamento na UC.

Para o PRODETUR NE-II/PDITS (BAHIA, 2003b), um problema sério enfrentado na APA é a ausência de saneamento básico nos povoados, somada à expansão urbana desordenada motivada pelo turismo e pela crise do cacau. Como conseqüências, o PDITS traz o comprometimento dos recursos hídricos e marinhos locais, assim como alterações em espécies de animais e plantas. Dentre estas conseqüências, nosso trabalho inclui ainda, como mais um problema, o enfraquecimento da população tradicional em suas atividades e a necessidade de manter sua sobrevivência através da destinação de uma área com fins exclusivos às suas atividades:

Esta é, provavelmente, a APA com o patrimônio ambiental mais rico e complexo da Costa do Dendê, juntamente com a APA da Baía de Camamu. Por conta de sua extensão e pela qualidade e integridade de porções de ecossistemas marinhos e costeiros associados à Mata Atlântica nesta APA, é recomendável que se façam estudos visando a criação de áreas protegidas de proteção integral no interior da mesma, notadamente nas áreas definidas no Zoneamento como de Preservação e Conservação. (BAHIA, 2003b, p.228).

A SEMA (BAHIA, 2009), ao relatar conflitos na Unidade, traz, nesta ordem: i) desmatamento ii) retirada de areia iii) ocupação desordenada e iv) pesca predatória.

Um antigo gestor da Unidade, em entrevista, também relaciona alguns conflitos:

[...] falta de fiscalização; falta de interesse do poder público e o principal pra mim é impunidade. Eu botaria em 1º, impunidade e fiscalização que estão ligados” (Entrevista com antigo gestor da UC, 19/01/2010).

Dentre os aspectos ecológicos, a ameaça percebida que mais interessou a este estudo foi a perda de fauna, especialmente do pescado e suas conseqüências para a comunidade tradicional local. “A destruição de hábitat é a primeira forma de exclusão da fauna” diz Morsello (2008, p. 220) em seu trabalho, ao descrever a remoção de fauna como ameaça às áreas protegidas.

A pesca pode ter como objetivo a subsistência, o comércio ou o tráfico como animais de aquário. Em nosso caso, a importância da pesca na APA, se justifica pela sobrevivência da população tradicional de pescadores e marisqueiras que sempre desenvolveu suas atividades artesanalmente e que não possuem outra forma de compor a renda familiar.

Com vistas a minimizar conflitos, ameaças e vulnerabilidades existentes na UC com relação às marisqueiras e pescadores artesanais e buscando assegurar a continuidade desta população tradicional e suas atividades, entendemos que a delimitação da APA e seu zoneamento são de grande importância, de forma a contemplar as áreas marinhas onde se localizam os pesqueiros e criando áreas exclusivas para a pesca artesanal salvaguardando as áreas de uso comum desta comunidade.

A delimitação da APA “inclui nos seus limites uma faixa de 0,1 km a 0,4 km de ambientes marinhos a partir da linha de costa, por uma extensão de 45 km” (BAHIA, 2008, p. 66) incluindo praias, recifes e áreas adjacentes. Esta é uma delimitação muito tímida, quando pensamos que se trata de uma região historicamente vivida por população tradicional constituída por pescadores artesanais, categoria esta, que

depende unicamente dos recursos pesqueiros, desenvolvendo sua atividade em harmonia com o ambiente natural.

Trabalhos voltados para a sustentabilidade ambiental precisam ter foco também na sustentabilidade social compreendendo a construção da equidade social e o respeito aos direitos das populações (CARDOSO, 2005). A solução apontada por Sachs apud Cardoso (2005, p. 25) é o “planejamento adequado e regulação da economia, com o desenvolvimento de novos produtos e mercados, capazes de agregar valor a recursos como biomassa agrícola, florestal e aquática”. O autor afirma ainda, que é importante o fortalecimento do sistema de gestão participativa através de estruturas cooperativistas, a fim de evitar a concentração de benefícios em grupos minoritários.

Quanto a este último aspecto, concentração em grupos minoritários, Valencio (2006, p. 7) constata em seus estudos que “as águas de rios e mares vistos como território aberto e bem público, vai paulatinamente sendo privatizado e manipulado com a intensificação da transformação e extração dos recursos naturais”. Esta disputa do território das águas e dos peixes com outros usuários é um fator que contribui para a dissolução da tradição. A autora exemplifica com os casos de rios seccionados por barragens e a sísmica de exploração petrolífera em mar que impacta corais e demais áreas reprodutivas. Em seu trabalho, afirma que “ambos desencadeiam alterações do ecossistema aquático, para não dizer resignificam o território aquático como ‘área de segurança’ e inviabilizam que a pesca artesanal permaneça no uso do lugar como forma de revitalizar a identidade coletiva” (VALENCIO, 2006, p. 7).

Os processos examinados em Boipeba seguem esse mesmo padrão, conforme foi constatado *in loco* e confirmado nas entrevistas e oficinas realizadas com a comunidade de marisqueiras e pescadores artesanais de Boipeba. De fato, o Campo de Manati e sua área de segurança abrangem pesqueiros que antes eram utilizados pela comunidade, configurando numa redução do território de pesca.

Em estudo realizado na região – especificamente em Guarapuá, também Icó (2007) diz que as atividades de extração geram impactos significativos ao meio-ambiente, diante da ocorrência do fenômeno da sobrepesca – ou seja, pesca acima da capacidade de recarga do meio-ambiente. Para a autora, “a presença da

Petrobrás revela um grau de intervenção que supera o nível econômico, pois, num movimento de supressão do *modo de vida* local, modifica relações sociais, ambientais e culturais” (ICÓ, 2007, p. 148).

Existindo novas formas de controle territorial – novos padrões normativos que proíbem a freqüência usual de captura – que transferem o pescador artesanal do seu espaço, este, ao se defrontar com situação de carência será levado a prosseguir com sua atividade de pesca artesanal à margem da lei (VALENCIO, 2008), desobedecendo limites de espaço e tempo de defeso, por exemplo. Para a autora, tais instituições “anulam a possibilidade de reprodução material da comunidade em bases tradicionais e pressionam-na para transformar-se numa coisa diferente daquilo que sempre foi” (VALENCIO, 2008, p. 8), constituindo, deste modo, mecanismo de criminalização desses cidadãos sob o “manto” do desenvolvimento.

O controle através do zoneamento precisa levar em conta os costumes e as necessidades da comunidade, oferecendo alternativas viáveis às mudanças que se fizerem compulsórias, evitando que o modo de vida sofra mudanças indesejáveis ou cujas conseqüências afetem o conjunto – ambiental, social, cultural. Com isto entendemos que o zoneamento, suportado pelo Plano de Manejo e pela gestão da APA, deve ser capaz de manter um espaço para que a população tradicional que vive no interior da UC continue existindo e exercendo suas atividades de mariscagem e pesca artesanal, considerando a atual situação demonstrada nos capítulos 2 e 3 deste trabalho:

- redução do pescado (causada pela sobrepesca e pelo aumento da demanda);
- redução do seu território de pesca (Manati ocupa área onde era pesqueiro de uso da comunidade);
- invasão do território por barcos de guincho oriundos de outras regiões
- crescimento do turismo (aumento populacional e chegada de novas culturas interferem diretamente no modo de vida local)

Daí a importância de um Plano de Manejo participativo, bem formulado e acatado por todos os envolvidos, com um zoneamento que contempla objetivos claros, bem compreendidos e aceitos pela coletividade, que assim, garantirá a existência do proposto no plano concreto, contribuindo para o sucesso da Unidade.

E outro problema do zoneamento é que ele não vem de forma exata, não dá noção de uma forma exata, onde se termina um zona e começa outra, porque não tem um marco, não tem um piquete, não tem uma marcação com GPS... por exemplo, eu estou aqui na ZUC e a ZTE... eu não sei qual das duas... não posso abrir as pernas e ver uma linha neutra... onde termina uma e começa a outra... é na base do 'eu acho'. Como é então, que as secretarias ambientais vão julgar um pedido de alvará, um projeto de liberação de construção, se o pedido é exatamente nessa área neutra, em fronteira, vizinhança entre uma e outra [...] Então a APA tem uma série de problemas e o zoneamento não tá claro (ELM n. 5, 26/01/2010)

Para a comunidade de marisqueiras e pescadores artesanais de Boipeba, uma solução que foi levantada nas entrevistas em campo e que deve ser melhor analisada é a alteração da categoria APA para Reserva Extrativista – Resex. O SNUC, art. 18, define Resex como:

Área utilizada por populações extrativistas tradicionais, cuja subsistência baseia-se no extrativismo e, complementarmente, na agricultura de subsistência e na criação de animais de pequeno porte, e tem como objetivos básicos proteger os meios de vida e a cultura dessas populações, e assegurar o uso sustentável dos recursos naturais da unidade. (BRASIL, 2000).

Seria uma solução plausível porque a Reserva Extrativista é gerida por Conselho Deliberativo o que pressupõe um poder de gestão mais autônomo e mais próximo da realidade local. Além disso, os próprios usuários estipulam seu Plano de Uso que contempla dentre outros, as modalidades de pesca permitidas e proibidas, a delimitação das áreas onde a pesca pode ser realizada e as sanções aos infratores. Ademais, a comunidade assume a fiscalização no território, garantindo o cumprimento do disposto no Plano.

A sugestão de mudança de categoria nos remete a refletir também sobre a Reserva de Desenvolvimento Sustentável – RDS. Esta categoria já pressupõe que a área abriga população tradicional e tem dentre seus objetivos, além da preservação da natureza, a reprodução e a melhoria dos modos e da qualidade de vida e exploração dos recursos naturais das populações tradicionais. Também é gerida por um Conselho Deliberativo. Na definição do art. 20 da Lei 9985/2000, uma RDS é:

(...) uma área natural que abriga populações tradicionais, cuja existência baseia-se em sistemas sustentáveis de exploração dos recursos naturais, desenvolvidos ao longo de gerações e adaptados às condições ecológicas locais e que desempenham um papel fundamental na proteção da natureza e na manutenção da diversidade biológica. (BRASIL, 2000).

O caminho é para a criação de áreas exclusivas para a mariscagem e pesca artesanal, ampliando-se os limites atuais da APA de forma a abranger espaços marinhos e garantindo sua finalidade através do zoneamento. A possibilidade de criação de territórios de uso da pesca artesanal está presente em vários níveis, desde o local ao nacional, com demandas requeridas em diversos encontros do setor (CARDOSO, 2001). Isto pode significar um novo enfoque para o desenvolvimento da atividade.

O apoio para criação da área específica para pescadores, através de um rezoneamento, pode vir da Petrobrás que em seu EIA/RIMA reconhece que são os pescadores, os principais atingidos com a implantação de Manati e o impacto de seu sistema de produção e escoamento de gás e que, portanto, desenvolve projetos de medidas compensatórias para o segmento. O projeto para pesca sustentável busca ter, dentre seus resultados, “recursos pesqueiros da localidade utilizados de modo mais ordenado e sustentável” (ver Anexo D). Além disso, o RIMA recomenda, dentre as medidas do item “Ampliação das expectativas em relação ao Empreendimento”, “Implementar o Projeto de Apoio aos Projetos Ambientais da Região, visando apoiar financeiramente projetos previamente selecionados para a Área de Influência do empreendimento e acompanhar o desenvolvimento desses projetos” (BIODINÂMICA, 2003b, p. 63).

Uma área específica para a conservação da atividade pesqueira artesanal da ilha pode acontecer ainda, através de sobreposição de UC, criando uma nova categoria – RESEX ou RDS estadual que melhor atenda àquela população tradicional.

#### 4.4 PROCESSO PARTICIPATIVO

Eu vi nascer tudo isso e o maior problema da APA, diagnosticado por todo mundo, que é ciência de todo mundo, é que a APA foi planejada de forma errada, de cima para baixo, certo? Então o povo não foi incluído. A APA para nós, para o povo do município de Cairu, ou seja, da Ilha de Boipeba e Tinharé, é como se fosse um bicho de sete cabeças, ela não é entendível, não teve alguém para fazer essa ponte de linguagem técnica para linguagem popular, não houve uma educação, não houve a informação para o povo e assim, dessa forma, o povo ser incluído nela e há só conflitos. (ELM n. 5, 26/01/2010).

Qual a área de proteção que o povo não aceita, não fiscaliza e que da certo? Primeiro passo pra ter uma lei estadual dessa, tão ampla, que bole na vida de todo mundo, o povo tem que dizer sim e quando o povo diz sim, funciona porque ele mesmo vai fiscalizar. (ELM n. 5, 26/01/2010)

A gestão compartilhada é o melhor mecanismo para garantir a sustentabilidade – objeto que justifica a implantação da APA. A gestão deve envolver todos os agentes que, de alguma forma, estão ligados ao cenário como o Estado, a iniciativa privada, as organizações do terceiro setor, as agências de desenvolvimento e a comunidade. Assim estará se constituindo um modelo de governança local onde o Estado exerce o papel fundamental de definir políticas e diretrizes e de ser articulador e gerenciador dentro de uma perspectiva de desenvolvimento local e sustentável (SANTANA, 2009).

Na opinião da autora, se os diversos atores locais estão articulados, as vocações econômicas naturais são potencializadas, respeitando as particularidades socioculturais e ambientais, alcançando a sustentabilidade. Isto porque, sendo um modelo de desenvolvimento descentralizado e participativo os diversos atores e conceitos como solidariedade, inclusão, participação, produção e competitividade vão interagir e se fortalecer mutuamente (SANTANA, 2009).

Hoje o Brasil é um país democrático e para que seja assim, a participação social é imprescindível. A forma de participação se dá através das organizações sociais representativas da sociedade civil.

Nas entrevistas, surgiram algumas declarações de que a maioria das associações foi criada após a chegada da Petrobrás, que necessitava de representação da comunidade constituída juridicamente, para cumprir determinação legal e mitigar ou compensar os danos causados ao ambiente e à comunidade local, identificados através do EIA/RIMA. A Petrobrás assume o principal Programa existente na localidade: o PIPP – Programa Integrado de Projetos Produtivos de Desenvolvimento Sócio-Ambiental que é trabalhado através do Projeto Participativo Compensatório da Velha Boipeba.

Mas na verdade, eu lhe dou o segredo (para o grande número de associações), na verdade o que motivou o nascimento dessas organizações foi à presença da Petrobras (...) ia sair dinheiro, mas não sai para você não, que é pessoa física... pras associações - fizeram , fizeram, fizeram... (ELM n. 5, 26/01/2010).

Quer dizer, porque a Petrobrás na verdade, quando ele destina uma verba, qualquer coisa, ele dá... ele destina à Associação (ELM n. 3, 26/01/2010)

No entanto, no que se refere à formação do Conselho Gestor da UC, temos registros de um processo participativo organizado e sólido, criado a partir da iniciativa do terceiro setor – Fundação Ondazul.

Teve um trabalho com a Fundação Ondazul que captou esse dinheiro com Projetos e com esse dinheiro ele conseguiu fazer o curso de formação dos conselheiros, e também, organizar o conselho gestor no sentido de identificar as associações, as Ongs realmente representativas, legalmente estruturadas. As que não estavam estruturadas, mas eram representativas, eles ajudaram na formação dessas associações. Então a Ondazul foi fundamental. (ELO n. 1, 09/07/2010).

O primeiro passo foi investigar, ver quantas entidades organizadas existiam, identificar aquelas que estavam embrionárias, organizá-las; então fomos aos cartórios, investigamos todos os problemas de cada uma delas, e botamos todas elas legalizadas. O segundo passo foi pegar todas aquelas lideranças e convidá-las para visitar outras localidades (vizinhas, inseridas na mesma região) criando esse diálogo entre as comunidades através de suas organizações oficiais (ELO n. 2, 01/09/2010)

No período que sucedeu a sua composição, o Conselho, que deve ser constituído por representantes de órgãos públicos, de organizações da sociedade civil e da população residente, era atuante e participativo e contava com o apoio do Estado. Uma reunião do Conselho envolve uma logística que implica em investimentos por parte do Estado e incentivo dos seus integrantes. Hoje o Conselho Gestor não mais se reúne.

As reuniões tinham uma boa frequência. Tinha uma participação boa de todo mundo, de todos os lugares... de Morro de São Paulo, Gamboa, aqui, Moreré... no início era muito bom... quando foi formado o Conselho Gestor... (ELM n. 8, 27/01/2010)

E aqui ninguém... pelo menos aqui em Boipeba como é bem afastado assim, quase que não existe a atuação da APA em si. O Conselho Gestor não se reúne há mais de 1 ano, então é muito fraco o envolvimento da parte da gestão da APA nas ilhas. (ELM n. 8, 27/01/2010).

A maior dificuldade com os conselheiros da gente eram os conselheiros de órgãos públicos. Eram os que mais faltavam. E eram os que ganhavam diárias pra ir (...) ganhavam diária porque eram de órgãos públicos, eram enviados oficialmente, então ganhavam diárias (...). O que a gente fazia era, a gente conseguia dinheiro pra pagar o almoço e o transporte deles – dos que não eram de órgãos oficiais e que não tinham condições. E mesmo assim, os conselheiros que a gente sabia que tinha condições financeiras, a gente não pagava transporte, só pagava o almoço. E a gente tinha dificuldade de quorum, porque os de órgão públicos não iam... (Entrevista com antigo gestor da UC, 19/01/2010).

É uma **logística** muito grande pra fazer uma reunião lá. Quem mora em Cova da Onça, que é aqui no Sul, ele tem que pegar o barco pra Barra dos

Carvalhos, de lá ir pra Valença e de lá ir pro Morro, se a reunião for no Morro. Ou então, pegar o carro em Barra dos Carvalhos, ir pra Cairu, onde a gente fazia a maioria das reuniões, depois voltava e às vezes não dava pra ser no mesmo dia. Às vezes, pra pessoa voltar e dormir em casa no mesmo dia, tinha que sair da reunião no máximo 3 horas da tarde pra poder dormir em casa. Como a gente não tinha verba pro pessoal dormir na rua, então eles saíam de madrugada, Cova da Onça principalmente. Então ele saía de madrugada, 4 da manhã, pra pegar o barco, pra depois do barco pegar o carro, pra chegar lá, tinha reunião que ele chegava lá umas 10 horas, aí ficava na reunião até 3 horas já se mandava pra poder chegar em casa (...) era boa vontade pra isso mesmo! Porque não era remunerado. Era boa vontade, boa vontade! (ELO n. 1, 09/07/2010).

Todas as dificuldades aqui relatadas, tanto para realizar reuniões do Conselho, quanto para realizar as ações de manejo planejadas, induzem à afirmação de que, contar com um órgão de caráter consultivo, não garante sustentabilidade às ações necessárias para alcançar os objetivos da Unidade. Isto porque, sendo apenas consultivo, as decisões tomadas nas reuniões tornam-se simplesmente, ‘recomendações’ que podem ou não ser acatadas (CARVALHO, 2010).

Para Camargo apud Santana (2009) os Conselhos que não têm capacidade deliberativa e que muitas vezes são manipulados por forças políticas – governo ou oposição – têm sua eficácia duvidosa, embora sejam o “fundamento institucional de construção da governança que gerou transformações importantes nas relações entre a sociedade e o Estado” (CAMARGO apud SANTANA, 2009, p. 138).

No começo era muito participativo. Depois começou a cair um pouco, tanto porque a gente não tinha condições, por exemplo, eu via muita coisa. Então como eu não podia multar, porque o gestor não pode multar, não pode notificar, não pode embargar. Então eu ia atrás da promotoria, ia atrás da polícia, ia atrás do Ibama... e pedia ajuda a eles pra atuar (Entrevista com antigo gestor da UC, 19/01/2010).

Não tem autonomia, não tem poder. Nem autonomia mesmo, porque o conselho gestor é consultivo, não é deliberativo, o que é um erro. Eu quando fazia, sempre acatava o que o pessoal falava, mas... (Entrevista com antigo gestor da UC, 19/01/2010).

A APA não faz uma fiscalização eficiente, porque ela pode simplesmente passar os dados pro órgão fiscalizador que é o IMA, ou o Ibama, ou a prefeitura. Então o máximo que a gente fazia era um relatório e mandava pro IMA... ou fazia um relatório e mandava pro Ibama... mas o grande problema de lá é o exemplo, porque quem é pego fazendo as coisas erradas, não acontece nada... pra mim, se me perguntar pra melhorar a APA, o que precisa mudar – impunidade.[...] (é preciso) atuação dos órgãos fiscalizadores e justiça mais célere. Porque, por exemplo, pra derrubar uma casa, o órgão ambiental não vai conseguir. Isso teria que ir para a justiça, pra justiça determinar a derrubada da casa. Então aí já vai pra um problema muito maior. (Entrevista com antigo gestor da UC, 19/01/2010).

Reconhecemos que um órgão deliberativo, com poder de veto, tem um poder muito grande. No entanto, a experiência vivida na APA, no processo de formação do Conselho e no período que se seguiu a esta formação, contesta as afirmações acima, provando que o fato de ser “consultivo” pode ser irrelevante quando se tem um Conselho sólido, organizado e atuante, baseado na participação ativa de seus membros:

O nosso, embora consultivo, sem poder de veto, tinha um poder político enorme, porque ele começou por baixo. Toda a sociedade do arquipélago, fazia parte do Conselho. Ela toda foi capacitada com curso de 180 horas de gestão ambiental. [...] Isso ficou tão forte que o prefeito de Cairu, embora o Conselho não fosse deliberativo, ele começou a entender a importância desse Conselho pra gestão municipal e nos enviava projetos pra o Conselho opinar, fazer vistas. [...] O Conselho tinha câmaras temáticas, ou seja, ele criou uma força institucional e política muito grande. Então, se ele for forte, o fato de ele ser deliberativo ou não, é discutível. (ELO n. 2, 01/09/2010)

Ratificando o pensamento de que um Conselho Gestor comprometido e atuante, ainda que não seja deliberativo, assegura uma intervenção nos processos de gestão da UC, trazemos um resultado de um estudo recente de Carvalho (2010). Quando a autora fala da pouca autonomia do Conselho, está se referindo justamente ao fato de “ser de caráter consultivo e, portanto, apenas recomendativo”:

Parece paradoxal, mas, o Conselho Gestor da APA Joanes Ipitanga tem se constituído como um facilitador de discussões e de validação de ações, trazendo um discurso qualificado no espaço da APA, e proporcionando ganhos e interlocuções na sua área de competência e gestão, apesar de contraditoriamente ter pouca autonomia e estar carente de renovação (CARVALHO, 2010, p. 181).

A importância de Conselhos sólidos e atuantes se fundamenta no conceito de ‘governança’ e aqui cabe uma distinção entre governança e governo e o significado do Estado nas estruturas de governança. Para tanto nos reportamos a Kissler e Heidemann que trazem três fases da transição de um Estado tradicional para o novo modelo de Estado e que contribuem para esta compreensão:

a) de um Estado de serviço, produtor do bem público, em um Estado que serve de garantia à produção do bem público; b) de um Estado ativo, provedor solitário do bem público, em um Estado ativador, que aciona e coordena outros atores a produzir com ele; c) de um Estado dirigente ou gestor em um Estado cooperativo, que produz o bem público em conjunto com outros atores (KISSLER; HEIDEMANN apud SANTANA, 2009, p. 141)

Tendo em vista que a comunidade local deve estar envolvida em questões como elaboração, monitoramento e, em alguns casos, na execução de políticas públicas (SANTANA, 2009), o fato de ser consultivo ou deliberativo importará menos que o grau de envolvimento e comprometimento de um Conselho Gestor. A importância da instância local no levantamento e administração das questões é confirmada por Santana:

É no âmbito da própria região que devem surgir as alternativas e esforços para superar obstáculos, criar as oportunidades e estratégias, potencializar o desenvolvimento. E o Estado [...] passa a ter um novo papel que seria o de articulador e de regulador [...] (que) cria as condições para um maior protagonismo de atores da sociedade civil comprometidos com a inclusão social, com a qualidade de vida, com a solidariedade, com o desenvolvimento humano. (SANTANA, 2009, p. 143)

Quando Santana (2009) diz que é papel do Estado ser articulador e regulador, criando as condições para uma maior atuação da sociedade civil, se há uma omissão do Estado no desempenho desta função, a alternativa de que o gestor da UC e seu Conselho assumam este papel é possível como atesta Carvalho (2010):

Por paradoxal que pareça, em tempos de governança participativa, não é o Governo que está estimulando a abertura do diálogo na intenção de mediar os conflitos mais significativos na APA Joanes/Ipitanga, e, sim, o gestor e respectivo Conselho, que articulam e estabelecem estratégias e ações para tal fim. (CARVALHO, 2010, p. 184)

Carvalho (2010), analisando os instrumentos de gestão de APA como garantia de melhoria ambiental no espaço da UC, reforça a importância do Conselho Gestor, expressando sua necessidade de renovação e capacitação:

[...] repensar o processo de renovação e capacitação do Conselho Gestor visando à ampliação da capacidade de gestão transversal e integrada do seu espaço e da construção de uma nova forma de diálogo com a comunidade, em especial, a responsabilização dos representantes com a gestão compartilhada e com a participação qualificada dos atores que lhes representam (CARVALHO, 2010, p. 180-181).

A necessidade de fortalecer os Conselhos Gestores das APA Estaduais, capacitando-os politicamente, tecnicamente e institucionalmente foi discutida em reunião própria, conforme Santana (2009, p. 155), momento em que também se confirmou a necessidade do Coordenador do Conselho morar mais próximo das localidades e dispor de uma infraestrutura para desenvolver as suas atividades.

Esta necessidade pode ser confirmada conforme assentido em nossa entrevista:

Você sabe que a situação de todas as APAS - não é só aqui - o Estado com relação a essa gestão das APAS é um fracasso atualmente... até teve várias pessoas que eram da... vários gestores... eles fizeram um movimento e pediram o afastamento do cargo de gestão... o Estado não apóia, não dá transporte, não dá hospedagem... é muito difícil, uma pessoa só, pra gerir várias APAS ao mesmo tempo e nessa condição de ilhas... é difícil... e sem dinheiro não faz nada, não tem como... então, falta de incentivo do Estado (ELM n. 8, 27/01/2010).

Por fim, ressaltamos o risco de que um Conselho, seja ele deliberativo ou consultivo, que não seja atuante nas diversas esferas que cabem tanto à gestão da APA como ao próprio desenvolvimento local, possa ser usado como mecanismo para legitimar planejamentos e ações, cumprindo trâmite burocrático do processo.

A Lei 7.799/2001 que institui a Política Estadual de Administração dos Recursos Ambientais, em seu art. 27 confirma a participação da comunidade na gestão da APA, mas abre outras possibilidades além do Conselho Gestor: o convênio do órgão gestor da APA com entidades locais:

**Art. 27** - A participação da comunidade na gestão da APA dar-se-á através da criação de um Conselho Gestor ou do estabelecimento de convênio do órgão gestor da APA com entidades locais e órgãos colaboradores do Sisema (Sistema Estadual de Meio Ambiente), com o objetivo, dentre outros, de promover ações de vigilância, monitoramento, educação ambiental, realização de estudos, projetos e orientação à população quanto ao cumprimento do zoneamento ecológico-econômico. (Lei Estadual nº 7.799 de 07/02/2001)

O processo participativo é propício à inovação e ao desenvolvimento e favorece a possibilidade de se estabelecer parcerias com o setor privado e o terceiro setor, buscando contrapartidas para solucionar alguns problemas, através de um equilíbrio entre os diversos interesses. “A legitimidade, a coesão da rede de instituições e a capacidade técnica operacional dos organismos representativos são essenciais na consolidação da governança” (SANTANA, 2009, p. 162).

Neste processo é importante identificar e envolver todos os interessados para que se incorpore diferentes pontos de vista e perspectiva; se algum interessado ficar de lado, suas ações futuras poderão comprometer os acordos alcançados pelo grupo atuante (HOUGH, 1988, MCNEELY, 1994 apud MORSELLO, 2001).

Os interessados devem ser a comunidade da região, os usuários, Organizações Ambientais não Governamentais responsáveis pelo manejo de recursos, operadoras de turismo, proprietários de embarcações, as instituições de pesquisa e universidades, os funcionários do governo responsáveis pelo manejo da UC.

Observa-se que o entendimento de “participação” pode ser concebido apenas como informação e apoio a propostas formuladas externamente à comunidade ou como um processo, transferindo poder às pessoas de mobilizar as próprias capacidades, interferindo no manejo dos recursos, tomando decisões e controlando atividades que afetam suas vidas.

Independente de como tenha nascido o processo participativo, ele pode mudar, alterando ao longo do tempo a forma e a intensidade da participação. A Environment Australia - EA entende que a administração de seus ambientes marinhos requer cooperação considerável entre todos os níveis de governo, indústria e comunidade, inclusive indígenas. Para ela, a comunidade tem um papel importante para assegurar que as metas de proteção sejam atingidas, ajudando a planejar e fiscalizar. Durante a fase de planejamento, a comunidade participa expressando opiniões em reuniões públicas ou encaminhando sugestões à Environment Australia. (EA-Marine Protected Areas, 2002).

No planejamento participativo os envolvidos devem contribuir com opiniões, expondo seus pontos de vista em relação aos problemas apresentados. Este é um instrumento útil para a gestão da UC que, sendo de uso sustentável, implica que os diversos setores sociais envolvidos tenham interesses legítimos em torno do uso produtivo dos recursos naturais. Conhecer todos os pontos de vista dos vários problemas facilita a busca de soluções e o envolvimento de todos, contribuindo para alcançar as metas traçadas.

O Dec. 4.340/2002 que regulamenta o SNUC, já prevê e normatiza o processo participativo, através dos conselhos consultivo ou deliberativo formado por: **representação da sociedade civil** que deve contemplar, quando couber, a comunidade científica, ONGs que atuam na região, população residente e do entorno, população tradicional, proprietários de imóveis no interior da unidade, trabalhadores e setor privado atuantes na região e representantes dos

Comitês de Bacia Hidrográfica. A **representação dos órgãos públicos** deve contemplar, quando couber, os órgãos ambientais dos três níveis da Federação e órgãos de áreas afins, tais como pesquisa científica, educação, defesa nacional, cultura, turismo, paisagem, arquitetura, arqueologia e povos indígenas e assentamentos agrícolas.

Assim sendo, nosso entendimento é de que sem o apoio da comunidade – e dos turistas – o sucesso do manejo fica comprometido. Portanto, além do processo participativo, com monitoramento e fiscalização eficazes, é imprescindível o comprometimento da comunidade para o uso planejado e ordenado dos recursos naturais, garantindo o respeito à cultura tradicional. A educação ambiental é um instrumento importante nesse aspecto, pois não deve ser uma participação como categoria universal. É preciso a participação com consciência ambiental. “Não é somente a democracia de caráter político, mas uma democracia imbuída de valores ecológicos” (ALENCAR, 2010).

## CONSIDERAÇÕES

Boipeba é uma região constituída por ecossistemas de grande interesse ambiental e por isso, inserida na APA estadual denominada APA das Ilhas de Tinharé e Boipeba. A ilha está também na zona de influência direta do empreendimento Manati de exploração de gás natural.

Seus atributos naturais contribuem para a intensificação no fluxo turístico local, e seu potencial pesqueiro atrai pescadores de outras regiões, com registros de prática de pesca predatória.

O aumento do turismo muda o referencial da vida da comunidade local, inclusive cerceando seus costumes e espaços físicos. Esta pesquisa identificou a existência de um conflito entre nativos e turistas, que não foi levado em consideração no planejamento da APA.

A comunidade local é constituída principalmente por marisqueiras e pescadores artesanais, que hoje sofrem uma redução significativa do pescado, sobretudo em razão da sobrepesca e da pesca de arrasto, que remove o material de fundo e destrói, por conseqüência, os habitats locais. Ademais, estes barcos com suas características, conseguem recolher um material em quantidade superior ao que o sistema pode repor.

Estes aspectos foram verificados nesta pesquisa, através das entrevistas com pescadores/marisqueiras e pessoas com algum tipo de vínculo com esta comunidade, ou envolvidos com as questões ambientais e de administração da APA e/ou do município.

Ficou constatado que marisqueiras e pescadores artesanais de Boipeba não buscam mecanismos de defesa de seus espaços pesqueiros por entenderem que “o mar é de todos”. Contudo, passaram a ser regulados pela legislação ambiental que instituiu a APA.

Esta APA, embora conte com instrumentos formais que regulam a ocupação e uso dos espaços, tem seu foco na atividade turística, dando pouca relevância ao ecossistema marinho costeiro, às atividades desenvolvidas nele e à população que desenvolve tais atividades.

Entendemos que no caso desta localidade, a pesca deve ser o principal objetivo de manejo, pois, além de ser uma atividade tradicional que se configura em esteio para o sustento das famílias dos pescadores e marisqueiras, é uma atividade que se desenvolve no arquipélago desde a época do Brasil Colônia. O impacto decorrente da omissão da APA é negativo e abrangente, considerando que envolve a população residente que não conta com outras alternativas para compor a renda familiar.

O Plano de Manejo de 1998 contempla, dentre as ações de conservação, delimitação da Zona Extrativista Animal e delimitação de faixas de proteção, além de avaliação da produtividade, cadastramento e apoio às marisqueiras. Quanto às delimitações, estas existem através do zoneamento. No entanto, ações direcionadas a fazer valer o zoneamento (seja através de fiscalização, controle e ordenamento do uso, ou educação ambiental), bem como as ações voltadas à produtividade pesqueira, não foram concretizadas nas sucessivas gestões.

Esta pesquisa indica que a UC deve adequar-se em seus objetivos e linhas de ação de forma a preservar a reprodução das espécies e a reposição dos estoques pesqueiros, dando enfoque à sustentabilidade social da comunidade envolvida no processo. Lembramos que a pesca artesanal é uma atividade que normalmente não apresenta características predatórias, contribuindo para a ausência de impacto negativo ao ambiente natural.

A criação de áreas exclusivas é a proposta deste trabalho e se justifica pelo caráter peculiar da população tradicional local e pela sua vulnerabilidade, características estas que a torna diferenciada. Se a legislação já contempla benefícios, proteção e cuidados para populações tradicionais como os índios e remanescentes quilombolas, por que não contemplar também a conservação das marisqueiras e pescadores artesanais – população tradicional, portanto - e suas atividades?

A pesca não deve ser proibida, mas sim, gerenciada, controlada e para isto é primordial que se tenha uma estrutura física e institucional para apoio, orientação, controle e fiscalização da atividade no interior e no entorno da UC.

Na verificação dos Programas de Manejo, constatamos de forma documental a previsão de ações para definição da capacidade de suporte de pescado e marisco

e programas de incentivo à pesca, este, a ser desenvolvido em curto prazo e contemplando estudos da cadeia produtiva e potencial pesqueiro, apoio a pescadores, reaparelhamento de frotas, dentre outras. Continuar a verificação foi a limitação deste trabalho. Não foi possível contato com atual gestor da APA para constatar quais das ações previstas foram realizadas e com quais resultados. Mas o gestor anterior da UC assegurou que até 2007 nenhuma ação voltada à atividade pesqueira foi realizada. (Representantes da comunidade pesqueira, nas entrevistas que subsidiaram esta pesquisa, apenas reconhecem algumas ações decorrentes do Projeto Compensatório da Petrobrás e não do manejo e gestão da APA).

Ações objetivas e de importância para a atividade pesqueira artesanal de Boipeba, embora previstas no Plano de Manejo da APA, não foram executadas, até onde foi possível checar (nos documentos, com membros do Conselho Gestor, representantes do poder público municipal, moradores e com os próprios pescadores e marisqueiras da ilha).

Embora a APA seja, dentre as categorias de UC, a menos restritiva, o uso sustentável é desejado. Os espaços, sua ocupação e uso são delimitados no Plano de Manejo e ZEE, a partir de critérios baseados em diagnósticos técnicos. Portanto, contamos com a existência de instrumentos legais para garantir a preservação do ambiente e o modo de vida da comunidade pesqueira. É preciso adequar estes instrumentos de forma a contemplar, com mesmo grau de hierarquia, o ecossistema, as pessoas de um modo geral e a comunidade de marisqueiras e pescadores artesanais e suas atividades, de modo específico.

E, sendo assim, chegamos aos resultados indicativos de que APA, pelo seu caráter pouco restritivo não atende à comunidade pesqueira de Boipeba que vivencia uma situação de desamparo em relação à manutenção das atividades tradicionais e ao uso produtivo dos recursos.

Da mesma forma, o Plano de Manejo, como instrumento formal, é insuficiente para redução e prevenção dos constrangimentos à atividade pesqueira artesanal, embora constitua importante referência para orientar uma gestão eficaz.

Para se ter mais efetividade nas ações pretendidas, este trabalho propõe a criação de uma área específica para a comunidade tradicional, na forma de uma categoria de UC mais apropriada para tal fim, como uma RESEX ou uma RDS que

são claramente destinadas às populações tradicionais conforme artigos 18 e 20 da Lei 9.985/2000 (BRASIL, 2000).

Esta área específica deve ser criada com base em relatórios técnicos, em espaços dentro da própria APA e em seu entorno, abrangendo os pesqueiros de uso da comunidade e que hoje, sem regulação e fiscalização, recebem barcos de fora com prática de pesca predatória.

Tratando-se dos espaços dentro da própria APA, haveria a sobreposição de UC, perfeitamente cabível neste caso, já que esta APA foi criada principalmente com vistas para o desenvolvimento turístico, e mesmo as ações de manejo voltadas para a pesca local, não foram executadas.

Além disso, por suas características legais, esta categoria é a menos restritiva das UC, não sendo, portanto, o instrumento apropriado para a conservação da atividade pesqueira artesanal da ilha, que requer um instrumento capaz de trabalhar a complexidade do fenômeno sócio-ambiental existente.

Uma RESEX ou uma RDS podem contribuir de forma mais significativa para a conservação da atividade pesqueira artesanal da ilha de Boipeba, pois, sendo instrumentos de controle dos espaços de uso comum, estas categorias de UC contam com a população tradicional local (marisqueiras e pescadores da ilha) na gestão da Reserva, trabalhando para a melhoria e manutenção da qualidade do meio ambiente, e dos domínios e saberes tradicionais.

Mais estudos se fazem necessários para a escolha da categoria – RESEX ou RDS – pois ambas apresentam características peculiares em sua legislação e precisam ser melhor compreendidas, considerando o contexto local, para a escolha mais adequada à população tradicional de Boipeba e seu ambiente natural.

A legislação define que ambas são de domínio público, seu uso é concedido expressamente às populações tradicionais no caso da RESEX sendo que as áreas particulares incluídas em seus limites devem ser desapropriadas – Lei 9985/2000, §1º do art. 18 (BRASIL, 2000).

Para a RDS, o caput do artigo 20 já indica que a Reserva é uma área natural que abriga populações tradicionais, mas quanto às áreas particulares incluídas em

seus limites, estas devem ser, quando necessário, desapropriadas – Lei 9985/2000, §2º do art. 20 (BRASIL, 2000).

A questão fundiária é um aspecto gerador de conflito entre o poder público e a comunidade local. Entretanto, no caso específico, a nova categoria a ser implantada tem seu foco em áreas como zona costeira, rios e manguezais, não acarretando maiores problemas com questões fundiárias.

A escolha e implantação da categoria adequada para Boipeba – RESEX ou RDS – ainda que acompanhada de seus instrumentos legais (como o Plano de Manejo, por exemplo) não é suficiente. É necessário mecanismos para garantir o cumprimento da lei, das propostas acordadas e o rigor no atendimento ao Plano de Manejo da UC. Para tanto é necessário que haja apoio institucional e investimentos que assegurem a eficácia da gestão, de forma a fornecer suporte técnico, infraestrutura, funcionários.

A gestão da UC também precisa ser fortalecida com a participação dos diversos envolvidos, pois, sendo de uso sustentável, o uso produtivo dos recursos e sua manutenção estão diretamente ligados a todos. São as pessoas que irão dar vida à gestão, através de um comprometimento democrático-ecológico.

## REFERÊNCIAS

AGECOM – AGÊNCIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL DO ESTADO DA BAHIA. **Criação de algas marinhas gera renda para marisqueiras baianas**. AGECOM, 06 ago. 2010. Disponível em: <[http://www.comunicacao.ba.gov.br/noticias/2010/copy7\\_of\\_01/06/criacao-de-algas-marinhas-gera-renda-para-marisqueiras-baianas](http://www.comunicacao.ba.gov.br/noticias/2010/copy7_of_01/06/criacao-de-algas-marinhas-gera-renda-para-marisqueiras-baianas)> Acesso em 17 ago 2010.

AGECOM – AGÊNCIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL DO ESTADO DA BAHIA. **Marisqueiras são capacitadas para o cultivo de algas**. AGECOM, 09 out. 2009. Disponível em: <<http://www.comunicacao.ba.gov.br/noticias/2009/10/09/marisqueiras-sao-capacitadas-para-o-cultivo-de-algas>> Acesso em 17 ago 2010.

ARTAZA-BARRIOS, O.H.; SCHIAVETTI, A. Análise da efetividade do manejo de duas áreas de proteção ambiental do Litoral Sul da Bahia. **Revista da Gestão Costeira Integrada** vol. 7(2), 2007.

BAHIA (Estado). Decreto n. 1.240, de 05 de junho de 1992. Cria a Área de Proteção Ambiental das Ilhas de Tinharé e Boipeba no Município de Cairu. **Palácio do Governo do Estado da Bahia**. Disponível em: <<http://www.seia.ba.gov.br/SGDIA/transarq/arquivos>> Acesso em 30 out. 2008

BAHIA (Estado). Secretaria de Cultura e Turismo. **Roteiros Ecoturísticos da Bahia – Costa do Dendê**. 2003a. Disponível em: <<http://www.setur.ba.gov.br/roteiros/dende/dende.asp>> Acesso em 13 dez 2009

BAHIA (Estado). Secretaria de Turismo. **PRODETUR/NE-II – PDITS - Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável – Polo Litoral Sul**, 2003b. Disponível em: <[http://www.setur.ba.gov.br/prodetur3\\_2.asp](http://www.setur.ba.gov.br/prodetur3_2.asp)> Acesso em 24 jan 2010.

BAHIA (Estado). Secretaria do Meio Ambiente do Estado da Bahia – SEMA. **Boipeba**. Disponível em: <<http://www.semarh.ba.gov.br/conteudo.aspx?s=APATINHA&p=APAAPA>> Acesso em: 09 ago. 2009

BAHIA (Estado). Secretaria do Meio Ambiente. **Mapa das Unidades de Conservação**. 2007. Disponível em: <<http://www.meioambiente.ba.gov.br/default.aspx>> Acesso em: 20 out. 2010

BAHIA (Estado). Secretaria do Planejamento do Estado da Bahia - SEPLAN, Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia (CONDER), Centro de Recursos Ambientais (CRA). **Plano de Manejo da Área de Proteção Ambiental – APA das Ilhas de Tinharé e Boipeba**. Salvador, fevereiro de 1998.

BAHIA (Estado). Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Estado da Bahia – SEMARH; MRS Estudos Ambientais Ltda. **Revisão e Atualização do Zoneamento da Área de Proteção Ambiental das Ilhas de Tinharé e Boipeba/BA**. Brasília, 2008.

BAHIA (Estado). Sistema Estadual de Informações Ambientais-SEIA. **APA Tinharé-Boipeba**. Disponível em: <<http://www.seia.ba.gov.br/apa/apaboipeba/template01.cfm?idCodigo=128>> Acesso em: 09 ago. 2009

BIODINÂMICA ENGENHARIA E MEIO AMBIENTE LTDA. **Estudo de Impacto Ambiental – EIA da Atividade de Produção e Escoamento de Gás da Bacia de Camamu-Bloco BCAM-40**. Salvador: jan, 2003a.

BIODINÂMICA ENGENHARIA E MEIO AMBIENTE LTDA. **Relatório de Impacto Ambiental – RIMA da Atividade de Produção e Escoamento de Gás da Bacia de Camamu-Bloco BCAM-40**. Salvador: jan, 2003b.

BRASIL. Lei nº 7.661, de 16 de maio de 1988. Institui o Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro e dá outras providências. **Presidência da República**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L7661.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L7661.htm)> Acesso em: 23 nov. 2009.

BRASIL. Lei nº 9.478, de 06 de agosto de 1997. Dispõe sobre a política energética nacional, as atividades relativas ao monopólio do petróleo, institui o Conselho Nacional de Política Energética e a Agência Nacional do Petróleo e dá outras providências. **Presidência da República**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L9478.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9478.htm)> Acesso em: 01 jul. 2009.

BRASIL. Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000. Regulamenta o art. 225, § 1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. **Presidência da República**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L9985.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9985.htm)> Acesso em: 23 nov. 2009.

CABRAL, N.R.A.J; SOUZA, M.P. **Área de Proteção Ambiental**: planejamento e gestão de paisagens protegidas. 2ed. São Carlos: RiMa, 2005.

CARDOSO, E.S. **Pescadores artesanais**: natureza, território, movimento social. São Paulo, SP: USP, 2001. Originalmente apresentada como tese de doutorado, Universidade de São Paulo, 2001

CARDOSO, S. da S.P. **Avaliação da carcinocultura implantada pelo projeto de gestão dos recursos ambientais do Baixo Sul – Ba**. Monografia do Curso de Ciências Biológicas da Universidade Federal da Bahia, 2005. Disponível em: <<http://www.ondazul.org.br/downloads/arquivos/28.pdf>> Acesso em 28 out. 2008

CARVALHO, I.M.de. **Área de Proteção Ambiental como instrumento de gestão ambiental**: estudo de caso da APA Joanes/Ipitanga. Salvador, Ba: UCSAL, 2010. Originalmente apresentada como dissertação de mestrado profissional em Planejamento Ambiental da Universidade Católica do Salvador, 2010.

CHAMY, Paula. **Reservas extrativistas marinhas**: um estudo sobre posse tradicional e sustentabilidade. Disponível em: <[http://www.anppas.org.br/encontro\\_anual/encontro/gt/conhecimento\\_local/Paula%20Chamy.pdf](http://www.anppas.org.br/encontro_anual/encontro/gt/conhecimento_local/Paula%20Chamy.pdf)> Acesso em: 12 nov. 2008.

CORDELL, John. **Remapeando as águas**: o significado dos sistemas de apropriação social do espaço marítimo. 2000. Disponível em: <<http://www.usp.br/nupaub/remapeando1.pdf>> Acesso em: 12 nov. 2008.

CRUSOÉ, J. **Análise do processo de implementação do Plano de Manejo do Parque Nacional Marinho dos Abrolhos**. Ilhéus, Ba. Originalmente apresentado como monografia para especialização. Universidade Estadual de Santa Cruz, 2002

DIEGUES, A. C. S. **O mito moderno da natureza intocada**. São Paulo: Hucitec, 1996.

DIEGUES, A. C.S.; ARRUDA, R.S.V. (Org.) **Saberes tradicionais e biodiversidade no Brasil**. Biodiversidade 4. Brasília: Ministério do Meio Ambiente; São Paulo: USP, 2001.

DIEGUES, A.C.S. **Conhecimento e manejo tradicionais**: ciência e biodiversidade. 2000. Disponível em: <<http://www.usp.br/nupaub/cienciabio.pdf>> Acesso em: 12 nov. 2008.

ENVIRONMENT AUSTRALIA – Environmental Management Policy. Disponível em: <<http://www.ea.gov.au>> Acesso em 21 set. 2002

ESTERCI, Neide. Cada povo tradicional tem uma identidade, uma história, uma memória partilhada e um território. **Almanaque Brasil Socioambiental 2008- ISA-Instituto socioambiental**. São Paulo: Ipsis Gráfica, 2007

GONÇALVES, M.V.P. Análise de plantas de mangue como bioindicadoras da qualidade ambiental nas ilhas de Tinharé e Boipeba. Salvador, Ba: UCSAL, 2010. Originalmente apresentada como dissertação de mestrado profissional em Planejamento Ambiental da Universidade Católica do Salvador, 2010.

ICÓ, Iara. **Desenvolvimento local: adaptação ou contestação?** as realidades de Garapuá e Barra dos Carvalhos-Ba. Salvador, Ba: UFBA, 2007. Originalmente apresentada como dissertação de mestrado em Administração da Universidade Federal da Bahia. Disponível em: <[http://www.marsol.ufba.br/twiki/pub/MarSol/ItemAcervo1/Dissertacao\\_Iara\\_Ico.pdf](http://www.marsol.ufba.br/twiki/pub/MarSol/ItemAcervo1/Dissertacao_Iara_Ico.pdf)> Acesso em 28 out. 2008.

INSTITUTO ECOBRASIL. **Carta de Lanzarote**, 1995. Disponível em: <[http://www.ecobrasil.org.br/publique/media/carta\\_lanzarote.pdf](http://www.ecobrasil.org.br/publique/media/carta_lanzarote.pdf)>. Acesso em: 31

ago. 2010.

LEFF, Enrique. Complexidade, Interdisciplinaridade e Saber Ambiental. In: PHILIPPI Jr., Arlindo et al. (Org.) **Interdisciplinaridades em Ciências Ambientais**. São Paulo: Signus Editora, 2000.

LESSA, C.M. **Identificação de áreas prioritárias para a conservação da sociobiodiversidade na zona estuarina da Costa do Dendê, Bahia**. Brasília: UNB, 2007. Originalmente apresentada como dissertação de mestrado em Geografia da Universidade de Brasília. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10482/1094>> Acesso em 15 fev 2010.

LITTLE, P. E. Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil: por uma antropologia da territorialidade. *Série Antropologia*, n. 322, Brasília, 2002.

MENDES, L. P. **Etnoecologia dos pescadores e marisqueiras da vila de Garapuí/Ba**. Monografia do Curso de Ciências Biológicas da Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2002. Disponível em <<http://www.ondazul.org.br/downloads/arquivos/6.pdf>> Acesso em 27 out. 2008

MOREIRA, L.B de C. **Avaliação dos aspectos ambientais da geração de energia através de termoeletricas a gás natural**. Salvador, Ba: UFBA, 2005. Originalmente apresentada como dissertação de mestrado profissional em Gerenciamento e Tecnologias Ambientais no Processo Produtivo da Escola Politécnica da Universidade Federal da Bahia, 2005.

MORSELLO, C. **Áreas Protegidas Públicas e Privadas: seleção e manejo**. 2 ed. São Paulo: Annablume/Fapesp, 2008

MOURA, F. de B.P.; MARQUES, J.G.W. **Conhecimento de pescadores tradicionais sobre a dinâmica espaço-temporal de recursos naturais na Chapada Diamantina, Bahia**. *Biota Neotropica*, v.7, n3. 2007. Disponível em: <<http://www.biotaneotropica.org.br>> Acesso em 20 nov. 2008

MURICY, I.T. Potencialidades e limites do turismo para o desenvolvimento das sociedades. **Série Estudos e Pesquisas da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia – SEI**, Salvador; n. 82. 2009

OLIVEIRA, G.G de. **Políticas públicas para aqüicultura no estado do Ceará: uma comparação dos governos estaduais de 1998 a 2008**. Fortaleza, CE: UFCE, 2008. Originalmente apresentada como dissertação de mestrado, Universidade Federal do Ceará, 2008.

ONDAZUL. Projeto de gestão dos recursos ambientais do Município de Cairu-Ba: Projeto piloto na vila de Garapua. BRITO R.R.C.(Coord.). Salvador.1999.Disponível em <<http://www.ondazul.org.br/baixosul/projeto.htm>> Acesso em 20 jul 2008.

PESSOTI, G.C. Uma leitura da economia baiana pela ótica do PIB – 1975/2005. **Revista de Desenvolvimento Econômico**, Salvador, ano VIII, n. 14, jul. 2006.

PETROBRAS – **Programa integrado de projetos produtivos de desenvolvimento sócio-ambiental com comunidades da área de influência direta do Projeto Manati**. Novembro, 2006

PETROBRAS – **Projeto participativo compensatório da Velha Boipeba, Ilha de Boipeba, município de Cairu-Ba**. Outubro, 2007

PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. **Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil**. 2000. Disponível em <<http://www.pnud.org.br/atlas>>. acesso em 24 nov. 2009.

SANTANA, M.W. Turismo no Litoral Norte e governança pública: uma articulação existente? **Série Estudos e Pesquisas da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia – SEI**, Salvador; n. 82. 2009

SANTOS, F. P. dos. **Caracterização hidrológica e produtividade primária da Baía de Guarapuá (Cairu – Ba)**: um subsídio à pesquisa sobre a capacidade de recarga do ambiente. Monografia do Curso de Ciências Biológicas da Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2002. Disponível em: <<http://www.ondazul.org.br/downloads/arquivos/13.pdf> > Acesso em 28 out. 2008

SEMINÁRIO MANGUEZAIS E CARCINICULTURA NAS MÃOS DOS PESCADORES, 2003, Fortaleza. Relatório. Fortaleza: Instituto Terramar, 2003. Disponível em: <<http://mangroveactionproject.org/files/ihof/Relatorio%20Seminario%20nas%20maos%20dos%20pescadores.pdf>> Acesso em: 05 ago. 2010

União dos Municípios da Bahia. **Dados Municipais**. Disponível em <<http://www.upb.org.br/listagens.htm>>. Acesso em 12 jun. 2009

VALENCIO, N.F.L.S. **A pesca artesanal como identidade**: mercantilização e dissolução de um modo de vida rural. VII Congresso Latinoamericano de Sociologia Rural. Quito, Equador. 2006. Disponível em: <<http://www.alasru.org/cdaldasru2006>> Acesso em: 12 nov. 2008.

VASCONCELOS, E.M. Manual operativo para pesquisas interdisciplinares e interparadigmáticas. In: LEITE, L.L. (Org.) **Complexidade e Pesquisa Interdisciplinar**. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2002.

## ANEXO A – QUESTIONÁRIO PARA ENTREVISTA

<b>UNIVERSIDADE CATÓLICA DO SALVADOR</b> <b>PERFIL SOCIAL E PROFISSIONAL DOS</b> <b>PESCADORES E MARISQUEIRAS DE BOIPEBA</b>  <b>INSTRUMENTO DE COLETA</b>	<b style="text-align: center;">IDENTIFICAÇÃO</b>  REGISTRO NA PESQUISA: _____  NOME : _____  APELIDO: _____
1. Entrevista com: ( )Pescador      ( )Marisqueira	
2. Data da entrevista:	
3. Hora da entrevista: Início: _____ Final: _____	
4. Local da coleta:	
<b>BLOCO 1. DADOS RELATIVOS À CONDIÇÃO SÓCIO-DEMOGRÁFICA. Vamos começar falando um pouco sobre você. Você poderia me informar...</b>	
1. Quantos anos você tem ? _____ anos completos	
2. Na sua casa tem saneamento básico? (0)não      (1)sim	
3. Sexo:(não perguntar)      (1) Masculino      (2) Feminino	
4. Até que série e grau você estudou, com aprovação, na escola? (1) Analfabeto    (2) Alfabetizado    (3) 1º grau (1ª a 8ª série) incompleto    (4) 1º grau (1ª a 8ª série) completo (5) 2º grau (colegial) incompleto    (6) 2º grau (colegial) completo    (7) Superior incompleto    (11)Superior completo (10) Pós-graduação    (9) Não sabe	
5. Atualmente você está estudando?      (0) Não      (1) Sim	
6. Qual o seu estado civil? (1) solteiro (2) casado / união estável (3) divorciado (4) separado (5) viúvo (99) outro. Esp:_____	
7. Qual a cor da sua pele? (não perguntar): (1)branco (2)moreno (3)negro (4)amarelo (5)vermelho/índio	
8. Qual a sua origem? (1)Rural do Município      (2)Rural de Outro Município: _____ (3)Urbano do Município      (4) Urbano de outro Município: _____	
9. Se oriundo de outro Município, o que o trouxe para Boipeba? (1)Família (2)Estudos (3)Trabalho (99)Outro:_____	
10. Participa de algum grupo social? (0)Nenhum grupo (1)Religião (igreja/terreiro/outro) (2)Associação (3)Colônia (4)Sindicato (5)Esporte/lazer	
<b>BLOCO 2: DADOS RELATIVOS ÀS CARACTERÍSTICAS OCUPACIONAIS. E a sua profissão...</b>	
<b>SOBRE OUTRA PROFISSÃO:</b>	
1. Você tem outra profissão(atualmente)? Se NÃO vá para nº 4 (0) não (1) sim Se SIM, especificar: _____	
2. Há quanto tempo você exerce a outra profissão? (em anos) _____	
3. Quantos dias por semana (você exerce esta outra profissão)? _____	
4. Você tinha outra profissão antes da chegada de Manati e do crescimento do turismo? (0) não (1) sim Se SIM, especificar: _____	
5. Você tem outra profissão no inverno?      (1) Sim      (0) Não	

6. Tinha essa profissão ou outra para os invernos, antes de Manati/Turismo? (1) Sim (0) Não	
<b>SOBRE A PESCA / MARISCAGEM:</b>	
Obs: Haverá <b>questões divididas em A e B</b> , a depender da resposta dada à <b>questão 9</b> (trabalho antes ou após Manati e crescimento do turismo): <b>A</b> tratará do <b>momento atual</b> e <b>B</b> reportar-se-á à fase <b>anterior a Manati/turismo</b> , portanto, as questões “B” apenas serão respondidas se <b>9 = 1</b> .	
7. Há quanto tempo você trabalha com pesca/mariscagem? _____	
8. Você já trabalhou com pesca/mariscagem em outro espaço/município? (0) não (1) sim Especificar: _____	
9. Há quanto tempo você trabalha com pesca/mariscagem em Boipeba? _____ anos (1)Desde antes da chegada de Manati/Turismo (2)Após Manati/Turismo <b>Se (2) vá para questão 13.</b>	
10. Como era a relação de trabalho <b>antes</b> da chegada de Manati e do crescimento do turismo? (1) Autônomo (2)Assalariado (3)Outro: _____	
11. <b>Antes</b> , você costumava pescar/mariscar quantos dias por semana?	
12. E quantas horas por dia você pescava?	
13. Como é sua relação de trabalho <b>hoje</b> ? (1) Autônomo (2)Assalariado (3)Outro: _____	
14. Você pesca quantos dias por semana?	
15. Quantas horas por dia você pesca?	
16.A - Você pratica pesca de rede? (0) não (1) sim Se sim, que tipo de pesca você faz? (1) rede de arrasto e/ou cerco (2) rede de espera (fundo e/ou superfície) (99) outros. Esp: _____ (000) NSA	17.A - Quais instrumentos de pesca você usa? 1( ) Rede de pesca 2( ) Linha pra tecer/cozer a rede 3( ) Agulha pra tecer/cozer a rede 99( ) outros. Esp: _____ (000) NSA
16.B - Se questão 9 = 1: <b>antes da chegada de Manati/Turismo</b> , você praticava pesca de rede? (0) não (1) sim Se sim, que tipo de pesca você faz? (1) rede de arrasto e/ou cerco (2) rede de espera (fundo e/ou superfície) (99) outros. Esp: _____ (000) NSA	17.B - Se questão 9 = 1: <b>antes da chegada de Manati/Turismo</b> , Quais instrumentos de pesca você usava? 1( ) Rede de pesca 2( ) Linha pra tecer/cozer a rede 3( ) Agulha pra tecer/cozer a rede 99( ) outros. Esp: _____ (000) NSA
18.A - Você pratica pesca de mergulho? (0) não (1) sim Se SIM, que tipo de pesca você faz? (1) em apnéia / no peito (2) com compressor de ar (99) outros. Esp: _____ (000) NSA	19.A - Quais instrumentos de pesca você usa? 1( ) Compressor 2( ) Mangueira 3( ) Óleo mineral 4( ) Máscara/válvula 5( ) Espingarda de mergulho/ar comprimido 6( ) Pé de pato/nadadeira 7( ) Óculos de mergulho 8( ) Reservatório para peixe de aquário / ornamental 99( ) outros. Esp: _____ (000) NSA

<p><b>18.B - Se questão 9 = 1: <u>antes da chegada de Manati/Turismo</u>,</b>          Você praticava pesca de mergulho?          (0) não      (1) sim</p> <p><b>Se SIM, que tipo de pesca você fazia?</b>          (1) em apnéia / no peito      (2) com compressor de ar          (99) outros. Esp: _____          (000) NSA</p>	<p><b>19.B - Se questão 9 = 1: <u>antes da chegada de Manati/Turismo</u>,</b>          Quais instrumentos de pesca você usava?          1( ) Compressor          2( ) Mangueira          3( ) Óleo mineral          4( ) Máscara/válvula          5( ) Espingarda de mergulho/ar comprimido          6( ) Pé de pato/nadadeira          7( ) Óculos de mergulho          8( ) Reservatório para peixe de aquário / ornamental          99( ) outros. Esp: _____ (000)          NSA</p>
<p><b>20.A - Você pratica pesca com anzol, vara e linha?</b>          (1) sim      (0) não  <b>Se SIM, você faz pesca de arrasto (com linha, aço e anzol)?</b>          (1) sim      (0) não</p>	<p><b>21. A - Quais instrumentos de pesca você usa?</b>          1( ) Vara de pesca          2( ) Linha          3( ) Anzol          4( ) Isca          99( ) outros. Esp: _____ (000)          NSA</p>
<p><b>20.B - Se questão 9 = 1 <u>antes de Manati/Turismo</u>,</b>          Você praticava pesca com anzol, vara e linha?          (1) sim      (0) não  <b>Se SIM, você fazia pesca de arrasto (com linha, aço e anzol)?</b>          (1) sim      (0) não</p>	<p><b>21.B - Se questão 9 = 1: <u>antes de Manati/Turismo</u>,</b>          Quais instrumentos de pesca você usava?          1( ) Vara de pesca          2( ) Linha          3( ) Anzol          4( ) Isca          99( ) outros. Esp: _____ (000)          NSA</p>
<p><b>22.A- Você pratica pesca com espinhel/grozeira?</b>          (1) sim      (0) não</p>	<p><b>23.A- Quais instrumentos de pesca você usa?</b>          1( ) Espinhel          2( ) Isca          99( ) outros. Esp: _____ (000)          NSA</p>
<p><b>22.B - Se questão 9 = 1: <u>antes de Manati/Turismo</u>,</b>          Você praticava pesca com espinhel/grozeira?          (1) sim      (0) não</p>	<p><b>23.B - Se questão 9 = 1: <u>antes de Manati/Turismo</u>,</b>          Quais instrumentos de pesca você usava?          1( ) Espinhel          2( ) Isca          99( ) outros. Esp: _____ (000)          NSA</p>
<p><b>24.A - Você pratica pesca com munzoá / armadilha / gaiola?</b>          (1) sim      (0) não</p>	<p><b>25.A - Quais instrumentos de pesca você usa?</b>          1( ) Munzoá / gaiola / armadilha          99( ) outros. Esp: _____ (000)          NSA</p>
<p><b>24.B- Se questão 9 = 1 <u>antes de Manati/Turismo</u>,</b>          Você praticava pesca com munzoá / armadilha / gaiola?          (1) sim      (0) não</p>	<p><b>25.B - Se questão 9 = 1 <u>antes de Manati/Turismo</u>,</b>          Quais instrumentos de pesca você usava?          1( ) Munzoá / gaiola / armadilha          99( ) outros. Esp: _____ (000)          NSA</p>

<p>26. <b>A</b> - Você pratica algum tipo de pesca que não foi perguntado anteriormente?</p> <p>(0)não (1) sim</p> <p>Se SIM, qual?</p> <p>Esp. _____</p>	<p>27. <b>A</b> - Quais outros instrumentos de pesca você usa?</p> <p>1( )Remo</p> <p>2( )Arpão</p> <p>3( )Enfieira (arame para enfiar o peixe)</p> <p>4( )Outro tipo de reservatório/sacola/balde/cesto</p> <p>5( )Faca/facão</p> <p>6( )Descamadeira</p> <p>7( )Âncora</p> <p>99( )Outros. Esp:</p>
<p>26.<b>B</b> - <b>Se questão 9 = 1: <u>antes de Manati/Turismo.</u></b></p> <p>Você praticava algum tipo de pesca que não foi perguntado anteriormente?</p> <p>(0)não (1) sim –</p> <p>Se SIM, qual?</p> <p>Esp. _____</p>	<p>27.<b>B</b> - <b>Se questão 9 = 1: <u>antes de Manati/Turismo.</u></b></p> <p>Quais outros instrumentos de pesca você usava?</p> <p>1( )Remo</p> <p>2( )Arpão</p> <p>3( )Enfieira (arame para enfiar o peixe)</p> <p>4( )Outro tipo de reservatório/sacola/balde/cesto</p> <p>5( )Faca/facão</p> <p>6( )Descamadeira</p> <p>7( )Âncora</p> <p>99( )Outros. Esp:</p>
<p>28.<b>A</b> - Que tipo de animal você pesca?</p> <p><b>PREENCHA COM O CÓDIGO: 0(NUNCA) 1(TODOS OS DIAS) 2(TODA SEMANA) 3(TODO MÊS)</b></p> <p>1( )Peixe para alimentação e venda</p> <p>2( )Peixe de aquário / ornamental</p> <p>3( )Mariscos</p> <p>4( )Lagostas</p> <p>5( )Ouriço do mar/pinaúna</p> <p>6( )Polvo</p> <p>7( )Lula</p> <p>99( )Outros. Esp:</p>	
<p>28.<b>B</b> – <b>Se questão 9 = 1: <u>antes da chegada de Manati/Turismo,</u></b></p> <p>Que tipo de animal você pescava?</p> <p><b>PREENCHA COM O CÓDIGO: 0(NUNCA) 1(TODOS OS DIAS) 2(TODA SEMANA) 3(TODO MÊS)</b></p> <p>1( )Peixe para alimentação e venda</p> <p>2( )Peixe de aquário / ornamental</p> <p>3( )Mariscos</p> <p>4( )Lagostas</p> <p>5( )Ouriço do mar/pinaúna</p> <p>6( )Polvo</p> <p>7( )Lula</p> <p>99( )Outros. Esp:</p>	
<p>29.<b>A</b> - Como o barco que você usa é movido?</p> <p><b>USE (X) PARA SIM, E ( ) PARA NÃO.</b></p> <p>1. ( ) barco a motor</p> <p>2. ( ) barco a vela</p> <p>3. ( ) barco a remo</p>	<p>29.<b>B</b> – <b>Se questão 9 = 1: <u>antes de Manati/Turismo,</u></b></p> <p>E antes, como era o barco que você usava?</p> <p>1. ( ) barco a motor</p> <p>2. ( ) barco a vela</p> <p>3. ( ) barco a remo</p>
<p>30.<b>A</b> - O barco é próprio ou de terceiro?</p> <p><b>(se Próprio, vá para o nº 30-B e depois 33)</b></p> <p>(1) Próprio</p> <p>(2) Próprio mas em sociedade</p> <p>(3) Terceiro</p>	<p>30.<b>B</b>- <b>Se questão 9 = 1: <u>antes de Manati/Turismo,</u></b></p> <p>O barco que você usava era próprio ou de terceiro?</p> <p>(1) Próprio</p> <p>(2) Próprio mas em sociedade</p> <p>(3) Terceiro</p>

<p><b>31. (se 30.A = 2 ou 3) O dono/sócio do barco é seu parente?</b>  (1) sim - Qual? Esp: _____ (0) não (000) NSA</p>
<p><b>32. Como é feito o pagamento ao dono do barco?</b>  (1) porcentagem do pescado por viagem (2) valor fixo mensal (3) valor fixo por viagem</p>
<p><b>33. Como é dividido, entre os pescadores, o peixe que foi pescado?</b>  (1) linha separada - cada pescador tem o que pescou (2) linha junta - divide o peixe igualmente  Para <b>MARISQUEIRA</b>: (1) cada uma com seu produto (2) divide o produto igualmente</p>
<p><b>34. O barco que você usa é equipado com quais aparelhos?</b>  <b>RESPONDA COM (X) ONDE A RESPOSTA FOR SIM, E ( ) SE A RESPOSTA FOR NÃO.</b>  1( ) Geladeira / freezer 9( ) GPS  2( ) Isopor de gelo / reservatório de fibra para gelo 10( ) Sonda/sonar  3( ) Fogão 11( ) Detector de radar  4( ) Botijão de gás 12( ) Celular  5( ) Cama 13( ) Banheiro  6( ) Colete salva-vidas 14( ) Rádio para se comunicar com outros barcos ou com quem ficou em terra  7( ) Bóia circular 15( ) Foguete sinalizador  8( ) Bússola 16( ) Outros. Esp: _____</p>
<p><b>35. A - Quanto tempo você passa no mar/mangue?</b>  (1) 1 dia/não dorme no mar (2) 2 dias-1 noite (3) 3 dias-2 noites (4) 4 dias-3 noites (5) 5 dias-4 noites  (6) 6 dias-5 noites (7) 7 dias-6 noites (000) NSA (8) mais. Esp: _____</p>
<p><b>35.B - <u>Antes de Manati/Turismo</u>, Quanto tempo você costumava passar no mar/mangue?</b>  (1) 1 dia/não dorme no mar (2) 2 dias-1 noite (3) 3 dias-2 noites (4) 4 dias-3 noites (5) 5 dias-4 noites  (6) 6 dias-5 noites (7) 7 dias-6 noites (000) NSA (8) mais. Esp: _____</p>
<p><b>36.A - Você prefere pescar/mariscar durante:</b> (1) o dia (2) a noite</p>
<p><b>36.B - <u>Antes de Manati/Turismo</u>, você preferia pescar/mariscar durante:</b> (1) o dia (2) a noite</p>
<p><b>37.A - Em que lugar você pesca/marisca?</b>  (1) perto da praia (2) nas pedras (3) em alto mar / perto da parede (plataforma continental) (4) Outro _____</p>
<p><b>37.B - <u>Antes da chegada de Manati/Turismo</u> em que lugar você costumava pescar/mariscar?</b>  (1) perto da praia (2) nas pedras (3) em alto mar / perto da parede (plataforma continental) (4) Outro _____</p>
<p><b>38.A - Como se dá a definição do espaço de pesca/mariscagem?</b>  (1) Assembléia (2) Reunião das lideranças (3) Reunião de grupos  (4) Outros _____</p>
<p><b>38.B - <u>Antes de Manati/Turismo</u>, Como se dava a definição do espaço de pesca/mariscagem?</b>  (1) Assembléia (2) Reunião das lideranças (3) Reunião de grupos  (4) Outros _____</p>
<p><b>39.A - De que forma vocês fazem <b>hoje</b> a defesa do território de pesca/mariscagem?</b></p>
<p><b>39.B - <u>Antes de Manati/Turismo</u> Como era feita a defesa do território de pesca/mariscagem?</b></p>
<p><b>BLOCO 3: DADOS RELATIVOS A ACIDENTES NO MAR</b></p>
<p><b>1. Já aconteceu o motor/remo/vela, do barco, quebrar/rasgar enquanto você estava pescando?</b>  (1) sim (0) não (se <b>NÃO</b>, vá para pergunta 4)</p>
<p><b>2. Como foi resolvida a situação?</b> (resposta espontânea) _____  (1) com ajuda do barco ao lado  (2) com ajuda de outro barco que ia passando (000) NSA  (3) os pescadores do próprio barco consertaram o dano  (4) não foi resolvida / voltou para a praia nadando (se 3 ou 4, vá para pergunta 4)</p>

3. O pedido de socorro foi feito: (3) através do rádio		
(1) sem uso de aparelhos especiais	(4) através do foguete sinalizador	
(2) através do celular	(5) outros Esp:	(000) NSA
4. Você diria que é perigoso navegar com navios por perto? (1)sim (0)não		
Por quê? _____		
5. Sobre acidentes relacionados a navios por perto você diria:		
( ) Nunca ocorreu na região		
( ) Antes ocorria com maior frequência em razão de _____		
( ) Hoje ocorre com mais frequência em razão de _____		
( ) Sempre ocorre em razão de _____		
6. Há algum tipo de orientação e/ou controle para evitar este tipo de acidente?		
(0)Não (1)Sim. Qual, de quem? _____		
7. Você diria que é perigoso navegar em áreas próximas à Manati? (1)sim (0)não		
Por que? _____		
8. Sobre acidentes relacionados a navegação em áreas próximas a Manati você diria:		
( ) Nunca ocorreu na região		
( ) Antes ocorria com maior frequência em razão de _____		
( ) Hoje ocorre com mais frequência em razão de _____		
( ) Sempre ocorre em razão de _____		
9. Há algum tipo de orientação e/ou controle para evitar este tipo de acidente?		
(0)Não (1)Sim. Qual, de quem? _____		
10. Você diria que é perigoso navegar na alta estação do turismo? (1)sim (0)não		
Por que? _____		
11. Sobre acidentes relacionados ao fluxo e às atividades do turismo você diria:		
( ) Nunca ocorreu na região		
( ) Antes ocorria com maior frequência em razão de _____		
( ) Hoje ocorre com mais frequência em razão de _____		
( ) Sempre ocorre em razão de _____		
12. Há algum tipo de orientação e/ou controle para evitar este tipo de acidente?		
(0)Não (1)Sim. Qual, de quem? _____		
13. Você já esteve no mar durante um temporal? (se NÃO, vá para nº 17) (1) sim (0)não		
14. Você já sofreu algum acidente no mar durante um temporal? (se NÃO, vá para nº 17)		
(1) sim	(0) não	(000) NSA
15. Nesses acidentes, quantas vezes houve perda total ou dano parcial do barco?		
(0) nenhuma	Esp.: _____	(000) NSA
16. Nesses acidentes, quantas vezes houve morte ou desaparecimento de pescador?		
(0) nenhuma	Esp.: _____	(000) NSA
17. Como você faz pra se proteger dos temporais?		
(1) consulta a previsão do tempo	(2) usa o colete salva vidas	(99) outros _____
18. Você já sofreu algum acidente enquanto estava pescando (com animais ou objetos)? (se NÃO, vá para nº 20)		
(1) sim	(0) não	

<p>19.No último ano, o acidente foi com quê? Quantas vezes? <b>PREENCHER COM O NÚMERO DE VEZES EM CADA ITEM / PARA NÃO, USE (0)</b></p> <p>▪ <u>instrumento de pesca:</u></p> <p>1( ) com instrumentos perfuro-cortantes ou perfuro-lacerantes: arpão, espingarda de mergulho/ar comprimido, vara de pesca, anzol, espinhel, faca/facão, descamadeira, enfieira.</p> <p>2( ) instrumentos / substâncias que provocam queimaduras: fogão, álcool.</p> <p>3( ) motor do barco (corte-laceração)</p> <p>4( ) motor do barco (queimadura)</p> <p>▪ <u>animal marinho/peixe venenoso:</u></p> <p>5( ) ouriço do mar/pinaúna</p> <p>6( ) arraia</p> <p>7( ) beatriz</p> <p>8( ) niqui</p> <p>9( ) caravela/água viva</p> <p>10( ) outros _____</p> <p style="text-align: right;">11(000) NSA</p>	
<p>20. Sobre proteção contra acidente:</p> <p>(0) nunca usou, só presta atenção      (1) sempre usou</p> <p>(2) Não usava, mas hoje usa – Por que? _____</p> <p>(3) Usava, mas hoje não usa mais – Por que? _____</p>	
<p>21. Em caso de acidente onde é preciso atendimento médico:</p> <p>( ) é resolvido com atendimento local na maioria das vezes</p> <p>( ) não é resolvido com atendimento local na maioria das vezes</p> <p>( ) precisa deslocar-se. Para onde? _____</p> <p>( ) tem facilidade de deslocamento (ambulância, outro)</p> <p>( ) não tem facilidade de deslocamento (ambulância, outro)</p>	
<p>22. <b>Antes do aumento do turismo e da chegada de Manati</b>, quando acontecia um acidente onde era preciso atendimento médico:</p> <p>( ) era resolvido com atendimento local na maioria das vezes</p> <p>( ) não era resolvido com atendimento local na maioria das vezes</p> <p>( ) precisava deslocar-se. Para onde? _____</p> <p>( ) tinha facilidade de deslocamento (ambulância, outro)</p> <p>( ) não tinha facilidade de deslocamento (ambulância, outro)</p>	
<p>23. Você é vacinado contra tétano?      (1) sim      (0) Não      (9) não sabe / não se lembra</p>	
<p>24. Quantos pescadores você conheceu que já morreram em qualquer tipo de acidentes no mar?</p> <p>(0) nenhum      Esp.: nº _____ pescadores      (000) NSA</p>	
<p><b>BLOCO 4: DADOS RELATIVOS À ATIVIDADE DO EMPREENDIMENTO MANATI</b></p>	
<p>1. Como soube da chegada do empreendimento na região?</p> <p>(0) Não soube    (1) Amigos/parentes    (2) Grupo religioso    (3) Colônia    (4) Associação    (5) Sindicato    (6) Políticos</p> <p>(7) Outros _____</p>	
<p>2. Houve algum inconveniente/conflito/dificuldade na ocasião da implantação de Manati?</p> <p>(0) Não    (1) Sim      <b>Se NÃO vá para a questão 4.</b></p>	
<p>3. Que tipo de conflito?</p> <p>(1) Disputa pelo espaço de pesca    (2) Atritos com políticos    (3) Atritos com empresários    (4) Outros _____</p>	
<p>4. Houve algum benefício/facilidade/melhoria em razão da implantação de Manati?</p> <p>(0) Não    (1) Sim      <b>Se NÃO vá para a questão 6.</b></p>	

<p>5. Que tipo de melhoria?</p> <p>(1)Facilidade para comercializar o produto (2)Meios de beneficiamento do produto (3)Outra oportunidade de renda (4)Outros _____</p>
<p>6. Qual era seu maior desejo <b>antes</b> da chegada de Manati na região?</p> <p>(1)Ter seu próprio barco (2)Ter estrutura para conservação do pescado (3)Ter estrutura para transporte do pescado (4)Ter equipamentos de pesca (5)Melhores condições para comercialização do produto (6)Ter uma casa (7)Assistência médica local (8)Condições para estudar (9)Outros _____</p>
<p>7. Qual é seu maior desejo <b>hoje</b>?</p> <p>(1)Ter seu próprio barco (2)Ter estrutura para conservação do pescado (3)Ter estrutura para transporte do pescado (4)Ter equipamentos de pesca (5)Melhores condições para comercialização do produto (6)Ter uma casa (7)Assistência médica local (8)Condições para estudar (9)Outros _____</p>
<p><b>BLOCO 5: DADOS RELATIVOS À APA</b></p>
<p>1. Você sabe que aqui é uma área ambientalmente protegida?</p> <p>(0)Não (1)Sim Se SIM, como soube? _____</p>
<p>2. Para você, como é morar e trabalhar numa região ambientalmente protegida?</p> <p>(0)Não sabe responder (1)É bom (2)É ruim (3)Indiferente Por que? _____</p>
<p>3. Houve algum inconveniente/conflicto/dificuldade na execução de suas atividades em razão da região ser uma APA? (0)Não (1)Sim Se SIM, que houve? _____</p>
<p>4. Você conhece alguém ou algum grupo responsável pela APA? (0)Não (1)Sim</p>
<p>5. Você conhece alguma atividade da APA? (0)Não (1)Sim Se SIM, qual? _____</p>

## ANEXO B - OFICINAS

### Memória oral da trajetória de vida

Nº de participantes: \_\_\_\_\_ (em \_\_\_\_\_ grupos)

#### *De onde vieram?*

##### 1) Origem do grupo:

Da própria Ilha ( ) \_\_\_\_\_

Rural do município ( ) \_\_\_\_\_

Urbano do município ( ) \_\_\_\_\_

Rural de outro município ( ) \_\_\_\_\_

Urbano de outro município ( ) \_\_\_\_\_

Outros \_\_\_\_\_ ( ) \_\_\_\_\_

#### *Relações socioeconômicas?*

##### 2) Relação de trabalho anterior à Petrobrás e ao Turismo

Posseiros ( ) \_\_\_\_\_ Agregados à própria família rural ( ) \_\_\_\_\_

Arrendatários ( ) \_\_\_\_\_ Meeiros ( ) \_\_\_\_\_

Diaristas rurais ( ) \_\_\_\_\_ Diaristas urbanos ( ) \_\_\_\_\_

Assalariados rurais ( ) \_\_\_\_\_ Assalariados urbanos ( ) \_\_\_\_\_

Outros: \_\_\_\_\_ ( ) \_\_\_\_\_ Sem informação ( ) \_\_\_\_\_

##### 3) Participação em algum grupo organizado antes da Petrobrás e do Turismo

Igreja ( ) \_\_\_\_\_ Mulheres ( ) \_\_\_\_\_

Terreiro ( ) \_\_\_\_\_ Jovens ( ) \_\_\_\_\_

Associação ( ) \_\_\_\_\_ Esporte ( ) \_\_\_\_\_

Sindicato ( ) \_\_\_\_\_ Lazer ( ) \_\_\_\_\_

Outros: \_\_\_\_\_ ( ) \_\_\_\_\_

##### 4) Relação de trabalho depois da Petrobrás e do Turismo

Posseiros ( ) \_\_\_\_\_ Agregados à própria família rural ( ) \_\_\_\_\_

Arrendatários ( ) \_\_\_\_\_ Meeiros ( ) \_\_\_\_\_

Diaristas rurais ( ) \_\_\_\_\_ Diaristas urbanos ( ) \_\_\_\_\_

Assalariados rurais ( ) \_\_\_\_\_ Assalariados urbanos ( ) \_\_\_\_\_  
 Outros: \_\_\_\_\_ ( ) \_\_\_\_\_ Sem informação ( ) \_\_\_\_\_

### 5. Que tipo de animal você pesca? Onde pesca?

PREENCHA COM O CÓDIGO: 0(NUNCA) 1(TODOS OS DIAS) 2(TODA SEMANA) 3(TODO MÊS)

- 1( ) Peixe para alimentação e venda ( ) Rio dos Patos ( ) São Sebastião ( ) Outros ( ) Velha Boipeba
- 2( ) Peixe de aquário / ornamental ( ) Rio dos Patos ( ) São Sebastião ( ) Outros ( ) Velha Boipeba
- 3( ) Mariscos ( ) Rio dos Patos ( ) São Sebastião ( ) Outros ( ) Velha Boipeba
- 4( ) Lagostas ( ) Rio dos Patos ( ) São Sebastião ( ) Outros ( ) Velha Boipeba
- 5( ) Ouriço do mar/pinaúna ( ) Rio dos Patos ( ) São Sebastião ( ) Outros ( ) Velha Boipeba
- 6( ) Polvo ( ) Rio dos Patos ( ) São Sebastião ( ) Outros ( ) Velha Boipeba
- 7( ) Lula ( ) Rio dos Patos ( ) São Sebastião ( ) Outros ( ) Velha Boipeba
- 8( ) Outros. Esp.: ( ) Rio dos Patos ( ) São Sebastião ( ) Outros ( ) Velha Boipeba

### 6) O que existia na Ilha antes da Petrobrás e do Turismo, e que hoje não existe mais?

Pastagens ( ) cercas ( ) mata ( )

Alguns animais ( ) \_\_\_\_\_

Algumas vegetações ( ) \_\_\_\_\_

Peixes ( ) \_\_\_\_\_

Mariscos ( ) \_\_\_\_\_

Plantações ( ) \_\_\_\_\_

Outros ( ) \_\_\_\_\_

### 7) O que normalmente se pescava antes e onde?

PREENCHA COM O CÓDIGO: 0(NUNCA) 1(TODOS OS DIAS) 2(TODA SEMANA) 3(TODO MÊS)

- 1( ) Peixe para alimentação e venda ( ) Rio dos Patos ( ) São Sebastião ( ) Outros ( ) Velha Boipeba
- 2( ) Peixe de aquário / ornamental ( ) Rio dos Patos ( ) São Sebastião ( ) Outros ( ) Velha Boipeba
- 3( ) Mariscos ( ) Rio dos Patos ( ) São Sebastião ( ) Outros ( ) Velha Boipeba
- 4( ) Lagostas ( ) Rio dos Patos ( ) São Sebastião ( ) Outros ( ) Velha Boipeba
- 5( ) Ouriço do mar/pinaúna ( ) Rio dos Patos ( ) São Sebastião ( ) Outros ( ) Velha Boipeba

6( ) Polvo ( ) Rio dos Patos ( ) São Sebastião ( ) Outros ( ) Velha Boipeba

7( ) Lula ( ) Rio dos Patos ( ) São Sebastião ( ) Outros ( ) Velha Boipeba

8 ( ) Outros. Esp.: ( ) Rio dos Patos ( ) São Sebastião ( ) Outros ( ) Velha Boipeba

8) Como os **Pescadores** dividem o uso dos pesqueiros?

9) Como você define/defende sua fronteira? Quais as leis do mar não-escritas?

10) Como se dá a organização para acesso aos pesqueiros? (regras / apropriação social marítima)

### *Elementos subjetivos da trajetória*

- **Melhores lembranças**

---

---

---

- **Piores lembranças**

---

---

---

- **Maiores desejos hoje**

---

---

---

## ANEXO C – AÇÕES DE AQUICULTURA EM TRÊS GOVERNOS DO CEARÁ

<b>Governos</b>	<b>Governo Tasso (1998-2002)</b>	<b>Governo Lúcio (2003-2006)</b>	<b>Governo Cid (2007-Atual)</b>
<b>Objetivos do governo</b>	Fortalecimento e modernização do setor da aquicultura para a geração de emprego e renda	Aumento da produção e a produtividade da atividade da aquicultura com a profissionalização do segmento para ter competitividade a nível nacional e internacional	Inclusão da Atividade de aquicultura e pesca na lista de finalidades da Secretaria do Desenvolvimento Agrário (SDA), fazendo parte da missão do órgão para desenvolvimento do setor da aquicultura e pesca
<b>Formas de cultivo na aquicultura</b>	<b>Piscicultura</b> (policultivo, experimentos com tanque-rede). <b>Carcinicultura</b> (extensivo baixa densidade de estocagem, baixa produtividade, utilizava espécies nativas).	<b>Piscicultura</b> (final de policultivo, utilização e intensificação de tanquerede). <b>Carcinicultura</b> (intensiva alta densidade de estocagem, alta produtividade, utilizava espécies de camarão introduzida <i>L. vannamei</i> ).	<b>Piscicultura</b> (somente tanque-rede). <b>Carcinicultura</b> (semi intensiva, média densidade de estocagem, média produtividade, utiliza espécie <i>L. vannamei</i> ).
<b>Cultivo de peixes em Tanque-rede</b>	implantados três projetos de cultivo de peixes	implantados quatro projetos de cultivo de peixes	Não foi implantado nenhum
<b>Cultivo de Algas</b>	Um	-	-
<b>Unidades de frios administradas pelo estado</b>	11 unidades de frio espalhadas pelo estado, sendo 6 entrepostos de recebimento do pescado (Câmaras de estocagem) e 5 frigoríficos/ entrepostos.	Não houve implantação de nenhuma unidade de frio no estado, nem manutenção das que existiam decorrentes do governo Tasso.	Existe a previsão de implantação de unidades de frio em locais estratégicos do estado para melhor conservação do pescado.
<b>Projetos de Lei e/ou Instr.Normativas</b>	Três	Um	Um

<b>Valores de Linhas de créditos disponibilizadas para a aqüicultura</b>	-	R\$ 10 milhões	-
<b>Assistência Técnica Pesqueira (ATER Pesqueira)</b>	-	3 engenheiros de pesca como Agentes Master da piscicultura e 14 Agentes Rurais para a piscicultura.	3 engenheiros de Pesca para os parques aquícolas do Castanhão; e 7 Técnicos de nível médio em aqüicultura do CENTEC p/ Castanhão; um Engenheiro de Pesca responsável para cuidar do peixamento na CODEP e um engenheiro de pesca contratado como nível médio como auxiliar no peixamento de açudes.

Fonte: Oliveira (2008)

**ANEXO D**  
**Matriz Lógica do Subprojeto 4 – Pesca Sustentável / PIPP - PETROBRÁS**

RESUMO NARRATIVO	INDICADORES	MEIOS DE VERIFICAÇÃO	PRESSUPOSTOS
<p><b>OBJETIVO GERAL</b></p> <p>Contribuir para o desenvolvimento humano na localidade de Boipeba (Cairu-BA), fomentando a inclusão social, promovendo a cidadania e o fortalecimento de atividades economicamente viáveis, socialmente justas e ambientalmente corretas, especialmente relacionadas aos segmentos de Pesca e Turismo</p>	<p>a) Mais de 50% das Organizações da Sociedade Civil de Boipeba funcionando ativamente no território.</p> <p>b) Aumento no Índice de Desenvolvimento Humano da localidade</p>	<p>a) Pesquisa de campo, incluindo entrevistas de profundidade e grupo focal</p> <p>b) Pesquisa em dados secundários produzidos pelo IBGE e Pesquisa de campo</p>	-
<p><b>OBJETIVO ESPECÍFICO</b></p> <p>Promover a cidadania laboral dos pescadores e marisqueiras de Boipeba, contribuindo para o aumento da renda familiar desse segmento</p>	<p>a) Todos os pescadores e marisqueiras envolvidos no Projeto conquistam condições dignas e seguras de trabalho, no prazo de 36 meses</p> <p>b) Aumento real<sup>2</sup> de, pelo menos, 10% na renda mensal média das famílias de pescadores e marisqueiras envolvidas no Projeto, no prazo de 36 meses</p>	<p>a) Relatórios do Projeto e consulta a organizações locais e a órgãos públicos competentes</p> <p>b) Pesquisa, incluindo aplicação de questionários, entrevistas e grupo focal</p>	Políticas públicas de promoção do desenvolvimento da Pesca incidindo no território.
<p><b>RESULTADOS</b></p> <p>4.1. Pescadores e marisqueiras, bem como suas embarcações, equipados e regularizados, e agregando maior valor à produção pesqueira</p>	<p>a) Todos os pescadores e marisqueiras envolvidos no Projeto devidamente equipados e regularizados profissionalmente</p> <p>b) Todas as embarcações de pesca do local devidamente regularizadas</p> <p>c) Estrutura de armazenamento, beneficiamento e comercialização do pescado implantada e em pleno funcionamento</p> <p>d) Todos os pescadores e marisqueiras envolvidos no Projeto organizados a partir de</p>	<p>a) Relatórios do Projeto e consulta à organizações locais e órgãos públicos competentes</p> <p>b) Relatórios do Projeto e consulta à organizações locais e órgãos públicos competentes</p> <p>c) Registros do Projeto e consulta à organizações locais</p>	<p>a) Inexistência de catástrofes ambientais no Local ou Região</p> <p>b) existência de dinâmica econômica favorável na Localidade, Município e Região</p> <p>c) Indústrias do petróleo/gás atuando de forma mais responsável,</p>

<sup>2</sup> Entende-se como Aumento Real o percentual de acréscimo na renda média mensal que supera o índice oficial de inflação adotado pelo Governo Brasileiro em um determinado período.

<p>4.2. Organização da classe pesqueira local fortalecida</p> <p>4.3. Recursos pesqueiros da localidade utilizados de modo mais ordenado e sustentável</p>	<p>entidades de classe</p> <p><b>e)</b> APMMB elegível para acessar programas de fomento à atividade pesqueira</p> <p><b>f)</b> Todos os pescadores e marisqueiras envolvidos no Projeto, participando dos processos formativos relacionados ao Resultado 1.1 (Subprojeto 1), além das outras ações formativas e organizativas propostas neste Subprojeto</p> <p><b>g)</b> Aproveitamento satisfatório de, pelo menos, 70% dos participantes nas ações formativas acima mencionadas</p> <p><b>h)</b> Aumento na quantidade de pescadores e marisqueiras envolvidos em discussões sobre pesca sustentável</p> <p><b>i)</b> Redução das ocorrências de pesca ilegal e/ou predatória nas áreas de produção locais</p> <p><b>j)</b> Quantidade de parcerias efetivadas com instituições ligadas ao desenvolvimento da pesca</p>	<p><b>d)</b> Registros do Projeto e consulta às entidades de classe</p> <p><b>e)</b> Registros do Projeto e da APMMB</p> <p><b>f)</b> Registros dos processos formativos</p> <p><b>g)</b> Aplicação de pré e pós-teste, além de listas de frequência, fichas de inscrição e de avaliação dos processos formativos realizados</p> <p><b>h)</b> Registros das reuniões/eventos realizados</p> <p><b>i)</b> Consulta à organizações locais e órgãos públicos, além de pesquisa com entrevistas e grupo focal</p> <p><b>j)</b> Relatórios do Projeto e consulta à organizações locais</p>	<p>transparente, segura e respeitando a comunidade.</p> <p><b>d)</b> Governos Municipal, Estadual e Federal abertos a contribuir com o Projeto e existência de sintonia entre este e as diretrizes políticas governamentais de desenvolvimento da pesca sustentável</p> <p><b>e)</b> órgãos públicos cumprem regularmente suas funções, inclusive com fiscalização ambiental mais efetiva na região</p> <p><b>f)</b> Existência de pessoas e organizações com competência para prestar serviços especializados necessários na implementação do Projeto</p>
<p><b>ATIVIDADES</b></p>			
<p>4.1.1. Realizar levantamento da renda mensal média das famílias de pescadores, definindo a linha de base atualizada</p> <p>4.1.2. Realizar/conferir o levantamento dos atores sociais da classe pesqueira local que praticam a atividade como meio de subsistência</p> <p>4.1.3. Viabilizar o Registro Geral da Pesca dos atores sociais reconhecidos pelo levantamento e que não dispõem de tal documento, a partir da articulação institucional entre a Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca da Presidência da República (SEAP/PR) - Escritório Bahia e organizações locais/municipais (APMMB e/ou Colônia Z-55)</p> <p>4.1.4. Realizar reuniões de definição sobre a composição detalhada dos kits para reposição de petrechos de pesca artesanal e equipamentos de caça submarina, de forma contextualizada à estratégia de ordenamento pesqueiro local e/ou regional</p> <p>4.1.5. Adquirir e disponibilizar kits para reposição de petrechos pesqueiros e equipamentos de caça submarina para os atores do segmento, condicionados à participação nos processos formativos e organizativos deste Subprojeto, além da participação nos processos formativos abordados no Resultado 1.1 (Subprojeto 1)</p> <p>4.1.6. Realizar/conferir o levantamento das embarcações locais em atividade na pesca e maricagem desenvolvida pela comunidade de Boipeba</p> <p>4.1.7. Disponibilizar pequenas embarcações (canoas) comunitárias (de uso coletivo) para o transporte e apoio para as atividades de pesca/mariscagem, de forma contextualizada à estratégia de ordenamento pesqueiro local e/ou regional e condicionada à participação nos processos formativos e organizativos deste Subprojeto, além da participação nos processos formativos abordados nos Resultados 1.1 (Subprojeto 1)</p> <p>4.1.8. Promover a recuperação e modernização das embarcações de pesca de Boipeba em atividade, incluindo calafetagem, trocas de tábuas e reforma de motor, e equipando-as com GPS,</p>			

- bússola, rádio VHS<sup>3</sup>, entre outros equipamentos que possibilitem maior autonomia das embarcações e o desenvolvimento da pesca em áreas mais distantes, em conformidade com os estudos previstos no item 4.3.12
- 4.1.9. Interagir com a Capitania dos Portos visando definir os equipamentos de navegação e salvatagem necessários para as embarcações pesqueiras do local
- 4.1.10. Adquirir e disponibilizar kit de navegação e salvatagem para cada embarcação pesqueira, de acordo com as respectivas especificidades, visando atender aos requisitos legais de regularização
- 4.1.11. Viabilizar o cadastramento e regularização das embarcações pesqueiras junto à Capitania dos Portos e à SEAP
- 4.1.12. Viabilizar a realização do curso de capacitação de aquaviários oferecido pela Capitania dos Portos
- 4.1.13. Elaborar e implementar um Programa de capacitação profissional para marisqueiras, pescadores e marinheiros, no intuito de aperfeiçoar técnicas pesqueiras, orientar na manipulação e conservação do pescado, na fabricação/manutenção de petrechos de pesca, e de reciclar aprendizagens relativas ao setor pesqueiro, incluindo capacitação para atividades de suporte à pesca tais como: mecânica, carpintaria naval, calafetagem, elétrica, entre outras (essa atividade deverá acontecer de forma articulada com o item 4.3.17 deste subprojeto e com as atividades relacionadas ao Resultado 2.1, do Subprojeto 2)
- 4.1.14. Disponibilizar, na área do porto, uma estrutura física e equipamentos adequados para armazenamento, beneficiamento e comercialização de produtos da pesca/mariscagem (além de insumos para a atividade pesqueira), incluindo também uma câmara frigorífica e uma fábrica de gelo (esta atividade deverá ser desenvolvida mediante estudos de viabilidade econômica e ambiental, além de capacitação gerencial, tecnológica e comercial)
- 4.1.15. Articular parcerias com organizações públicas ou privadas no intuito de viabilizar uma comercialização mais justa para a produção pesqueira
- 4.1.16. Capacitar os atores do segmento para o desenvolvimento de novos tipos de pescarias, incluindo a utilização de equipamentos de navegação, de acordo com o contexto local, com os resultados dos estudos realizados (previstos no item 4.3.12, abaixo) e com a estratégia de ordenamento pesqueiro regional;
- 4.1.17. Disponibilizar equipamentos necessários ao desenvolvimento de novos tipos de pescarias identificadas nos estudos previstos no item 4.3.12, de acordo com a estratégia de ordenamento pesqueiro regional
- 4.2.1. Mapear e sensibilizar pescadores não-associados, para a agregação em entidade de classe local (APMMB e/ou Colônia Z-55)
- 4.2.2. Assegurar a participação de marisqueiras, pescadores e familiares nos processos formativos relacionados ao Resultado 1.1 do Subprojeto 1
- 4.2.3. Promover processos de alfabetização para pescadores e marisqueiras, de modo adaptado à realidade desses segmentos sociais (esta atividade está associada ao item 2.2.3 do Subprojeto 2)
- 4.2.4. Realizar ações formativas com atores sociais do segmento pesqueiro visando desenvolver competências e habilidades necessárias para a gestão organizacional, assegurando a participação de marisqueiras
- 4.2.5. Viabilizar assessoria técnica a APMMB, fortalecendo sua elegibilidade aos programas de financiamento de novas embarcações, de subvenção ao óleo diesel naval, entre outros (essa atividade está associada ao item 1.3.4 do Subprojeto 1)
- 4.2.6. Promover o desenvolvimento de ações sinérgicas entre a APMMB e a Colônia Z-55, visando à estruturação da pesca/mariscagem no local/município
- 4.2.7. Realizar bimensalmente, ações mobilizadoras para promover a auto-estima, união e organização dos pescadores e marisqueiras locais, estimulando o desenvolvimento do associativismo/cooperativismo
- 4.2.8. Articular parcerias com instituições de crédito para financiamento da produção pesqueira
- 4.2.9. Catalizar a articulação entre a APMMB e fornecedores de insumos da Região

<sup>3</sup> Deverá também ser implantada uma base de rádio em terra para comunicação com os barcos que estiverem pescando.

- 4.2.10. Apoiar ações junto aos órgãos competentes para acelerar a liberação do apoio financeiro em épocas de defeso (seguro-defeso)
  - 4.2.11. Apoiar a Colônia Z-55 na conquista de um espaço físico e de equipamentos, visando a implantação de seus serviços na comunidade com mais eficiência e de modo articulado com a APMMB
  
  - 4.3.1. Mapear os pesqueiros explorados na região e delimitar os territórios de pesca da comunidade de Boipeba
  - 4.3.2. Apoiar a implementação de ações de monitoramento e avaliação dos recursos pesqueiros
  - 4.3.3. Realizar processos formativos no campo do direito ambiental e legislação pesqueira, entre outras questões relativas à conservação do ambiente e dos recursos pesqueiros
  - 4.3.4. Capacitar pescadores e marisqueiras locais como agentes ambientais voluntários para atuar na fiscalização comunitária (essa atividade deverá ocorrer de modo articulado com os outros processos formativos abordados neste e nos outros subprojetos, estando diretamente associada às atividades 4.3.5 e 3.2.15, dos Subprojetos 4 e 3, respectivamente)
  - 4.3.5. Desenvolver mecanismos de informação, sensibilização e envolvimento de pescadores e marisqueiras nas ações de fiscalização comunitária, no intuito de minimizar a degradação do ambiente marinho-costeiro, incluindo a coibição de práticas de pesca predatória e/ou ilegal
  - 4.3.6. Articular e apoiar, junto aos órgãos competentes, a estruturação e o desenvolvimento da pesca sustentável no local/região
  - 4.3.7. Realizar seminários sobre a problemática do ordenamento pesqueiro e dos impactos ambientais gerados pela pesca predatória, pela indústria do petróleo na região, entre outros aspectos relativos à conservação do ambiente e dos recursos pesqueiros, incluindo a temática do uso de áreas protegidas como instrumento de gestão pesqueira
  - 4.3.8. Articular e apoiar a participação da APMMB no fórum estadual para o desenvolvimento da aqüicultura e pesca
  - 4.3.9. Apoiar a articulação regional e a promoção de fóruns para discussão e construção participativa de propostas de ordenamento pesqueiro
  - 4.3.10. Estabelecer canal de diálogo permanente com órgãos ambientais competentes, efetivando articulação institucional para intensificar os esforços de fiscalização com relação a períodos de defeso, uso de explosivos, entre outras práticas ilegais
  - 4.3.11. Desenvolver pesquisas sobre possibilidades de cultivo de organismos aquáticos na localidade/região, evitando a introdução de espécies exóticas
  - 4.3.12. Promover estudos sobre a viabilidade de desenvolvimento de novas pescarias e exploração de recursos pesqueiros alternativos à pesca e à mariscagem já realizadas pela comunidade de Boipeba
  - 4.3.13. Viabilizar apoio a alternativas de geração de trabalho e renda complementares à pesca/ mariscagem (artesanato, aqüicultura, turismo, confecções, entre outras) para os atores do segmento e familiares, incluindo treinamentos e equipamentos necessários (essa atividade deverá estar articulada com o Programa de Qualificação Profissional e Geração de Trabalho e Renda, relacionado ao Resultado 2.1 - Subprojeto 2)
- Formar um Grupo Temático que represente os interesses do Subprojeto 4, no Sistema de Gestão do Projeto (vide estrutura sugerida no Subprojeto 5)

## **ANEXO E - Modelo do centro sócio-cultural proposto pelos participantes da Oficina do PIPP, na localidade de Velha Boipeba.**

### **CENTRO SOCIOCULTURAL**

Considerando que a maioria dos moradores de Boipeba ainda é nativa, que até bem pouco tempo sobrevivia da pesca e mariscagem, sem muitas oportunidades para freqüentar escolas e conseqüentemente com dificuldades, hoje, de empregar-se;

Considerando que filhos de pescadores, jovens e crianças, que hoje já freqüentam as escolas, não tendem a seguir a profissão dos pais até porque a escassez da pesca baixou muito a produtividade;

Considerando ainda que, queiramos ou não, o turismo vem crescendo consideravelmente nesta região, especialmente em Boipeba, o que exige cada vez mais consciência, união e qualificação profissional necessitamos reunir e capacitar pessoas de um modo geral, em especial os jovens, para atender a esta demanda, evitando assim a ociosidade, a migração e ainda a invasão de pessoas de fora em busca de trabalho tirando as oportunidades dos que aqui vivem.

Pensando desta forma acreditamos que o ideal é adquirir um espaço, de preferência central (algum terreno, Escola Princesa Isabel ou parte da Praça), através de compra, doação, ou concessão da Prefeitura, para construir salas que permitam, principalmente, realização de cursos profissionalizantes com orientação para pequenos negócios familiares, além de encontros, palestras, oficinas, apresentações teatrais, eventos e manifestações culturais de um modo geral, que inclua crianças, jovens, adultos e idosos; exposição de artes, bem como venda das mesmas, biblioteca, instalação do "Museu do Tavinho", infocentro com internet e aulas de informática, além de balcão de informações ao turista.

#### **Objetivos Principais:**

- ✓ Possibilitar maiores oportunidades de trabalho e renda;
- ✓ Buscar junto a instituições incentivo a pequenos negócios familiares;
- ✓ Promover apoio jurídico para construção de grupos na comunidade; além de consultas;
- ✓ Criar espaços de aprendizagem, trabalho e lazer que colabore na redução da vulnerabilidade familiar;

#### **Instalação de um Centro Sociocultural**



\_\_\_\_\_  
Técnico Responsável

Projeto Participativo  
Compensatório de Velha  
Boipeba

Revisão 00  
Agosto/07

Adquirir espaço, de preferência central (algum terreno, Escola Princesa Isabel ou parte da Praça), através de compra, doação, ou concessão da Prefeitura, para construir:

- Banheiros masculino e feminino para crianças e adultos;
- Auditório com camarins e foyer (espaço coberto, equipado com bancos, instalações para bar e lanchonete - que deverá ser alugado para a auto-sustentação do centro -, que possibilite exposição de artes como esculturas, pinturas, fotografias, etc. e que sirva também para acomodar as pessoas enquanto esperam as apresentações).

**Obs.:** O espaço para a lanchonete deverá ter balcões de atendimento voltados tanto à parte interna (para o auditório), como à externa, ou seja, voltado à rua para que funcione independente de eventos. Deverá ser equipada com ventiladores, exaustores, mesas, cadeiras, freezers (horizontal e vertical), fogão, geladeira, chapa para sanduíche, forno microondas e estufa.

- O auditório deverá ser equipado com ar condicionado, mesas, cadeiras, data show, caixas acústicas, alguns instrumentos musicais como violões (para festividades e cursos), baixo, teclado, alguns de percussão, telão, cavaletes, projetores, para cursos profissionalizantes (mecânica de barco, eletricista, encanador, carpinteiro, pedreiro, oleiro, jardineiro, arrumadeiras, recepcionistas, contabilidade, línguas estrangeiras, além de muitos outros); cursos e orientação sobre como montar pequenos negócios familiares como (horticultura, maricultura, ranário, cerâmicas, aproveitamento dos produtos da terra, da natureza, bem como reciclagem do lixo, etc.); eventos e manifestações culturais (palestras, reuniões, oficinas, teatros, danças, capoeira, vídeos, exposições, etc.).
- Sala com banheiro, equipada com escrivaninha, cadeiras, computador, armário, ventilador e cofre para a administração;
- Sala para confecção e venda diária das artes, equipada com algumas prateleiras, mesas (02), cadeiras (08), computador para registro de obras e peças, entrada e saída de dinheiro, ventiladores e balcão para atendimento tanto aos participantes como aos turistas, mural para informações;
- Sala equipada com ventiladores, mesas, cadeiras, prateleiras, computador, xérox e livros para biblioteca;
- Cozinha experimental equipada com balcões, armários, bancos, fogão industrial 6 bocas, fogão de cozinha também com seis bocas e forno, ventiladores e exaustores, além de eletro domésticos como forno elétrico, geladeira (2), freezer (2), liquidificadores (2), processadores (2), batedeiras (3), panelas, pratos, talheres, copos, bacias, baldes, etc.
- Sala menor que o auditório para reuniões menores, atendimento jurídico à comunidade, feitura de documentos (SAC), equipadas com mesa de reunião e cadeiras ou bancos, lousa, pincéis, apagadores e ventiladores;
- Infocentro, com computadores para aulas de informática e nos horários vagos para uso dos estudantes e moradores, devidamente cadastrados,

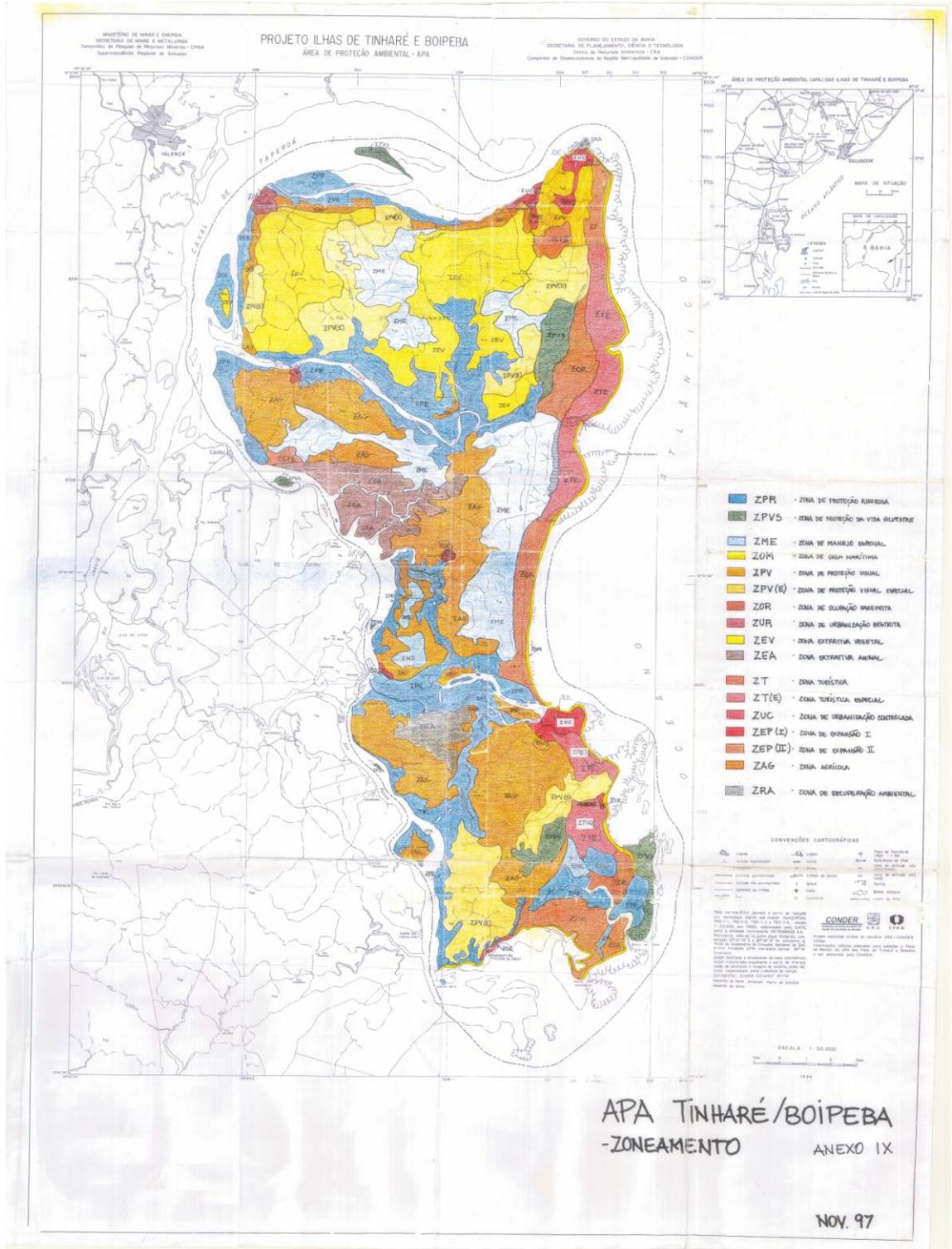
sendo dois computadores reservados para uso dos turistas e moradores que queiram usar internet (pago), tudo com horários pré-determinados;

- Sala para instalação do “Museu” do Tavinho;
- Incentivo financeiro para o funcionamento inicial do projeto.

É claro que além desse espaço sociocultural seria muito interessante se obtivéssemos também incentivo financeiro para a instalação de pequenas indústrias caseiras como produção de polpas, beneficiamento do caju, confecção de vassouras a partir de material reciclável (garrafas pet), beneficiamento e congelamento de mariscos, camarões e peixes, recuperar e preservar casa de farinha já existente e instalar uma mais moderna para produção maior, incentivar a produção de azeite de dendê que abasteça ao menos o mercado interno, adquirir espaço para horta comunitária, etc.

ANEXO F

ZONEAMENTO DA APA TINHARÉ - BOIPEBA



## **ANEXO G - CARTA DO SEMINÁRIO SOBRE TERRITÓRIO PESQUEIRO**

### ***Pescadores e Pescadoras Artesanais Afirmam Identidade e Território como Eixo Central***

Nós, pescadores e pescadoras artesanais, agentes de pastorais sociais, representantes de entidades e movimentos sociais presentes no **Seminário Nacional sobre Território Pesqueiro**, realizado nos dias 21, 22 e 23 de Outubro de 2010, em Olinda/PE, após uma profunda reflexão da situação em que se encontram os territórios pesqueiros no Brasil (como espaço de moradia, reprodução cultural e de existência da pesca), ecoamos nossas vozes por todo o Brasil e, com indignação, denunciaremos as destruições e ameaças que o sistema econômico capitalista, neoliberal, está impondo aos recursos naturais e ao processo de reprodução física e cultural das comunidades pesqueiras. Assim sendo, nos posicionamos em defesa da vida e da manutenção do patrimônio cultural da pesca artesanal.

Denunciamos: o violento processo de expropriação dos territórios pesqueiros pelos grandes grupos empresariais com o apoio e conivência do Estado. Empreendimentos hoteleiros, atividades de mineração, extração de madeiras, atividades de aquicultura, o avanço das obras do PAC/Programa de Aceleração do Crescimento - entre estas, a transposição das águas do rio São Francisco, os parques eólicos, expansão da indústria naval, a construção de barragens\hidroelétrica que impedem o ciclo natural de reprodução dos peixes e desconsidera a cultura e originalidade das comunidades, remanejando-as de seus territórios e o latifúndio/agronegócio, são exemplos de atividades que cercam e envenenam as terras e territórios pesqueiros, e impedem as comunidades de ter acesso às águas dos rios, mares e lagoas.

As diversas espécies de peixes e crustáceos estão sendo exterminadas, assim como as nascentes de nossas águas. Esses grupos e empreendimentos estão intensificando a exploração dos recursos naturais com base no modelo de desenvolvimento econômico descomprometido com a vida nas mais variadas dimensões, estão descartando os seres humanos junto com o desmatamento/destruição dos manguezais, das matas ciliares e dos diversos biomas.

Repudiamos o discurso do governo, especialmente do Ministério da Pesca e Aquicultura, de que a pesca artesanal está fadada a extinção. Esta é uma estratégia de negar a identidade, a territorialidade e a importância sócio-política, econômica e cultural das comunidades pesqueiras artesanais. Tal estratégia está associada à política de privatização das águas e dos espaços tradicionalmente ocupados por estas comunidades .

O que garante os nossos direitos são as nossas lutas, e não as leis em si mesmas! Nesta perspectiva, reafirmamos o nosso protagonismo na luta pela garantia de nossos territórios, pela eficiência dos marcos legais existentes, bem como pela construção de outros para que o Estado brasileiro proteja e assegure a permanência de nossas comunidades em seus territórios tradicionais.

Exigimos: que seja considerado e reconhecido pelo Estado toda a diversidade e riqueza de identidade da pesca artesanal, para a implementação de políticas específicas; a identificação e regularização do território pesqueiro; o reconhecimento da pesca artesanal como patrimônio histórico-cultural; a recuperação e preservação da

biodiversidade da fauna e da flora nos territórios pesqueiros, bem como, acelerar a criação de RESEX, RDS e APAs.

Sáimos do Seminário com o compromisso de contribuir com nossas comunidades a se firmarem no cultivo e resgate de suas identidades/tradições, e com a disposição de fortalecer nossa organização enquanto Movimento dos Pescadores e Pescadoras Artesanais, em meio à luta pela garantia dos territórios pesqueiros no Brasil. Conclamamos a todos os Movimentos Sociais e Pastorais Sociais a se unirem nesta luta!

*No Rio e no Mar – Pescadores na Luta!  
nos Açudes e Barragens – Pescando Liberdade!*

*Hidronegócio – Resistir!  
Cerca nas Águas, Derrubar!*

Olinda/PE, 23 de Outubro de 2010